

MEMÓRIA DAS OLIMPÍADAS NO BRASIL: DIÁLOGOS E OLHARES

organizadores

LIA CALABRE

EULA DANTAS TAVEIRA CABRAL

MAURÍCIO SIQUEIRA

2

MEMÓRIA DAS OLIMPÍADAS NO BRASIL: DIÁLOGOS E OLHARES

2

organizadores

LIA CALABRE

EULA DANTAS TAVEIRA CABRAL

MAURÍCIO SIQUEIRA

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
MICHEL TEMER

MINISTRO DA CULTURA
SÉRGIO SÁ LEITÃO

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

PRESIDENTE
MARTA DE SENNA

DIRETOR EXECUTIVO
ANTONIO HERCULANO LOPES

DIRETORA DO CENTRO DE PESQUISA
JOËLLE ROUCHOU

CHEFE DO SETOR DE PESQUISA EM POLÍTICAS CULTURAIS
LIA CALABRE

CHEFE DO SETOR DE EDITORAÇÃO
BENJAMIN ALBAGLI NETO

PROJETO GRÁFICO DO MIOLO E DA CAPA
GLÓRIA AFFLALO (A+A DESIGN)

PRODUÇÃO EDITORIAL
GARAMOND

PREPARAÇÃO E REVISÃO
MARIA CLARA JERONIMO

ASSISTENTE DE PRODUÇÃO EDITORIAL (FCRB)
ROWENA ESTEVES

ESTAGIÁRIA DE PRODUÇÃO EDITORIAL (FCRB)
IOHANNA SANCHES

M533 Memória das olimpíadas no Brasil [recurso eletrônico]:
diálogos e olhares, 2 / organizadores Lia Calabre, Eula
Dantas Taveira Cabral, Maurício Siqueira. – Rio de Janeiro:
Fundação Casa de Rui Barbosa, 2017.

Ebook em formato PDF.
ISBN 978-85-7004-360-3

1. Jogos Olímpicos (31.: 2016: Rio de Janeiro, Brasil) –
Aspectos sociais. I. Calabre, Lia, org. II. Cabral, Eula Dantas
Taveira, org. III. Siqueira, Maurício, org.

CDD 796.480981

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
EULA DANTAS TAVEIRA CABRAL	
COMPETINDO POR SOBERANIA: IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO NACIONAL NOS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS RIO 2016 E O CASO DO KOSOVO	14
MAURÍCIO DRUMOND	
OS JOGOS OLÍMPICOS NA MÍDIA BRASILEIRA	31
EULA DANTAS TAVEIRA CABRAL	
CELEBRAÇÃO DA DIVERSIDADE BRASILEIRA: UMA VISADA SOBRE A PREPARAÇÃO DA CULTURA PARA OS JOGOS OLÍMPICOS	45
LIA CALABRE E LILIAN LUSTOSA	
MEMÓRIA DOS JOGOS RIO 2016: DESAFIOS METODOLÓGICOS DA CONSTRUÇÃO DE UM ACERVO DE HISTÓRIA ORAL	59
VIVIAN FONSECA E CARLA SIQUEIRA	
CURADORIA DIGITAL: UM PROCESSO COLABORATIVO NOS ACERVOS DIGITAIS DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS DO RIO DE JANEIRO	75
MADALENA SCHMID	
O ACERVO DIGITAL SOBRE AS OLIMPÍADAS DO RIO 2016: UMA EXPERIÊNCIA DE GESTÃO E DIVULGAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO NA CASA DE RUI BARBOSA	85
LEONARDO MAGALHÃES FIRMINO	
DA VILA AUTÓDROMO AOS JARDINS DO REI: POBREZA, MERCADO E HABITAÇÃO NO RIO DE JANEIRO OLÍMPICO	100
BRUNO AMADEI MACHADO	
IMAGINADO, VENDIDO, TRANSFORMADO: PRODUÇÕES E REPRODUÇÕES NO RIO DE JANEIRO OLÍMPICO	111
SAMUEL THOMAS JAENISCH, LUCAS GAMONAL BARRA DE ALMEIDA E BRUNO AMADEI MACHADO	
CHAPÉU MANGUEIRA E BABILÔNIA: PROGRAMA MORAR CARIOCA E O LEGADO DAS OLIMPÍADAS RIO 2016	127
CLARISSE BARROSO SILVEIRA E DEBORA SANTOS GONÇALVES DE BENTO	
OLIMPÍADAS, ESPORTE E MERCADO – NOTAS SOBRE O PROCESSO OLÍMPICO E SUAS CONSEQUÊNCIAS, PARA ALÉM DAS COMPETIÇÕES	138
GUSTAVO CÉSAR ARÊAS DE SOUZA	
A CONSTRUÇÃO DA CIDADE OLÍMPICA CARIOCA: O QUE FICARÁ NA MEMÓRIA?	152
LUCAS PACHECO CAMPOS	

APRESENTAÇÃO

EULA DANTAS TAVEIRA CABRAL*

Os Jogos Olímpicos 2016 ocorreram no Brasil e as mudanças positivas esperadas não se concretizaram. Mesmo tendo a mídia a favor do poder público, mascarando a realidade sofrida pelas pessoas que foram obrigadas a sair de suas casas em prol de obras olímpicas, o que se viu foi um cenário político em guerra, resultando em impactos sociais, culturais e econômicos negativos para a sociedade brasileira.

No campo esportivo, o Brasil tentou se destacar. Na Olimpíada, conquistou sete medalhas de ouro, seis de prata e seis de bronze, ocupando o 13º lugar. Na Paralimpíada, foram 72 medalhas, sendo 14 de ouro, 29 de prata e 29 de bronze, tornando-se o 8º no *ranking*. Mas, o que significa, o que representa uma medalha para um país?

O segundo volume da obra *Memória das Olimpíadas no Brasil: diálogos e olhares* traz resultados de pesquisas sobre o que representaram os Jogos Olímpicos, seus impactos, sua cobertura midiática e seu registro no projeto “Preservação da memória das Olimpíadas: processos e ações”. Os estudos foram feitos por 14 dos 27 pesquisadores envolvidos no projeto.

Maurício Drumond abre o segundo volume da obra *Memória das Olimpíadas no Brasil: diálogos e olhares* analisando o papel das representações olímpicas como ferramentas de identificação e reivindicação nacional por nações com reconhecimento internacional limitado, como Kosovo e Taiwan, e territórios dependentes (é o caso de Samoa Americana, Porto Rico, entre outros) durante os Jogos Olímpicos em 2016.

* É uma das coordenadoras gerais do projeto “Preservação da memória das Olimpíadas: processos e ações”. É professora do Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos e trabalha com pesquisas e projetos no Setor de Políticas Culturais da FCRB (MinC). Tem pós-doutorado, doutorado e mestrado em Comunicação Social. Atua na área de Economia Política da Comunicação, Cultura e Informação. E-mail: eulacabral@gmail.com.

O pesquisador verifica a “relação das representações nacionais olímpicas e paralímpicas e o processo de construção de suas identidades nacionais” e faz um estudo de caso da conquista da medalha de ouro para o Kosovo por Majlinda Kelmendi. A pesquisa leva em consideração a literatura especializada, periódicos internacionais, “incluindo representantes de pontos de vista distintos nas disputas nacionais envolvidas”, como os sérvios. “A partir das possíveis tensões encontradas, ou de suas ausências, é possível observar um pouco mais profundamente as complexas questões envolvidas”.

Entender o que representa a conquista de medalhas e como esses registros são feitos pelos meios de comunicação também motiva preocupações. Eula Cabral, no artigo “Os Jogos Olímpicos na mídia brasileira”, mostra as estratégias gráficas utilizadas pelos dois maiores jornais em número de circulação de exemplares do Brasil: *Folha de S.Paulo* e *O Globo*. As análises das informações levaram em consideração o projeto gráfico de cada jornal, sob todos os aspectos, como diagramação, tamanho e tipo de matéria, uso de fotos, legendas etc.

A busca dos registros dos jornais brasileiros se deu porque, ao contrário da maioria dos países, no Brasil as pessoas são ligadas ao que é exibido na mídia brasileira. Hoje, mais de 90% da população brasileira assiste à programação da televisão aberta e 80% escuta as emissoras de rádio. No caso de mídias pagas, como TV por assinatura, internet e telefonia, o número cresce a cada ano. Em relação aos impressos, mesmo tendo poucos leitores assíduos, os jornais têm total credibilidade. O uso da linguagem simples, objetiva e direta e dos recursos gráficos permitem compreensão melhor daquilo que está escrito. E é aí que os empresários de mídia e os dirigentes políticos entram, fazendo com que as matérias jornalísticas sejam dadas sob o ângulo que lhes interessam.

Com a mídia nas mãos, a oportunidade de se divulgar a riqueza multicultural que existe no Brasil seria um presente para a sociedade e para os turistas que estiveram no país. Mas, por que isso aconteceu de forma tão tímida? Se a mídia pode influenciar os brasileiros, por que a cultura não ganhou tanto destaque no governo durante os Jogos Olímpicos? Tantos investimentos e discursos feitos em prol do que representa ser brasileiro foram se apagando nas prioridades governamentais.

Para entender como a cultura foi tratada nos megaeventos olímpicos realizados no Brasil, as pesquisadoras Lia Calabre e Lilian Lustosa, no artigo “Celebração da diversidade brasileira: uma visada sobre a preparação da cultura para os Jogos Olímpicos”, fazem um resgate do projeto e das ações elaboradas pelos governos federal, estadual e municipal para a Olimpíada e Paralimpíada 2016. Mos-

tram “o processo de elaboração e negociação entre os entes, que buscava, por um lado, valorizar a diversidade cultural brasileira e, por outro, investir na cultura na sua dimensão e agregado econômico, gerando novas oportunidades de negócios nacionais e internacionais”.

Se os Jogos Olímpicos influenciam o cotidiano das pessoas, é preciso entendê-los, e isso só é possível se esses registros forem “armazenados” e o acesso a eles viabilizado. E é isso que a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) fez. Para entender o “momento olímpico”, a FCRB, com o apoio do Ministério da Cultura, desenvolveu o projeto “Preservação da memória das Olimpíadas: processos e ações”. Os objetivos foram preservar e produzir um conjunto documental que abrangesse desde o processo de construção do projeto de sediar o evento no Brasil até a realização dos Jogos Olímpicos. Buscando-se, ainda, preservar a memória do processo de construção de um projeto de cidade olímpica no país, registrando-se e produzindo-se análises sobre o impacto do evento para a cidade do Rio de Janeiro e para o país, a partir de três eixos temáticos: esporte, cultura e cidade.

Os produtos gerados pelo projeto foram: realização de dois eventos científicos trazendo especialistas da temática e representantes da sociedade civil, sendo que o segundo evento foi transmitido ao vivo pela internet e está disponibilizado no canal da FCRB no YouTube; uma obra em dois volumes para registrar a experiência e os estudos feitos; a exposição “Rio de Janeiro: cidade esportiva, cidade olímpica”, sob a coordenação do assessor do Centro de Pesquisa da FCRB Roberto Abreu; e um portal contendo o repositório das pesquisas feitas pelos pesquisadores do projeto, linha do tempo com os fatos mais importantes dos Jogos Olímpicos, entrevistas e um curta-metragem, desenvolvido pelos pesquisadores do projeto e pelo CPDOC,¹ além dos livros e da exposição.

Para a realização do projeto “Preservação da memória das Olimpíadas: processos e ações”, foram contratados 21 bolsistas, sendo três doutores, oito mestres, oito graduados e dois de iniciação científica (IC). Participaram, ainda, a pesquisadora do CPDOC Vivian Fonseca e os bolsistas de IC da FCRB Cícera Vieira e Marina Martinez.

Os coordenadores gerais do projeto foram os pesquisadores da FCRB: Lia Calabre, Euclides Maurício Siqueira de Souza e Eula Dantas Taveira Cabral, que trabalharam desde a concepção, elaboração de termos de referência, projetos bá-

1 O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC) foi contratado pela FCRB para a realização de serviços técnicos especializados em metodologia de história oral, para condução e tratamento de entrevistas e de registros orais coletados, desenvolvimento de produtos decorrentes do material pesquisado no âmbito do projeto “Preservação da memória das Olimpíadas: processos e ações”, e, também, para transferência de tecnologia de construção de acervo de história oral para a FCRB.

sicos, termo aditivo e editais,² seleção dos 21 bolsistas, até reuniões com especialistas e parceiros, acompanhando cada atividade, tanto sob os ângulos burocrático, logístico, estratégico e político quanto sob o ângulo científico.

Na área de pesquisa, dividiu-se o trabalho em cinco áreas, contando com todos os pesquisadores envolvidos no projeto: 1. Memória: Carla Siqueira e Vivian Fonseca (coordenadoras), Ana Cristina C. de L. e Silva, Aparecida dos Santos Merces, Fernanda Raquel Abreu Silva, Leonardo Magalhães Firmino, Lucas Pacheco Campos e Tatiana Di Sabbato. 2. Cidade: Maria Regina Petrus Tannuri (coordenadora), Bruno Amadei Machado, Clarisse Barroso Silveira, Debora Santos G. de Bento, Lucas Garmonal B. de Almeida e Samuel Thomas Jaenisch. 3. Cultura: Lia Calabre (coordenadora) e Lilian Araripe L. da Costa. 4. Esporte: Maurício da Silva Drumond Costa (coordenador), Gustavo César Arêas de Souza, Mario A. Santos, Nei Jorge Santos Júnior e Vanessa Silva Pontes. 5. Iniciação Científica: Eula Dantas Taveira Cabral (coordenadora), Cícera Vieira, Larissa Benício, Marina Martinez e Tiago Fontoura.

O projeto teve o apoio dos funcionários da FCRB, que se envolveram ativamente em todas as etapas, principalmente Adélia Cristina Zimbrão da Silva, Amanda Britto Siqueira, Alexandre Pires Domingues e Marcelo Viana Estevão de Moraes. Em relação às instituições apoiadoras, destacaram-se a Autoridade Pública Olímpica (APO) e a Fundação Getúlio Vargas.

Para entender como a memória dos Jogos Olímpicos ficará disponibilizada para as pessoas, Vivian Fonseca e Carla Siqueira mostram os desafios metodológicos da construção do acervo de história oral do projeto “Preservação da memória das Olimpíadas: projetos e ações”. Registram como foi construído o banco de entrevistas com os atores sociais diversos envolvidos desde a constituição da candidatura do Rio de Janeiro como cidade-sede, os Jogos, em 2016, impactos e legados para o Brasil. Fazem “um balanço preliminar das potencialidades, dificuldades e do processo de criação desse acervo de depoimentos sobre a construção e realização do projeto olímpico no Brasil”.

Mas, qual a melhor tecnologia a ser usada para disponibilizar as pesquisas e atividades feitas no projeto? Para entender quais plataformas tecnológicas amigáveis foram usadas e a importância das tecnologias de informação e comunicação (TICs), Madalena Schmid e Leonardo Firmino mostram ao leitor como a tecnologia pode ser fundamental para auxiliar a sociedade na busca da informação.

2 Adélia Cristina Zimbrão da Silva participou ativamente desse processo junto com os coordenadores-gerais. Também atuou na seleção dos bolsistas.

Madalena Schmid, em seu artigo “Curadoria digital: um processo colaborativo nos acervos digitais dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro”, revela como a curadoria digital é uma “tendência que vem se fortalecendo como ferramenta fundamental para a política de gestão, definição de critérios, direitos autorais, acesso e acessibilidade, competência em informação, *web* semântica, formatos e padrões, organização, compartilhamento, divulgação e preservação dos conteúdos digitais, envolvendo atores de diversas áreas do conhecimento, departamentos e instituições”. Além disso, como foi trabalhada em prol do acervo sobre os Jogos Olímpicos 2016.

Leonardo Firmino descreve as fases de construção do acervo digital do projeto. Mostra como foi desenvolvido o “repositório de fontes de pesquisa mediante o *software* de código aberto DSpace, assim como um *front-end* de interação com o usuário, seguindo as últimas tendências do *design* de plataformas digitais”. Chama a atenção para o fato de que “ainda há muito a se fazer no que se refere à forma com a qual as instituições estão montando os seus acervos digitais para garantir uma maior facilidade de acesso, navegabilidade e atrativo visual, com o objetivo de reter o usuário, diminuindo a sua fadiga cognitiva, aumentando o grau de prazer durante a navegação e, conseqüentemente, a probabilidade de difusão do conhecimento”.

Registros esses que mostram à sociedade como ter mais informações sobre os Jogos Olímpicos, a partir de pesquisas feitas pela comunidade científica e de posicionamentos de governantes, empresários e da sociedade civil, analisando os lados positivo e negativo dos megaeventos. E, em busca desses “outros” olhares, Bruno Machado escreve o artigo “Da Vila Autódromo aos Jardins do Rei: pobreza, mercado e habitação no Rio de Janeiro olímpico”.

Bruno Machado faz análise da fala do empresário Carlos Carvalho, da empreiteira Carvalho Hosken, “buscando revelar a representação histórica da pobreza e de seu sujeito, o pobre, bem como os lugares a ele destinados no contexto carioca de megaeventos que agora chega ao fim”. Leva em consideração a influência do modelo de cidade olímpica de Barcelona na administração dos prefeitos que passaram pelo Rio de Janeiro, desde 1992: “tal modelo buscou introduzir na gestão urbana práticas e valores incubados no mundo empresarial, fortemente influenciados pela bula neoliberal à época em franca expansão”.

As intervenções urbanas e suas conseqüências também são analisadas no texto “Imaginado, vendido, transformado: produções e reproduções no Rio de Janeiro olímpico”, de Samuel Jaenisch, Lucas Almeida e Bruno Machado. Os pesquisadores verificam “que áreas da cidade foram privilegiadas e que ações concretas

foram empreendidas por parte do poder público nessa trajetória”. Levam em consideração “o fortalecimento da cidade enquanto destino turístico privilegiado, a criação de espaços urbanísticos diferenciados para atender às demandas do público esperado, além do papel desempenhado pelo capital imobiliário na produção de novas centralidades, particularmente a região portuária e a Barra da Tijuca”.

Clarisse Silveira e Debora Bento, no artigo “Chapéu Mangueira e Babilônia: programa Morar Carioca e o legado das Olimpíadas Rio 2016”, mostram as distorções do poder público em relação aos investimentos e à modernização da infraestrutura urbana no Rio de Janeiro. Chamam a atenção para o fato de que “a ausência de efetiva participação popular nesse processo de transformação do espaço da cidade é um aspecto que caracteriza esse momento”. Registram o abandono e o esvaziamento de propostas apresentadas como legados dos Jogos Olímpicos, como o programa Morar Carioca nas comunidades do Chapéu Mangueira e Babilônia.

Gustavo Souza, em “Olimpíadas, esporte e mercado: notas sobre o processo olímpico e suas consequências, para além das competições”, verifica “de que maneira aspectos arquitetônicos dos equipamentos esportivos, construídos ou remodelados para as Olimpíadas Rio 2016, em especial as arenas, articulam-se simbólica, estética e ritualmente com discursos ‘modernizantes’ ou ‘modernizadores’ da cidade do Rio de Janeiro e do país”. Além disso, como “esses discursos são apropriados por diversos atores sociais e permeados pelos diversos segmentos da sociedade, sendo estes eventos – as Olimpíadas –, assim como os megaeventos internacionais, instrumentos que permitem a flexibilização de regras e leis preexistentes, autorizando violações de direitos, em processos de remoção e remodelação das cidades-sede”.

Mas, o que ficará na memória? Medalhas, melhorias, distorções, remoções? Lucas Campos fecha a obra fazendo análise do que representou a construção da cidade olímpica carioca e o que ficará marcado na memória da população. “As Olimpíadas do Rio serão lembradas pelo ‘sucesso’ transmitido por meio das redes de televisão ou ficarão marcadas como os ‘Jogos da Exclusão’, conforme denominado por movimentos sociais?”. Seu objetivo é “identificar as diferentes esferas narrativas que têm estimulado a composição memorialística sobre o projeto olímpico e suas consequências. Isto é, no contexto específico de preparação e realização dos Jogos Rio 2016, quais são os discursos que ocupam e disputam o espaço público hoje?”.

Registros que trarão a você, leitor, a oportunidade para verificar e refletir sobre o que representaram os Jogos Olímpicos para a sociedade brasileira e, principalmente, para a sociedade carioca.

Boa leitura!

COMPETINDO POR SOBERANIA: IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO NACIONAL NOS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS RIO 2016 E O CASO DO KOSOVO

MAURÍCIO DRUMOND*

Expressão teatral de uma organização social, a festa é também fato político, religioso ou simbólico. Os jogos, as danças e as músicas que a recheiam não só significam descanso, prazeres e alegria durante sua realização; eles têm simultaneamente importante função social: permitem às crianças, aos jovens, aos espectadores e atores da festa introjetar valores e normas da vida coletiva, partilhar sentimentos coletivos e conhecimentos comunitários. [...] A alegria da festa ajuda as populações a suportar o trabalho, o perigo e a exploração, mas reafirma, igualmente, laços de solidariedade ou permite aos indivíduos marcar suas especificidades e diferenças.¹

Os Jogos Olímpicos modernos representam, desde suas edições iniciais no fim do século XIX, um dos principais palcos internacionais de exibição e afirmação de identidades nacionais. Ao longo do século XX, os Jogos foram convertidos em momentos de produção de imagens nacionais, e é possível destacar que em poucos outros espetáculos a ideia de nação tem tanto destaque quanto no caso dos Jogos Olímpicos de Verão.²

Como já afirmaram diversos estudos,³ as comemorações esportivas são por muitas vezes vistas como ocasiões para exaltar as conquistas e lamentar as derrotas de um povo, de uma comunidade que se entende enquanto tal, seja ela, ou não, internacionalmente reconhecida como soberana. Nesse quadro, os Jogos Olímpicos são um dos momentos mais privilegiados para a exibição e

* Doutor em História Comparada pela UFRJ. Professor da Universidade Santa Úrsula. Coordenador de Esporte do projeto “Preservação da memória das Olimpíadas: projetos e ações”. E-mail: msdrumond@yahoo.com.br.

1 DEL PRIORE, Mary Lucy. *Festas e utopias no Brasil Colonial*, p. 10.

2 THOMLISON, Alan; YOUNG, Christopher. *National identity and global sports events: culture, politics, and spectacle in the Olympics and the football World Cup*.

3 A relação entre esporte e identidades nacionais é um dos temas mais estudados dentro do campo da história do esporte. Como exemplos nacionais e internacionais desses estudos, podem-se apontar os trabalhos de Arnaud (El deporte, vehículo de las representaciones nacionales de los estados europeos), Arnaud e Riordan (*Sport and international politics: the impact of fascism and communism on sport*), Drumond (Futebol e política, nações em jogo), Dyreson (Globalizing the nation-making process: modern sport in world history), Santos e Melo (1922: celebrações esportivas do centenário), Sotomayor (*The sovereign colony: olympic sport, national identity, and international politics in Puerto Rico*), Thomlison e Young (*National identity and global sports events: culture, politics, and spectacle in the Olympics and the football World Cup*).

compartilhamento de símbolos nacionais, no que Benedict Anderson denominou de uma “comunidade imaginada”.⁴ Para o autor, o sentimento de identificação nacional deve ser entendido como o sentimento de pertencimento a uma entidade imaginada por seus membros, que compartilham símbolos próprios de identificação mútua. Mesmo que nunca se encontrem numa totalidade, os indivíduos se sentem como parte atuante de um grupo, pois “na mente de cada um existe a imagem de sua comunhão”.⁵ Os Jogos Olímpicos permitem à comunidade celebrar essa construção coletiva e demonstrar publicamente sua pertença ao todo, seja na cerimônia de abertura, onde desfilam com sua bandeira em nome de sua nação, seja nas posições mais altas do pódio, onde bandeira e hino são elevados à representação da pátria materializada.

Ao se referir aos hinos, Anderson destaca que a “experiência de simultaneidade” de sua entoação proporcionaria uma “realização física repercutida da comunidade imaginada”,⁶ uma vez que desconhecidos se reconhecem como participantes de um mesmo grupo por cantarem os mesmos versos na mesma melodia. Em eventos tão amplamente midiáticos como os Jogos Olímpicos, essa melodia é ouvida e compartilhada entre milhões de indivíduos por todo o planeta.

Tais eventos podem ser encarados, dessa forma, como “lugares de memória”,⁷ como entendidos por Pierre Nora: loci em que é construída a consciência histórica de um povo. Os lugares de memória não se constituem necessariamente de espaços físicos, mas também de elementos simbólicos. São monumentos, personalidades, obras de arte, acontecimentos, que ancoram a visão de um passado em comum, ajudando a materializar uma identidade construída. Os certames esportivos podem se constituir em lugares de memória quando são “investidos de uma aura simbólica”,⁸ como no caso dos Jogos Olímpicos. Uma conquista de medalha de ouro pode ser concebida como uma vitória nacional, e ser envernizada com a própria história da nação que se busca afirmar. Em maior ou menor grau, esses fatos são interpretados como representações das peculiaridades sociais e culturais da nação, relacionados a questões identitárias, permanecendo por anos na memória coletiva.

4 ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e expansão do nacionalismo*.

5 *Ibid.*, p. 25.

6 *Ibid.*, p. 197.

7 NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*.

8 *Ibid.*, p. 21.

O esporte é, assim, um importante elemento de afirmação cultural, ao redor do qual se constituem “tradições inventadas”.⁹ Para Hobsbawm, como “uma das novas práticas sociais mais importantes do nosso tempo, [...] tanto o esporte das massas quanto o da classe média uniam a invenção de tradições sociais e políticas [...] constituindo um meio de identificação nacional e comunidade artificial”.¹⁰

Assim, em um mundo cada vez mais globalizado, em poucos anos certos fatos esportivos ganharam status de memória nacional e o esporte se destaca como um dos meios de construção e consolidação de discursos identitários e de celebração da pátria. Isso não significa, no entanto, que o fenômeno esportivo seja utilizado deliberadamente como uma estratégia de manipulação e controle, imposta de cima para baixo; mas sim que ele se enquadra em um contexto de trocas simbólicas, no qual desempenha um papel ativo, com múltiplos significados e interpretações no processo de construção de imaginários dos membros de uma comunidade.

Esses símbolos estão, contudo, sujeitos a interferências políticas diversas, como no caso das representações esportivas da Taipé Chinesa. A República da China, também conhecida como Taiwan ou Formosa, utiliza o nome Taipé Chinesa (Chinese Taipei, em sua denominação oficial em inglês) devido à pressão exercida sobre o Comitê Olímpico Internacional pela República Popular da China, que resultou em um acordo conhecido como Resolução de Nagoya, em 1979, posteriormente adotado por outras entidades esportivas internacionais. Com a formação de dois governos denominados “China” após a Revolução Chinesa de 1949, a República da China utilizou inicialmente o nome “China” em suas representações internacionais. À medida que a República Popular da China foi ganhando reconhecimento internacional e força diplomática, esta conquistou o direito de ser reconhecida como a única “China” e forçou a exclusão da República da China de diversas entidades internacionais, como a ONU. Nas entidades esportivas, que continuariam permitindo a participação de suas delegações, outro nome precisaria ser utilizado, devido à impossibilidade diplomática de duas Chinas. Com o texto firmado na cidade de Nagoya, Japão, passou-se a utilizar a expressão em inglês “Chinese Taipei” (Taipé Chinesa), reiterando que o termo “República da China”, sua bandeira e hino não poderiam ser utilizados em eventos de entidades ligadas ao COI e outras entidades esportivas.¹¹

9 HOBBSAWM, Eric J.; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*.

10 HOBBSAWM, Eric J. A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914. p. 306-309.

11 BROWNELL, Susan. Could China stop Taiwan from coming to the Olympic Games?

À luz dessas questões iniciais, este trabalho tem por objetivo analisar o papel de representações olímpicas como ferramentas de identificação e reivindicação nacional por nações com reconhecimento internacional limitado (Kosovo e Taiwan) e territórios dependentes (Samoa Americana, Guam, Porto Rico, Ilhas Virgens, Bermuda, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Cayman, Aruba, Hong Kong, Macau e Ilhas Faroe), durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro, em 2016.

Com o fim de alcançar esse objetivo, o artigo abordará inicialmente a relação das representações nacionais olímpicas e paralímpicas e o processo de construção de suas identidades nacionais, para depois observar um estudo de caso específico – a conquista de medalha de ouro para o Kosovo por Majlinda Kelmendi. Para tentar obter uma leitura diferenciada dos casos destacados, buscou-se consultar, além da literatura especializada, periódicos internacionais, incluindo representantes de pontos de vista distintos nas disputas nacionais envolvidas, como periódicos sérvios. A partir das possíveis tensões encontradas ou de suas ausências, é possível observar um pouco mais profundamente as complexas questões envolvidas.

É importante ressaltar, no entanto, que tais leituras foram realizadas em condições que apresentam limitações ao resultado obtido, especialmente por conta do obstáculo linguístico (sobretudo com periódicos sérvios, não publicados em inglês, para os quais dependi da utilização de ferramenta de tradução eletrônica, não muito confiável) e pelo curto tempo de pesquisa possibilitado para a elaboração deste trabalho. Ainda assim, acredito que o resultado obtido apresenta uma contribuição para os estudos da área e que apresenta diversos pontos que podem ser mais profundamente analisados em trabalhos futuros.

OS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS COMO PALCO DE REPRESENTAÇÕES NACIONAIS

Uma das afirmações mais repetidas em trabalhos acadêmicos sobre esporte – especialmente os que elucubram questões relacionadas à política nacional e internacional – é o fato de o Comitê Olímpico Internacional (COI) possuir um número maior de países-membros do que a Organização das Nações Unidas (ONU).¹² Uma rápida consulta aos sítios eletrônicos das duas entidades demonstra esse fato: enquanto a ONU apresenta 193 países em seu rol de membros, o COI lista 206

12 Na realidade, a afirmação é feita tanto em relação ao COI quanto à Fifa (Federação Internacional de Futebol). No entanto, devido ao escopo do trabalho aqui apresentado, me ateno apenas ao primeiro.

comitês olímpicos nacionais associados, enquanto o Comitê Paralímpico Internacional (CPI) apresenta 177 comitês nacionais afiliados.¹³

Tal afirmação é, entretanto, pouco útil, se não for acompanhada por uma reflexão mais profunda e de maior escrutinização das listas de membros apresentadas. Tornam-se necessárias também análises de elementos, como motivos pela diferença na representação do COI para sua congênere paralímpica, sobre quais são as nações que se afiliaram a uma ou duas entidades, mas que não pertencem à terceira, e os possíveis motivos que levaram a isso. Ao se analisarem as datas de entrada dessas nações à(s) entidade(s) supranacional(is) abordada(s), é possível contextualizar o movimento de adesão ao momento histórico no qual se realizou.

A diferença nas filiações internacionais às três organizações não é linear. Ou seja, ainda que 164 países estejam ligados às três entidades, pode-se perceber que todos os países da ONU se encontram ligados também ao COI, no entanto, 25 deles não possuem um comitê paralímpico ligado ao CPI. Sete nacionalidades estão associadas somente aos comitês olímpico e paralímpico internacionais, mas não à ONU; seis possuem filiação somente junto ao COI e dois fazem parte apenas do CPI. A observação de tal divisão é facilitada pela tabela a seguir.

TABELA I: DIVISÃO DE PAÍSES MEMBROS.¹⁴

	ONU + COI + CPI	Somente ONU + COI	Somente COI + CPI	Somente ONU	Somente COI	Somente CPI
Número de membros	164	25	7	0	6	2

Palestina e Santa Sé, definidos pela ONU como estados observadores permanentes, não estão computados como países-membros da ONU neste estudo devido à sua caracterização como país não membro.

13 Os números podem ser acessados em diversos documentos e páginas nos sítios eletrônicos. Para membros da ONU, ver: Growth in United Nations Membership, 1945-present. Disponível em: <www.un.org/en/sections/member-states/growth-united-nations-membership-1945-present/index.html>. Acesso em: 17 abr. 2017. Para membros do COI, ver: List of NOCs in IOC protocol order. Disponível em: <https://stillmed.olympic.org/media/Document%20Library/OlympicOrg/Documents/National-Olympic-Committees/List-of-National-Olympic-Committees-in-IOC-Protocol-Order.pdf#_ga=1.190436463.515786076.1480430536>. Acesso em: 2 jan. 2017. O CPI apresenta sua lista de Comitês Paralímpicos Nacionais afiliados separados por continentes. As listas podem ser vistas em: <<https://www.paralympic.org/>>, sob a aba “NPCs”. Acesso em: 17 abr. 2017.

14 Números obtidos a partir dos sítios eletrônicos oficiais das três entidades, disponíveis em: <<http://www.un.org/en/member-states/index.html>>; <<https://www.olympic.org/national-olympic-committees>>; <<https://www.paralympic.org/>>. Acesso em: 2 jan. 2017. Sobre definição acerca do estatuto da Palestina e da Santa Sé na ONU, ver: <<http://www.un.org/en/sections/member-states/non-member-states/index.html>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

A menor procura pela filiação ao Comitê Paralímpico Internacional é compreensível, levando-se em conta a menor popularidade dos esportes paralímpicos e as dificuldades encontradas para a organização de federações, instalações e campeonatos desses esportes. Sua menor atratividade comercial, se comparada a esportes olímpicos, também torna mais difícil a obtenção de patrocínios por seus atletas, a manutenção de centros de treinamento adequados e a atenção da mídia em geral. Some-se a isso a menor tradição dos Jogos Paralímpicos – se comparados aos Jogos Olímpicos – e do próprio Comitê Paralímpico Internacional, criado apenas em 1989, em relação ao Comitê Olímpico Internacional, ativo desde 1894.¹⁵ Assim, diversos países que contam com comitês olímpicos nacionais estruturados, como Bolívia, Paraguai e Bangladesh, por exemplo, não possuem representação nos Jogos Paralímpicos.

Por outro lado, Macau e Ilhas Faroe, Estados de autonomia limitada ligados à China e Dinamarca, respectivamente, possuem representações paralímpicas, ainda que não tenham sido aceitas como membros autônomos do movimento olímpico pelo COI, tendo as Ilhas Faroe conquistado uma medalha de ouro nos Jogos Paralímpicos de 1988, em Seul. Outras representações paralímpicas de Estados dependentes também estiveram presentes nos Jogos Rio 2016. Dessas, Hong Kong e Taipé Chinesa conquistaram medalhas no Rio de Janeiro, sendo que apenas Hong Kong conquistou medalhas de ouro – duas. Nas cerimônias de abertura e encerramento também puderam ser vistas as bandeiras de Aruba, Porto Rico, Palestina e das Ilhas Virgens dos Estados Unidos, que não conquistaram medalhas, mas puderam desfilar com seus símbolos nacionais em transmissão televisiva internacional. O limite do alcance midiático das Paralimpíadas, entretanto, torna esses momentos de expressão nacional muito menos significativos do que nos Jogos Olímpicos.

No dia 5 de agosto de 2016, durante a abertura dos Jogos Olímpicos de Verão do Rio de Janeiro, 207 delegações desfilaram no estádio do Maracanã diante de uma audiência internacional estimada em 3 bilhões de pessoas, de acordo com a rede de notícias CNN.¹⁶ Entre essas delegações, além do estreante Time de Refugiados Olímpicos, 13 comitês nacionais representavam países ou territórios com reconhecimento limitado ou dependentes, sem reconhecimento internacional: Taipé Chinesa, Kosovo e Palestina (países com reconhecimento limitado); Aruba

15 KELL, Peter; KELL, Marilyn; PRICE, Nathan. Two games one movement? The Paralympic versus the Olympic movement; MIRANDA, Tatiane Jacusie. *Comitê Paralímpico Brasileiro: 15 anos de história*.

16 BROCCETTO, Marília. Rio 2016 Opening Ceremony: three billion watching, one unforgettable night.

(país do Reino dos Países Baixos); Bermuda, Ilhas Cayman e Ilhas Virgens Britânicas (territórios ultramarinos britânicos); Hong Kong (região administrativa especial da China); Ilhas Cook (Estado em livre associação com a Nova Zelândia); Porto Rico, Guam, Samoa Americana e Ilhas Virgens dos Estados Unidos (país e territórios dependentes dos Estados Unidos). Para a maior parte dessas nacionalidades, as cerimônias olímpicas são oportunidades únicas de exibição de seus símbolos pátrios, como bandeiras, emblemas, hinos, e o próprio nome de um Comitê “Nacional”, por todo o mundo.¹⁷

Pergunta-se, então, por que outros territórios e países com reconhecimento limitado não são também reconhecidos pelo COI e desfrutam de momentos como esses para a exibição e celebração de seus símbolos. Para se compreender melhor essa questão, deve-se atentar para uma mudança efetuada no texto da Carta Olímpica – um tipo de estatuto do COI – em 1996. Com o aumento de postulantes a novas nacionalidades na década de 1990, ocasionado principalmente pelo desmembramento da União Soviética e da Iugoslávia, o Comitê Olímpico Internacional alterou sua definição da expressão “país”, para fim de definição de um “Comitê Olímpico Nacional” (CON), presente no capítulo 4, item 34.1. Até 1995, no item lia-se: “Na Carta Olímpica, a expressão ‘país’ significa qualquer país, estado, território ou parte de um território que o COI, utilizando seu próprio critério, considere como a área de um CON”. Já em 1996, o texto foi alterado para: “Na Carta Olímpica, a expressão ‘país’ significa um Estado independente reconhecido pela comunidade internacional”.¹⁸ Por meio da mudança desse único item, a entrada de novos CON passou a se restringir a Estados soberanos, com reconhecimento de parte significativa da comunidade internacional, ainda que o reconhecimento mínimo necessário não seja previamente estipulado, estando sujeito a manobras políticas nos congressos anuais da entidade. A mudança não teve, entretanto, efeito retroativo, não afetando os comitês já filiados ao COI, que permanecem com a entidade até hoje.

17 SOTOMAYOR, Antonio. *The sovereign colony: Olympic Sport, National Identity, and International Politics in Puerto Rico*. Taipé Chinesa, como visto anteriormente, não pode utilizar símbolos em alusão à nacionalidade chinesa devido à Resolução de Nagoya. Ainda assim, o fato de possuir um Comitê Nacional e o termo “Chinesa” em seu nome fazem referência ao pertencimento político e cultural de sua população.

18 Todas as versões da Carta Olímpica estão disponíveis no sítio eletrônico do Comitê Olímpico Internacional. As versões de 1995 e 1996 estão disponíveis, respectivamente, em: <https://stillmed.olympic.org/media/Document%20Library/OlympicOrg/Olympic-Studies-Centre/List-of-Resources/Official-Publications/Olympic-Charter/EN-1995-Olympic-Charter.pdf#_ga=1.228917080.515786076.1480430536> e <https://stillmed.olympic.org/media/Document%20Library/OlympicOrg/Olympic-Studies-Centre/List-of-Resources/Official-Publications/Olympic-Charter/EN-1996-Olympic-Charter.pdf#_ga=1.22277247.515786076.1480430536>. Acesso em: 17 abr. 2017.

Essa alteração gerou casos interessantes que podem ser brevemente analisados, ainda que mereçam estudos mais aprofundados por pesquisas futuras. Por exemplo, Aruba, um país do Reino dos Países Baixos, parte do Caribe Holandês, possui seu Comitê Olímpico Nacional reconhecido pelo COI, e Curaçao e São Martinho, ilhas com o mesmo status de Aruba, não. As três ilhas faziam parte, originalmente, das Antilhas Holandesas, um CON reconhecido pelo COI, que disputou diversos Jogos Olímpicos de Verão e de inverno entre 1952 e 2008. Em 1985, Aruba se separou politicamente das Antilhas e conquistou estatuto de país do Reino dos Países Baixos. Com isso, pleiteou seu próprio Comitê Olímpico Nacional junto ao COI e passou a fazer parte da entidade em 1º de janeiro de 1986. No entanto, quando as Antilhas Holandesas foram desmembradas pelo governo holandês, com as ilhas de Curaçao e São Martinho elevadas à categoria de países do Reino dos Países Baixos, em 2010, a nova redação do item 34.1 da Carta Olímpica já estava em vigor, e Curaçao não teve seu CON reconhecido pelo COI.¹⁹ Note-se que a Fifa, por não adotar a Carta Olímpica, conta atualmente com Aruba e Curaçao entre seus países afiliados.²⁰

Macau se encontra em situação semelhante. Apesar de ser, assim como Hong Kong, uma região administrativa especial da República Popular da China, o enclave passou para domínio chinês apenas em 1999, após a nova redação da Carta Olímpica. No entanto, somente isso não explica completamente o fato. Macau possui um Comitê Olímpico desde dezembro de 1987, tendo participado de todas as edições dos Jogos Paralímpicos de Verão desde 1988, ainda sob administração portuguesa e sob a redação antiga do artigo 34.1 da Carta Olímpica.²¹ Apesar de não ser reconhecido pelo COI, o Comitê Olímpico de Macau é filiado ao Comitê Olímpico Asiático desde 1988, tendo participado dos Jogos Asiáticos desde 1990, com uma medalha de ouro conquistada em Guangzhou 2010. Macau foi sede dos Jogos da Ásia Oriental, em 2005, e dos Jogos Asiáticos em Recintos Cobertos, em 2007, variantes regionais dos Jogos Olímpicos.²² Ou seja, ainda que Macau tivesse

19 GRASSO, John; MALLON, Bill; HEIJMANS, Jeroen. Netherlands Antilles (AHO).

20 Em 4 de janeiro de 2017, o ranking da Fifa apontava Curaçao na 75ª posição e Aruba na 160ª, no futebol masculino, e Aruba na 126ª e Curaçao na 128ª no futebol feminino. Dados disponíveis em: <<http://www.fifa.com/associations/association=aru/index.html>> e <<http://www.fifa.com/associations/association=cuw/index.html>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

21 Informações disponíveis no sítio eletrônico do Comitê Olímpico e Desportivo de Macau, China. Ver: About Sports & Olympic Committee of Macau, China. Disponível em: <<http://www.macaulympic.org/PT/WebContext1.aspx?ID=3&TYPE=1>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

22 Informações disponíveis no sítio eletrônico do Comitê Olímpico da Ásia. Ver: Macau. Disponível em: <<http://www.ocasia.org/NOCs/NocCountries.aspx?gcoyxKv9OKE=>>>; e Macau 2007: 2nd Asian Indoor Games. Disponível em: <<http://www.ocasia.org/Game/GameParticular.aspx?m302sVEZOpUj2ChZBk5tvA==>>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

um Comitê Olímpico Nacional organizado e ativo junto a outras entidades olímpicas internacionais antes de 1996, sua filiação ao COI não foi efetuada em tempo, antes da mudança dos termos da Carta Olímpica.

Ainda que a participação da maior parte dessas 13 nações nos Jogos Olímpicos tenha sido infrutífera no que tange à obtenção de medalhas, somente sua participação e desfile, sua bandeira exibida ao lado do nome de seus atletas durante as competições televisionadas e seu nome exibido como qualquer outro país, perante a audiência de bilhões de indivíduos por todo o planeta, já é uma grande conquista. Delas, apenas três conquistaram medalhas no Rio de Janeiro: Taipei Chinesa (uma de ouro e duas de bronze), Kosovo e Porto Rico (uma de ouro cada). Para essas duas últimas, a conquista da medalha de ouro teve significado diferente. O Kosovo, uma nação que ainda luta por ter sua independência reconhecida, conquistou sua medalha na primeira edição dos Jogos Olímpicos em que toma parte, já Porto Rico possui um longo histórico de disputas olímpicas, pan-americanas e caribenhas, mas conquista sua primeira medalha no principal palco midiático do esporte olímpico, conquistando o ouro inesperado. A seguir, observaremos o caso kosovar com maior detalhe, assim como sua repercussão em diferentes veículos de informação internacionais.²³

KOSOVO, A PRIMEIRA MEDALHA DE UM NOVO PAÍS?

O Kosovo é um dos mais novos países a disputarem os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, fazendo sua estreia olímpica em 2016 juntamente com o Sudão do Sul. No entanto, diferentemente do país africano, o Kosovo ainda enfrenta empecilhos perante seu reconhecimento internacional, fruto da disputa territorial com a Sérvia, país do qual declarou independência unilateral em 2008, após estar desde 1999 sob administração da ONU. O governo sérvio continua defendendo, entretanto, que o Kosovo é apenas uma região autônoma de seu país. Apesar de contar com o reconhecimento dos Estados Unidos, da maior parte da União Europeia (22 dos 27 Estados), e da afirmação do Tribunal de Justiça Internacional, em 2010, de que sua declaração de independência não contrariou o direito internacional, a oposição de Estados como Rússia, China e Índia, além da Sérvia, ainda coloca o país em uma situação peculiar na comunidade internacional.²⁴

O país declarou sua independência formalmente em 2008, mas teve seu Comitê Olímpico Nacional reconhecido pelo COI apenas em 2014, após forte

23 Para maiores detalhes sobre Porto Rico e os Jogos Olímpicos, ver: SOTOMAYOR, Antonio. *The Sovereign Colony: Olympic Sport, National Identity, and International Politics in Puerto Rico*.

24 GOMES, Teresa Cierco. *Kosovo: os desafios à democratização*.

resistência da Sérvia e de países aliados, como declarou Vlade Divac, presidente do Comitê Olímpico da Sérvia e ex-jogador de basquete da NBA:

Nós fizemos tudo que podíamos, por cinco anos conseguimos bloquear sua aceitação e proteger a Carta Olímpica. [...] O fato é que essas decisões abrem um precedente, uma vez que desde 1996, quando se mudou a Carta Olímpica (i.e. o estatuto do COI), nenhum país é admitido ao COI antes de ganhar um assento nas Nações Unidas. Não estamos satisfeitos com esta decisão, mas como um esporte, e não uma organização política, como parte do Movimento Olímpico [...].²⁵

Os atletas kosovares deveriam competir, até então, sob a bandeira da Sérvia, país contra o qual lutaram e buscavam independência. Majlinda Kelmendi, a principal atleta kosovar e vencedora da medalha de ouro do país no judô, disputara os Jogos de Londres 2012 junto à delegação da Albânia, visto que a esmagadora maioria dos kosovares são de etnia albanesa. Em 2013, após o reconhecimento de seu país pela Federação Internacional de Judô (IJF), a atleta conquistou seu primeiro título pelo país. No entanto, no campeonato do ano seguinte, realizado na Rússia, Kelmendi precisou competir sob a bandeira da IJF, visto que a Rússia se recusou a reconhecer a representação do Kosovo.²⁶

Na verdade, Kelmendi chegou ao Rio de Janeiro como uma das favoritas para a medalha de ouro no judô feminino categoria -52 kg, como até mesmo Vlade Divac, presidente do Comitê Olímpico da Sérvia, admitiu.²⁷ Majlinda já havia se sagrado bicampeã mundial e conquistara o ouro em outras três competições internacionais em 2016. A judoca também se destacou ao carregar a bandeira kosovar na cerimônia de abertura, como grande estrela da pequena delegação de oito atletas. Ao conquistar a primeira medalha pelo país, Majlinda Kelmendi chamou ainda mais a atenção da mídia internacional para seu caso e de seu país. Um rápido olhar para algumas manchetes de jornais de diferentes países pode comprovar essa afirmação: “Conheça a judoca Majlinda Kelmendi, a inspiradora primeira medalhista do Kosovo” – *The Washington Post*, EUA;²⁸ “Kelmendi. Não há coisa Majlinda no Kosovo” – *Jornal I*, do portal O Sapo, Portugal;²⁹ “Judo: Majlinda Kelmendi,

25 Дивац: Урадили смо све што смо могли [Divac: Nós fizemos tudo o que podíamos]. Политика [Política], 12 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.politika.rs/scc/clanak/313148/%D0%94%D0%B8-%D0%B2%D0%B0%D1%86-%D0%A3%D1%80%D0%B0%D0%B4%D0%B8%D0%BB-%D0%B8-%D1%81%D0%BC%D0%BE-%D1%81%D0%B2%D0%B5-%D1%88%D1%82-%D0%BE-%D1%81%D0%BC%D0%BE-%D0%BC%D0%BE%D0%B3%D0%BB%D0%B8>>. Acesso em: 17 abr. 2017. Traduzido com auxílio do tradutor eletrônico.

26 MORLEY, Gary; HUSSAIN, Leila. Majlinda Kelmendi: Kosovo's judo queen fights for recognition.

27 Ibid.

28 SOONG, Kelyn. Meet judoka Majlinda Kelmendi, Kosovo's inspiring first Olympic medallist.

29 LIMA, Filipe Escobar de. Kelmendi: não há coisa Majlinda no Kosovo.

a sétima estrela do Kosovo” – *Le Monde*, França;³⁰ “Primeira vitória olímpica do Kosovo: uma provocação de ouro para a Sérvia” – *Frankfurter Allgemeiner*, Alemanha;³¹ “Majlinda Kelmendi faz história no Rio com a primeira medalha de todos os tempos do Kosovo” – *The Sydney Morning Herald*, Austrália.³²

A própria história da judoca era um prato cheio para os jornais, ávidos por histórias dramáticas e épicas, de preferência com finais felizes, seguindo a tradicional trajetória do herói – ou heroína, nesse caso. Kelmendi é frequentemente retratada como uma menina de família humilde de origem albanesa do Kosovo. Ainda jovem começou a treinar judô com seu atual treinador, Driton Kuka, ex-lutador de judô da equipe iugoslava que lutou na Guerra dos Balcãs nos anos 1990 pela independência do Kosovo e nunca pôde participar de uma Olimpíada. Antes do reconhecimento do Kosovo, Majlinda recebeu diversos convites milionários para se naturalizar e lutar por outras bandeiras, mas se recusou, alegando ter o sonho de representar sua pátria no campo esportivo. Após a Federação Internacional de Judô (IJF) reconhecer seu país, pôde carregar as iniciais KOS nas costas de seu quimono, exceto no mundial da Rússia, em 2014, quando foi proibida de utilizar símbolos kosovares, mas venceu o título de forma heroica. E ao disputar a primeira Olimpíada por sua nação, justamente no Brasil, um país que ainda não reconhece o Kosovo como nação independente, chega ao ponto mais alto do pódio e faz seu hino retumbar diante do hasteamento de sua bandeira, recebendo seu primeiro ouro olímpico.

Com a omissão de alguns pontos em algumas reportagens, e de outros em outras, essa é, de forma geral, a história retratada pelos periódicos internacionais.³³ Nas entrevistas de Kelmendi retratadas nessas páginas, repete-se por vezes a tradicional imagem do esporte como meio altruísta, de títulos e medalhas conquistadas em prol da comunidade, em um discurso quase modelado sobre o significado do esporte:

30 BOUTEILLER, Florent. Judo: Majlinda Kelmendi, la septième étoile du Kosovo.

31 MARTENS, Michael. Erster Olympiasieg des Kosovo: Eine goldene Provokation für Serbien.

32 GALLAGHER, Chris. Majlinda Kelmendi makes history in Rio with first ever Olympic medal for Kosovo.

33 BOUTEILLER, Florent. Judo: Majlinda Kelmendi, la septième étoile du Kosovo; DORO, Bruno. Judô dá 1º ouro para Kosovo: “Espero que sirva para Brasil nos reconhecer”; GALLAGHER, Chris. Majlinda Kelmendi makes history in Rio with first ever Olympic medal for Kosovo; LIMA, Filipe Escobar de. Kelmendi: não há coisa Majlinda no Kosovo; MARTENS, Michael. Erster Olympiasieg des Kosovo: Eine goldene Provokation für Serbien; MORLEY, Gary; HUSSAIN, Leila. Majlinda Kelmendi: Kosovo’s judo queen fights for recognition; SOONG, Kelyn. Meet judoka Majlinda Kelmendi, Kosovo’s inspiring first Olympic medallist.

Sonhei tanto com esse momento. É especial para mim, para minha família, para meu técnico, para meu país... Mas, principalmente, para as crianças do Kosovo. Eu provei que, se quiserem ser campeões olímpicos, eles podem, mesmo vindo de um país pequeno e pobre.³⁴

Eu não sei se vou ficar mais famosa e nem quero saber disso, mas o mundo vai respeitar-me muito mais, porque esse é o primeiro ouro do Kosovo, da Albânia ou de quem fala albanês. Eu não quero ficar rica ou famosa, eu luto porque amo lutar e quero encher de orgulho o meu país.³⁵

Todo trabalho duro e sacrifício que fiz, fiz por meu país e pelo meu povo.³⁶

Somado a isso, a exaltação do sentimento pátrio foi outro ponto propagado pela mídia internacional. A agência de notícias Reuters divulgou uma entrevista feita com Sanije Balaj, kosovar de 51 anos, em um bar na capital Pristina, logo após a conquista do ouro. De acordo com a Reuters, Sanije teria começado a chorar com a execução do hino nacional pela televisão, dizendo: “Achei que nunca veria esse dia, porque pensei que fosse morrer na guerra de 1999. Majlinda não estava representando apenas ela mesma, mas todas as pessoas do Kosovo”.³⁷ Quando retornou para seu país, a atleta recebeu uma recepção de heroína pública, desfilando em um ônibus aberto pela cidade. Nesse momento, Emin Krasniqi, de 62 anos, teria declarado ao jornalista da Reuters: “Quando ela ganhou, chorei como um bebê. Foi o melhor momento de minha vida desde que declaramos independência”.³⁸

A importância da conquista também foi notada nos meios oficiais. Petrit Selimi, ministro do Exterior do Kosovo, declarou à BBC: “Utilizaremos os resultados no campo esportivo para garantir que se podemos ter nossa bandeira nas Olimpíadas, também podemos tê-la em outras coisas”.³⁹ James Ker-Lindsay, especialista em política do Kosovo da London School of Economics, afirmou:

Os reconhecimentos diminuiriam consideravelmente nos últimos anos. [...] Na falta de reconhecimento por outros Estados, uma das chaves para legitimar o Kosovo é integrá-lo em organizações e eventos esportivos internacionais.

Alguns anos atrás, um diplomata disse que Belgrado iria finalmente aceitar o Kosovo como um Estado independente quando visse o Kosovo jogar futebol na Copa do Mundo – e eu acho que esse é um argumento válido. Ao tomar parte na Copa do Mundo e nas Olimpíadas, o Kosovo está, na verdade, consolidando seu lugar no palco internacional.⁴⁰

34 DORO, Bruno. Judô dá 1º ouro para Kosovo: “Espero que sirva para Brasil nos reconhecer”.

35 LIMA, Filipe Escobar de. Kelmendi: não há coisa Majlinda no Kosovo.

36 BYTYCI, Fatos. Kosovo’s first Olympics winner gets hero’s welcome at home.

37 GALLAGHER, Chris. Majlinda Kelmendi makes history in Rio with first ever Olympic medal for Kosovo.

38 BYTYCI, Fatos. Kosovo’s first Olympics winner gets hero’s welcome at home.

39 DELAUNEY, Guy. Rio Olympics 2016: Judo champ Kelmendi thrills Kosovo.

40 Ibid.

Entre os periódicos digitais sérvios pesquisados, os de maior circulação cobriram o evento em tom comedido, mas em linha com as reportagens dos grandes jornais internacionais, ainda mais visto que as notícias tinham como base as mesmas agências de notícias. O jornal *Вечерње новости* [*Večernje novosti* – Notícias Vespertinas], por exemplo, um jornal de grande circulação desde a década de 1950, na extinta Iugoslávia,⁴¹ retratou de forma breve a conquista, exibindo informações similares a outros jornais internacionais, em uma matéria não assinada.⁴² Alguns outros veículos de informação digitais sérvios, que aparentam ter menor visibilidade e popularidade, baseado em uma análise inicial dos sítios eletrônicos, apresentam outros matizes. A prestigiada revista de ciência política *Нова српска политичка мисао* [*Nova srpska politicka misao* – Novo Pensamento Político Sérvio], de Belgrado, foi sutil em suas críticas ao cobrir a notícia. Em “Judoca Majlinda Kelmendi ganha a primeira medalha olímpica do ‘Kosovo’”, o conteúdo da matéria repete as informações básicas oferecidas pelas agências de notícias internacionais, no entanto, utiliza o nome do país entre aspas na manchete – “Kosovo”, e ao longo do texto se refere a ele como “Estado autoproclamado”, e ressalta que, de acordo com as resoluções das Nações Unidas, “o Kosovo, com grande autonomia, ainda é parte da Sérvia”.⁴³ É evidente que essas notícias não possuem a narrativa heroica vista em muitos outros veículos da mídia internacional.

Entre os meios oficiais sérvios, o ministro dos Esportes sugeriu que atletas sérvios deveriam descer do pódio, caso fossem premiados junto a kosovares – o que não ocorreu na edição dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.⁴⁴ No entanto, a

41 De acordo com a seção “Sobre nós” do sítio eletrônico do jornal, disponível em: <http://www.novosti.rs/%D0%B2%D0%B5%D1%87%D0%B5%D1%80%D1%9A%D0%B5_%D0%BD%D0%BE%D0%B2%D0%BE%D1%81%D1%82%D0%B8/%D0%BE_%D0%BD%D0%B0-%D0%BC%D0%B0/%D0%BE_%D0%BD%D0%B0%D0%BC%D0%B0.578.html>. Acesso em: 17 abr. 2017. Traduzido com auxílio de tradutor eletrônico.

42 Kosovo osvojilo prvu zlatnu medalju u Riđu, Kelmendi presreћna: Nema тих милиона који могу да плате овај осећај [Kosovo ganhou a primeira medalha de ouro no Rio, Kelmendi feliz: Nem aqueles milhões podem pagar esse sentimento]. *Вечерње новости* [Notícias Vespertinas], 7 ago. 2016. Disponível em: <[43 Цудисткиња Мајлинда Кељменди донела “Косову” прву златну олимпијску медаљу \[Judoca Majlinda Kelmendi ganha a primeira medalha olímpica do “Kosovo”\]. *Нова српска политичка мисао* \[Novo Pensamento Político Sérvio\], 8 ago. 2016. Disponível em: <<http://www.nspm.rs/hronika/dzudistkinja-majlinda-keljmendi-donela-republici-kosovo-prvu-zlatnu-olimpijsku-medalju.html>>. Acesso em: 17 abr. 2017. Traduzido com auxílio de tradutor eletrônico.](http://www.novosti.rs/%D0%B2%D0%B5%D1%81%D1%82%D0%B8/%D1%81%D0%BF%D0%BE%D1%80%D1%82.439.html:618973-%D0%9A%D0%BE%D1%81%D0%BE%D0%B2%D0%BE-%D0%BE%D1%81%D0%B2%D0%BE%D1%98%D0%B8%D0%BB%D0%BE-%D0%BF%D1%80%D0%B2%D1%83-%D0%B7%D0%BB%D0%B0%D1%82%D0%BD%D1%83-%D0%BC-%D0%B5%D0%B4%D0%B0%D1%99%D1%83-%D1%83-%D0%A0%D0%B8%D1%98%D1%83>”. Acesso em: 17 abr. 2017. Traduzido com auxílio de tradutor eletrônico.</p>
</div>
<div data-bbox=)

44 MARTENS, Michael. Erster Olympiasieg des Kosovo: Eine goldene Provokation für Serbien.

revista eletrônica de direita sérvia,⁴⁵ Патриот [Patriot – Patriota], na matéria “Fugir do pódio não é a forma certa de mostrar que o Kosovo é Sérvia!”, critica a postura oficial, considerando-a ineficaz. Segundo o autor, de pseudônimo Sputnik (2016),

[...] os representantes do Kosovo não estão apenas no pódio, mas em toda a Olimpíada. A “bandeira” não é hasteada somente quando trazem a medalha, mas está entre todas as bandeiras olímpicas participantes. O hino (se houver) será entoado com ou sem os atletas sérvios.

Os símbolos se fazem presentes. Para kosovares, sérvios ou qualquer outro indivíduo entre os bilhões de telespectadores estimados por todo o mundo, o Kosovo está simbolicamente mais próximo de se constituir enquanto uma nação, ainda que com grandes percalços.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Procurei demonstrar ao longo deste trabalho que os grandes eventos esportivos são importantes plataformas de exibição simbólica de identidades nacionais e de nacionalismo. Esse fator é ainda mais forte durante os Jogos Olímpicos de Verão, devido à sua grande popularidade e amplo alcance midiático. A cada quatro anos, esses símbolos são expostos perante milhões, ou mesmo bilhões, de espectadores, equiparando em importância nações já tradicionais e reconhecidas com outras nacionalidades que buscam, em diferentes graus, autonomia e reconhecimento.

Dentro da complexa rede de países reconhecidos pelo Comitê Olímpico Internacional ou postulantes a esse reconhecimento, destacou-se aqui o singular caso do Kosovo, que, diferentemente das outras nacionalidades aqui expostas, declarou independência da Sérvia em 2008 e luta na comunidade internacional por reconhecimento. A participação nos Jogos Olímpicos e a conquista do ouro foram mais um passo nessa luta. No entanto, o reconhecimento apenas no campo esportivo não é suficiente, ainda há outras arenas para se competir.

45 Em “Sobre nós” (O Hama), a revista se apresenta como “um portal de internet que reúne em um só lugar os eventos atuais no cenário político sérvio no espectro da direita. O nosso desejo é que, sem preferência por qualquer opção de direita política, os leitores se familiarizem com o funcionamento do direitista sérvio como a expressão máxima da nação e o Estado como uma comunidade de aliança da personalidade livre, que está na frente de todos os desafios e proporciona uma sensação de sacrifício para a defesa da tradição, da liberdade e da ordem”. Disponível em: <<http://patriot.rs/bezanje-sa-pobednickog-postolja-nije-pravi-nacin-pokazivanja-da-je-kosmet-srbija/>>. Acesso em: 17 abr. 2017. Traduzido com auxílio de tradutor eletrônico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e expansão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 2005.

ARNAUD, Pierre. El deporte, vehículo de las representaciones nacionales de los estados europeos. In: AJA, Teresa Gonzalez (Org.). *Sport y autoritarismos: la utilización del deporte por el comunismo y el fascismo*. Madri: Alianza Editorial, 2002. p. 11-26.

ARNAUD, Pierre; RIORDAN, James. *Sport and international politics: the impact of fascism and communism on sport*. Oxon: Taylor & Francis, 1998.

BOUTEILLER, Florent. Judo: Majlinda Kelmendi, la septième étoile du Kosovo. *Le Monde.fr*, 7 ago. 2016. Disponível em: <http://www.lemonde.fr/jeux-olympiques-rio-2016/article/2016/08/07/judo-majlinda-kelmendi-la-septieme-etoile-du-kosovo_4979456_4910444.html>. Acesso em: 19 dez. 2016.

BROCCHETTO, Marilia. Rio 2016 Opening Ceremony: three billion watching, one unforgettable night. *CNN International Edition*, 4 ago. 2016. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2016/08/03/americas/olympics-opening-ceremony/>>. Acesso em: 2 jan. 2017.

BROWNELL, Susan. Could China stop Taiwan from coming to the Olympic Games? *The China beat: bloggin how the East is read*, 6 abr. 2008. Disponível em: <<http://thechinabeat.blogspot.com.br/2008/06/faq3-could-china-stop-taiwan-from.html>>. Acesso em: 2 jan. 2017.

BYTYCI, Fatos. Kosovo's first Olympics winner gets hero's welcome at home. *Reuters*, 14 ago. 2016. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/us-olympics-rio-judo-kosovo-kelmendi-idUSKCN10PoQ5>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

DEL PRIORE, Mary Lucy. *Festas e utopias no Brasil Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

DELAUNEY, Guy. Rio Olympics 2016: Judo champ Kelmendi thrills Kosovo. *BBC News*, 8 ago. 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-europe-37009927>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

DORO, Bruno. Judô dá 1º ouro para Kosovo: “Espero que sirva para Brasil nos reconhecer”. *UOL Olimpíadas*, 7 ago. 2016. Disponível em: <<http://olimpiadas.uol.com.br/noticias/redacao/2016/08/07/ela-rejeitou-naturalizacao-milionaria-para-ganhar-1-ouro-do-kosovo-no-rio.htm>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

- DRUMOND, Maurício. Futebol e política, nações em jogo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, ano 169, n. 439, p. 37-57, 2008.
- DYRESON, Mark. Globalizing the nation-making process: modern sport in world history. *International Journal of the History of Sport*, v. 20, n. 1, p. 91-106, 2003.
- GALLAGHER, Chris. Majlinda Kelmendi makes history in Rio with first ever Olympic medal for Kosovo. *The Sydney Morning Herald*, 8 ago. 2016. Disponível em: <<http://www.smh.com.au/sport/olympics/rio-2016/majlinda-kelmendi-makes-history-in-rio-with-first-ever-olympic-medal-for-kosovo-20160808-gqnyju.html>>. Acesso em: 21 dez. 2016.
- GOMES, Teresa Cierco. Kosovo: os desafios à democratização. *Relações Internacionais (R:I)*, n. 32, p. 153-170, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n32/n32a08.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2016.
- GRASSO, John; MALLON, Bill; HEIJMANS, Jeroen. Netherlands Antilles (AHO). In: _____. *Historical dictionary of the olympic movement*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2015. p. 392-393.
- HOBSBAWM, Eric J. A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914. In: HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997. p. 271-316.
- HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- KELL, Peter; KELL, Marilyn; PRICE, Nathan. Two games one movement? The Paralympic versus the Olympic movement. In: GILBERT, Keith; SCHANTZ, Otto J. (Org.). *The Paralympic Games: empowerment or side show?* Maidenhead, UK: Meyer & Meyer, 2008. p. 155-166.
- LIMA, Filipe Escobar de. Kelmendi: não há coisa Majlinda no Kosovo. *Jornal I*, 9 ago. 2016. Disponível em: <<http://ionline.sapo.pt/519096>>. Acesso em: 21 dez. 2016.
- MARTENS, Michael. Erster Olympiasieg des Kosovo: eine goldene Provokation für Serbien. *Frankfurter Allgemeine*, 9 ago. 2016. Disponível em: <<http://www.faz.net/aktuell/sport/olympia/kosovos-erster-olympiasieg-ist-eine-herausforderung-fuer-serbien-14379724.html>>. Acesso em: 21 dez. 2016.
- MIRANDA, Tatiane Jacusie. *Comitê Paralímpico Brasileiro: 15 anos de história*. Campinas, 2011. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.

MORLEY, Gary; HUSSAIN, Leila. Majlinda Kelmendi: Kosovo's judo queen fights for recognition. *CNN International Edition*, 22 jun. 2015. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2015/06/17/sport/majlinda-kelmendi-kosovo-judo-olympics/>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10, p. 7-28, 1993.

SANTOS, João Manuel C. Malaia; MELO, Victor Andrade de (Org.). 1922: celebrações esportivas do centenário. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

SOONG, Kelyn. Meet judoka Majlinda Kelmendi, Kosovo's inspiring first Olympic medallist. *The Washington Post*, 7 ago. 2016. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/early-lead/wp/2016/08/07/meet-judoka-majlinda-kelmendi-kosovos-inspiring-first-olympic-medalist/?utm_term=.0d2cd233b471>. Acesso em: 22 dez. 2016.

SOTOMAYOR, Antonio. *The sovereign colony: Olympic Sport, National Identity, and International Politics in Puerto Rico*. Lincoln, NE: University of Nebraska Press, 2016.

SPUTNIK. Бежање са победничког постоља није прави начин показивања да је Космет Србија! [Fugir do pódio não é a forma certa de mostrar que o Kosovo é Sérvia!]. *Патриот [Patriota]*, 9 ago. 2016. Disponível em: <<http://patriot.rs/bezanje-sa-pobednickog-postolja-nije-pravi-nacin-pokazivanja-da-je-kosmet-srbija/>>. Acesso em: 3 jan. 2017.

THOMLISON, Alan; YOUNG, Christopher. *National identity and global sports events: culture, politics, and spectacle in the Olympics and the football World Cup*. Albany, NY: Suny Press, 2006.

OS JOGOS OLÍMPICOS NA MÍDIA BRASILEIRA

EULA DANTAS TAVEIRA CABRAL*

A realização dos Jogos Olímpicos no Brasil foi considerada um sonho e, ao mesmo tempo, um pesadelo para muitos brasileiros. Enquanto alguns festejavam as conquistas de medalhas dos atletas, outros amarguravam a situação crítica provocada pela administração pública e o setor privado. Centenas de pessoas perderam seus lares. Bilhões foram gastos em troca de “legados” que não foram concretizados. Saúde, educação, moradia, segurança e bem-estar da população foram trocados por “legos” esportivos.

Como entender ou explicar o que aconteceu no Brasil? Como foi a cobertura da mídia brasileira em momentos críticos no país? Como explicar as crises econômica e política diante do “espetáculo midiático esportivo”? Quais foram os destaques da mídia durante os Jogos Olímpicos?

Para entender o “momento olímpico”, procedeu-se ao levantamento e à verificação dos registros de dois grandes jornais brasileiros: *Folha de S.Paulo* e *O Globo*. As análises das informações foram organizadas em fichas, seguindo o modelo que levava em consideração o projeto gráfico de cada jornal, sob todos os aspectos, tais como diagramação, tamanho e tipo de matéria, uso de fotos, legendas, etc., além do resumo, foco, indexadores e palavras-chave de cada texto jornalístico impresso.¹

* Tem mestrado, doutorado e pós-doutorado em Comunicação Social. É uma das coordenadoras-gerais do projeto “Preservação da memória das Olimpíadas: processos e ações”. É professora do Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa e trabalha com pesquisas e projetos no Setor de Políticas Culturais da FCRB. Atua na área de Economia Política da Comunicação, Cultura e Informação. E-mail: eulacabral@gmail.com.

1 O levantamento teve a participação dos bolsistas Cícera Vieira, Marina Martinez e Tiago Fontoura, além da estudante Leticia Taveira Cabral.

O JORNALISMO EM PAUTA E A IMPORTÂNCIA DO PROJETO GRÁFICO

A busca dos registros dos jornais brasileiros se deu porque no Brasil as pessoas são muito ligadas ao que é exibido na mídia brasileira. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2013, 96,9% dos lares brasileiros têm, pelo menos, um aparelho de televisão em casa e 83,4% um rádio que recebem programação gratuita, via TV aberta analógica e/ou digital e sinais radiofônicos. Só não chegam a lugares que não têm energia elétrica nem energia solar. Jornais e revistas, mesmo com poucos leitores, têm total credibilidade da população. Em relação às mídias pagas, verifica-se um crescimento razoável, pois não se pode negar que a maioria da população é pobre e não consegue pagar o alto custo da TV por assinatura, internet e telefones fixos e celulares.

O jornal impresso é o meio de comunicação que atinge as pessoas com uma linguagem simples, objetiva e direta. Além disso, com os recursos gráficos utilizados, permite uma compreensão melhor do que está escrito, possibilitando ao povo brasileiro acompanhar o dia a dia de cada fato; e aos pesquisadores encontrar e analisar os registros jornalísticos.

Na década de 1960, McLuhan assinalava que as pessoas se baseavam na alfabetização porque a cultura humana era regida pela visão, projetada pelo alfabeto.² Quase 60 depois, mesmo com as inovações tecnológicas e novos tipos de mídia, as pessoas continuam lendo e buscando informações. De acordo com a pesquisa encomendada pelo governo federal, “Pesquisa brasileira de mídia – 2016”, diante de tantas possibilidades de se buscar e encontrar a informação gratuitamente, apenas 3% dos entrevistados leem jornais; destes, 66% leem a versão impressa e 30% a digital; o mais lido é *O Globo*, vindo em seguida a *Folha de S.Paulo*.³

Ao comparar os dados da pesquisa 2016 com os registros das pesquisas 2015 e 2014, observou-se queda no número de leitores. Em 2015 e 2014, os números foram os mesmos: apenas 21% dos entrevistados liam jornal e 13% revistas. De lá para cá, registrou-se uma grande queda. Hoje, apenas 3% leem jornais. Não é à toa que os empresários estejam investindo na área digital. O diferencial é que as pessoas ainda acreditam no que leem, seja na plataforma impressa ou online.

Se as pessoas continuam acreditando no que leem, os jornais mantêm os investimentos nos projetos gráficos dos produtos impressos, em busca de leitores. Antonio Celso Collaro, na década de 1980, registrava que o excesso de informações

2 MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*.

3 Em 2016 e 2017, mesmo com as oscilações de números de exemplares, o jornal que tem a maior circulação de exemplares no Brasil é a *Folha de S.Paulo*. O segundo lugar é ocupado pelo *O Globo*.

atrapalhava as pessoas e que era fundamental para a área jornalística fazer produtos impressos que atraíssem os leitores e os levassem a adquirir “o folhetim”.⁴

Então, ao construir um jornal, era preciso colocar dentro da mancha gráfica (do espaço destinado à diagramação) os títulos, textos, fotos, gráficos, ilustrações e a quantidade de colunas em que fora dividido o impresso, porque era nessa “organização” que o leitor encontraria as notícias e informações que lhe interessavam. Afinal, um jornal bem estruturado graficamente, tendo suas notícias arrumadas em ordem de importância, “valoriza o texto e torna a página agradável à leitura”.⁵

Tanto no século XX quanto no século XXI, para se produzir um projeto gráfico, além de conhecer o público-alvo, exige-se conhecimento artístico ligado às artes gráficas. Sabendo o que usar, fica mais fácil organizar, diagramar, ou seja, “desenhar previamente a disposição de todos os elementos que integram cada página de jornal ou revista”,⁶ levando-se em consideração o planejamento gráfico, critérios jornalísticos e visuais. É a partir da diagramação que o leitor pode identificar o seu jornal.

Mas antes de organizar os elementos gráficos, todo diagramador volta-se para os centros óticos de uma folha impressa. O centro real do projeto gráfico é o ótico que está acima do geométrico, ou seja, acima do meio da página. Isso quer dizer que o leitor não dá atenção ao que está, exatamente, no meio da página, mas ao que está acima. Além disso, o jornal trabalha também com o movimento da leitura, pois a leiturabilidade é um ponto vital na página impressa que contém texto.

Conforme Edmund Arnold,⁷ o movimento de leitura começa da esquerda para a direita, sendo que o lado direito (tanto da área superior quanto da inferior) necessita de pontos fortes para atrair a atenção do leitor, uma vez que é “morto”. Além disso, não se pode ignorar que as páginas ímpares e a parte superior de um impresso têm mais importância na organização da informação e da atenção do leitor.

Dentro desse princípio, na diagramação de um jornal tem-se cuidado quanto ao uso da fotografia, pois a primeira coisa que o leitor olha quando abre uma página de jornal é a foto, o que faz com que, ao se diagramar, organizem-se fotos, gravuras e demais imagens nas zonas sem atração. As fotografias devem se dirigir

4 COLLARO, Antônio Celso. Projeto gráfico: teoria e prática da diagramação.

5 SILVA, Jorge Antônio Monteiro da. *Como planejar e produzir um projeto gráfico*.

6 ERBOLATO, Mário. *Jornalismo especializado*, p. 51.

7 Apud COLLARO, Antônio Celso. Projeto gráfico: teoria e prática da diagramação.

para o meio da folha, nunca para a margem externa, uma vez que leva a vista do leitor para fora da publicação.

A imagem divulgada no jornal precisa passar informação, fazer o resumo do fato e ser compreendida, de imediato, pelo leitor. Deve informar e esclarecer racionalmente os leitores, dando-lhes visão imediata do assunto, registrando os fatos e a história. Ela quebra a monotonia das páginas e documenta os fatos, permitindo que sejam registrados os acontecimentos que exigem atenção do leitor. Deve estar de acordo com a notícia, tendo, de preferência, formatos variados.

Uma foto, para ser publicada no jornal, não precisa, necessariamente, ser feita pelo fotógrafo da empresa. Pode ser adquirida de outros profissionais, agências de notícias ou em órgãos oficiais, contendo um pequeno texto, chamado legenda, ao ser publicada, que a descreva num estilo livre, não ultrapassando o seu espaço na página. A legenda não pode descrever o óbvio. Às vezes, uma foto vale uma matéria completa, não necessitando de palavras porque a imagem fala tudo. Mas para que uma imagem fale é preciso atualidade e interpretação.

Conhecendo as possibilidades para trabalhar a mancha gráfica, o diagramador começa a organizar as páginas. A primeira página do jornal exige um cuidado especial, pois é nela que os editores colocam as chamadas das melhores notícias do impresso. Ela influencia na compra ou não do jornal por parte do leitor. Por esse motivo, cada um tem estilo próprio. Assim, são organizados: manchete, no alto da página; e chamadas, ou seja, resumos das notícias, com a indicação das páginas onde se situam. É importante ressaltar que são feitas mudanças diárias na diagramação, mas mantendo-se os mesmos critérios gráficos adotados no projeto gráfico do veículo de comunicação.

Levam-se, ainda, em consideração outros elementos gráficos na produção do impresso. Os títulos devem orientar o leitor sobre a matéria, despertando seu interesse pela leitura, pois a primeira coisa que a pessoa lê no jornal é o título. É o resumo e o despertar para o texto jornalístico. A manchete é o título principal da página com caracteres/letras maiores em relação aos demais. Os textos podem ser informativos, opinativos ou investigativos, mas devem ser simples e compreendidos por qualquer leitor, podendo ser assinados ou não. Além disso, não se deve ignorar que o jornal é dividido em editorias, ou seja, em temas priorizados pelo impresso, facilitando a busca das notícias.

Entendendo o porquê de se pensar estrategicamente o jornal impresso, em busca da conquista de leitores, cabe compreender quais grupos de comunicação estão por detrás dos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Globo*.

SOBRE A FOLHA DE S. PAULO

O jornal *Folha de S. Paulo* faz parte do Grupo Folha, considerado um dos principais conglomerados de mídia impressa do país. Controla um dos jornais de maior circulação e influência do país (*Folha de S. Paulo*), os jornais *Agora*, considerado líder entre os diários populares no estado de São Paulo, e *Alô Negócios*, maior jornal de Curitiba (PR) em número de classificados. Além disso, destacam-se o instituto de pesquisas Datafolha; a editora Publifolha; a livraria virtual, Livraria da Folha; a agência de notícias Folhapress; e um dos maiores parques gráficos da América Latina (CTG-F); entre outros negócios.

A *Folha de S. Paulo* passou por muitas fases para chegar à sua posição de destaque no país. Começou com o surgimento da *Folha da Noite*, jornal oposicionista vespertino, no dia 19 de fevereiro de 1921, época de transição da história com a ascensão e decadência do café. O jornal nasce como substituto de *O Estadinho*, iniciativa de ex-funcionários do periódico. Para eles, o impresso atingiria as classes populares, num estilo leve, informativo e crítico, com notícias rápidas e acessíveis. Em 1925, cria-se a *Folha da Manhã*, como edição matutina da *Folha da Noite*.

A segunda fase é marcada pela Revolução de 1930. Em 1931, o jornal é vendido para o cafeicultor Octaviano Alves Lima, que defende os interesses da lavoura. A partir de 1937, opõe-se ao Estado Novo, resultando no aumento da tiragem de jornais, que sobe de 15 mil para 80 mil, e alterando o nome da empresa para *Folha da Manhã*.

A terceira fase é marcada pela defesa da modernidade, da racionalidade e do planejamento. É iniciada em 1945 com José Nabantino Ramos, que detém o controle acionário. Em 1º de julho de 1949, lançam o jornal *Folha da Tarde*, e em 1º de janeiro de 1960, unificam os três títulos (*Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Folha da Noite*) em *Folha de S. Paulo*, com a 1ª, 2ª e 3ª edições. Em agosto de 1962, Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho assumem o controle acionário. A *Folha da Tarde* ressurgiu em 19 de outubro de 1967 e deixa de circular em março de 1999.

Na década de 1980, a *Folha de S. Paulo* se torna o jornal de maior circulação paga no Brasil, alcançando mais de 500 mil exemplares diariamente. Números que são acompanhados por produtos promocionais de baixo custo. Em 2016, de acordo com os registros do Instituto Verificador de Comunicação (IVC), mantém a liderança, apesar de não ultrapassar 310 mil exemplares por dia. Mesmo chegando às principais cidades do Brasil, seu público-alvo é formado por moradores de São Paulo, classes A e B.

SOBRE O GLOBO

O jornal *O Globo* surgiu em 1925. É o segundo jornal de maior circulação do Brasil. Faz parte do maior conglomerado de mídia do país e um dos principais da América Latina: o Grupo Globo. Atua nacionalmente em todas as áreas midiáticas, chegando, também, a 114 países nos cinco continentes com a TV Globo Internacional. Dentre seus negócios, destacam-se: Rede Globo; Infoglobo, com os jornais *O Globo*, *Extra* e *Expresso*; Agência *O Globo*; jornal *Valor Econômico*; Editora Globo; portal e provedor de internet *Globo.com*.

O jornal foi o primeiro grande negócio de Irineu Marinho, com duas edições diárias. Até 1962 circulava à tarde, mas, a partir desse ano, tornou-se matutino. Durante muitos anos, foi o primeiro em circulação no Brasil, mas acabou sendo superado pelo jornal *Folha de S.Paulo*. Dentre as marcas que ferem sua história, destaca-se o apoio ao Golpe Militar de 1964. Mesmo tendo jornalistas e articulistas reconhecidos em seu corpo editorial, é criticado pelo apoio que dá à direita política brasileira. E, assim como o jornal *Folha de S.Paulo*, atinge as principais cidades do Brasil, mas seu público-alvo é formado por moradores do Rio de Janeiro, classes A e B.

A COBERTURA DOS JOGOS OLÍMPICOS

Realizar os Jogos Olímpicos era um sonho para o Brasil. Só em candidaturas, gastara-se mais de R\$ 180 milhões desde 1992.⁸ Em 2009, o país conquistou o direito de organizar os Jogos em 2016, por 66 votos a 32. O presidente Lula apostara no ineditismo do lugar e pelo país estar entre as 10 maiores economias do mundo. O custo estimado era de R\$ 25,9 bilhões. Porém, de acordo com o portal “Jogos Limpos: dentro e fora dos estádios (2014-2016)”,⁹ no dia 21 de agosto de 2016, o custo dos Jogos Olímpicos estava em R\$ 38,26 bilhões.

Além disso, o Brasil entrou em crise tanto sob o ângulo econômico quanto político. Perdeu sua presidente da República, Dilma Rousseff, que sofreu *impeachment* em votação na Câmara dos Deputados em 17 de abril de 2016, e sendo afastada definitivamente pelo Senado no dia 31 de agosto de 2016, assumindo a presidência do país, o seu vice, Michel Temer. Muita coisa mudou. A população se manifestou. Temer foi vaiado. Doenças tropicais entraram na pauta dos jornais internacionais. Ministérios foram extintos, ministros foram derrubados. Um cenário conturbado entrou em cena, mas a mídia nacional abafou os problemas,

8 LOPES, Lello. Rio ganha Olimpíadas de 2016 e Brasil já se prepara para gastar R\$ 25,9 bi.

9 O CUSTO da Olimpíada do Rio é atualizado para R\$38,26 bilhões.

posicionando-se a favor do novo presidente, e as manchetes dos jornais estamparam um Brasil olímpico sem nenhum problema.

OLIMPÍADA 2016 NAS MANCHETES DOS JORNAIS

A tão sonhada Olimpíada ganhou destaque no período de sua realização, entre 5 e 21 de agosto de 2016, mesmo sendo registrada nos jornais desde o mês de maio de 2016. Todos os canais de TV aberta do Brasil, que atingem quase 100% do território brasileiro, mobilizaram-se a favor do sonho olímpico. Jornais, revistas, emissoras de rádio, TV por assinatura, veículos digitais... As mídias brasileira e estrangeira jogaram os focos para o país dos esportes, que ocupou o 13º lugar no ranking das premiações, com sete medalhas de ouro, seis de prata e seis de bronze.

Foram centenas de matérias durante o período olímpico. Destaques, cadernos especiais, textos opinativos e informativas ganharam espaço nos dois jornais de maior circulação do Brasil, *Folha de S.Paulo* e *O Globo*, que, no momento olímpico, eram adquiridos nas bancas por brasileiros e estrangeiros. As matérias jornalísticas não eram mais escritas somente para o público-alvo de cada jornal. Agora, todas as classes sociais paravam para acompanhar o que vinha sendo publicado nos impressos.

MATÉRIAS OPINATIVAS E ATÉ POSICIONAMENTO DOS LEITORES

Os articulistas dos jornais registravam em seus espaços opiniões de leitores sobre o que estavam achando do espetáculo esportivo. Alguns ilustravam suas colunas com caricaturas, desenhos, imagens que mostravam o que estavam apoiando. O posicionamento editorial do veículo impresso entrava em sintonia com os colunistas contratados. O foco era tirar o olhar do leitor para a violência na cidade do Rio de Janeiro, pessoas morrendo nas portas dos hospitais, governo do estado do Rio de Janeiro em dívida com os funcionários públicos, governo federal e seu “exército” no Congresso desmontando o que fora feito pelo governo anterior, políticas antidireitos sociais sendo aprovadas.

Enquanto o Brasil era desmantelado, os jornais abriam espaço para os leitores comentarem as matérias publicadas. Porém, só ganhavam registro as que não denegriam a imagem do governo e dos veículos de comunicação. Muitos articulistas, quando não tinham nada a falar sobre as Olimpíadas, usavam as palavras “Jogos”, “Olimpíadas”, “esporte” para escrever sobre outros assuntos que não tinham nenhuma ligação com o tema olímpico. Utilizavam os termos como chamariz para a leitura de seus textos. Porém, nada que justificasse o uso.

MATÉRIAS E FOTOGRAFIAS INFORMATIVAS

A distribuição das matérias e fotografias nos jornais foi feita cuidadosamente. Exemplo disso é a capa da *Folha de S.Paulo* do dia 12 de agosto de 2016, que foi dividida verticalmente em duas partes. No lado esquerdo, dá destaque, quase integral, para a ginasta americana Simone Bilis, e na área inferior da página registra o “Quadro de Medalhas”, a passagem para as oitavas de final de quatro duplas brasileiras de vôlei de praia e a presença do Exército no reforço da segurança no Rio. No lado direito, coloca na parte superior a foto da judoca Mayra Aguiar, que conquistou uma medalha de bronze para o Brasil, e abaixo assuntos ligados ao cotidiano do país, sendo que a manchete é “Petrobras volta a ter lucro, mas Lava Jato ainda afeta resultado”.

O jornal *O Globo*, dias antes das Olimpíadas, já evidenciava os Jogos Olímpicos com o caderno especial Rio 2016. No dia 4 de agosto de 2016, por exemplo, registrava na primeira página do caderno nove fotos “embaralhadas”, como cartas de um jogo, de personagens que conduziam a tocha olímpica para a cidade do Rio de Janeiro. Esse conjunto de fotos ocupava 2/3 da página. A manchete do caderno era “Para ver a tocha passar”. Também fez três pequenas chamadas sobre acontecimentos brasileiros, como cortes no Comitê Olímpico, a vitória do time de futebol feminino sobre a China e a saída de Rodrigo Pessoa da equipe de hipismo.

Foram feitas, ainda, fotos que ocupavam duas páginas, uma invadindo o espaço da outra, ignorando as margens da mancha gráfica do impresso, passando a impressão que as duas páginas eram apenas uma. Exemplo disso são as páginas 10 e 11 do caderno Rio 2016, do jornal *O Globo*, de 18 de agosto de 2016. Mostram-se três fotos da seleção masculina de futebol comemorando a classificação para a final olímpica contra a Alemanha e relembra a final da Copa do Mundo, quando a Alemanha venceu o Brasil por 7 a 1. A matéria principal é exibida na página 10: “Impossível vingar, impossível esquecer”. Também são exibidas foto e frase de Gabriel Jesus e de Renato Augusto na parte superior da página 11 (esquerda), como continuação da página 10. Abaixo (mas ainda acima do meio da página), fala-se sobre a fidelidade da torcida ao time feminino de futebol, mesmo após a eliminação, e fecham-se as páginas 10 e 11 com um pequeno texto sobre as longas filas e a falta de comida no Maracanã.

O ESPETÁCULO QUE ENCANTOU

Tudo era lindo. Tudo era perfeito. Com abertura e encerramento que mostravam a beleza e a diversidade do país, a riqueza cultural e a união dos povos, em

meio a lágrimas, sofrimentos, desafios e recordes vencidos, a imagem da Olimpíada no Brasil ganhava somente elogios da imprensa estrangeira.

Os jornais *Folha de S.Paulo* e *O Globo* ganhavam respaldo do governo federal. A população quase fora seduzida pelo “faz de conta” construído pela mídia. Matérias e mais matérias tentavam abafar a realidade. Cadernos e mais cadernos especiais eram publicados. As primeiras páginas só destacavam a Olimpíada. Parecia que nada mais acontecia no Brasil.

Os cadernos especiais ganhavam fôlego nos jornais. No penúltimo dia da Olimpíada, 20 de agosto de 2016, o jornal *Folha de S.Paulo*, em sua página B5, registrou desde o reconhecimento do atleta Isaquias Queiróz – sobre quem se depositava a esperança de se tornar o maior medalhista do Brasil em uma edição dos Jogos Olímpicos – até o “absurdo” de passageiros de voos internacionais chegarem ao aeroporto do Galeão com seis horas de antecedência, o que, segundo o jornal, justificava-se pelo grande número de turistas, algo que levava o prefeito a decretar feriado na cidade do Rio de Janeiro no dia 22 de agosto de 2016 “para evitar transtornos”.

PARALIMPÍADA SURPREENDE A MÍDIA

Enquanto a Olimpíada moveu investimentos (técnicos, logísticos e de pessoal), tempo, planejamento e venda de espaços publicitários da mídia brasileira (e até estrangeira), a Paralimpíada foi deixada de lado. Em relação à exibição do que acontecia nos Jogos Paralímpicos na TV aberta, por exemplo, as festas de abertura e encerramento foram exibidas apenas pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC). A cobertura dos jogos entrou somente nos espaços destinados às notícias de esporte. Nos jornais impressos, ocuparam, de forma tímida, os mesmos cadernos e espaços da Olimpíada. Entretanto, diferentemente do que apostava a mídia, a Paralimpíada foi o maior exemplo de respeito, solidariedade e superação que se registrou nos Jogos Olímpicos.

A Paralimpíada aconteceu no Brasil no período de 7 a 18 de setembro de 2016. Mesmo sem apoio da mídia, seus atletas acreditaram nas suas potencialidades e mostraram seu grande desempenho ao povo brasileiro, conquistando 72 medalhas, sendo 14 de ouro, 29 de prata e 29 de bronze. Ao contrário do que imaginavam os meios de comunicação, a população lotou os ginásios e torceu de perto. A abertura e o encerramento dos Jogos Paralímpicos encantaram o mundo inteiro com as *performances* dos participantes.

O tom das matérias e a importância dada à Olimpíada pela *Folha de S.Paulo* e pelo *O Globo* não eram os mesmos em relação à Paralimpíada. Exemplo disso é

“Alckmin, Moraes e a Paralimpíada”, texto opinativo de Juca Kfoury, publicado na parte superior da página B10, de Esporte, do dia 8 de setembro de 2016, no jornal *Folha de S. Paulo*. Kfoury fala sobre a abertura da Paralimpíada e de como o governador de São de Paulo, Geraldo Alckmin, e o então ministro da Justiça, Alexandre Moraes, determinaram repressão violenta às manifestações pacíficas contra o governo federal. O artigo assinala ainda que, além de não reconhecerem a devida importância dos Jogos Paralímpicos, as autoridades pareciam predispostas a provocar o aumento do número de pessoas com deficiências.

Nos dias 7 e 21 de setembro de 2016, foram publicadas duas edições especiais do *Jornal Paralímpico*, resultado da parceria do jornal alemão *Der Tagesspiegel* com *O Globo*. Dez jovens estudantes foram selecionados por jornalistas do jornal *O Globo* e por professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) num concurso de redação promovido pelo jornal alemão para fazer a cobertura da Paralimpíada. Os *workshops* se iniciaram no mês de maio de 2016 para que o grupo conhecesse as instalações e cobrisse os eventos-teste de atletismo. As edições trouxeram histórias dos atletas, guias e curiosidades sobre os Jogos.

No primeiro dia dos Jogos Paralímpicos, 7 de setembro de 2016, na página B7, Esporte, a *Folha de S.Paulo* publicou a matéria “Brasil paralímpico busca feito histórico”. Localizada na parte superior, ocupando 2/3 da página, o texto relata que a delegação brasileira teria 85 atletas que disputariam o 5º lugar no *ranking* de medalhas e lutariam pela visibilidade dos feitos. E os atletas fizeram isso. Lutaram. Mas só conquistaram o 8º lugar.

No dia 8 de setembro de 2016, o destaque do caderno Rio2016, página 1, do jornal *O Globo*, era a abertura da Paralimpíada no Brasil. O foco foi a foto do salto do cadeirante norte-americano Aaron Wheelz, que ocupava 2/3 da página. Com o título “Fé na rapaziada”, o texto que vinha abaixo da foto chama a atenção para a dança da norte-americana Amy Purdy, amputada e com próteses nas duas pernas, com o robô; a mistura de ritmos e estilos culturais; e o que significava ser carioca e estar no Rio de Janeiro. Na descrição da matéria, fala-se, no fim, sobre a vaia ao presidente Michel Temer.

CONTRADIÇÕES À PARTE

O tom dos registros sobre a Olimpíada e Paralimpíada se mostrava cada vez mais contraditório. Ser 13º no *ranking* olímpico era orgulho nacional. Não estar como primeiro no *ranking* paralímpico era inaceitável, “desmerecendo” espaço nos jornais impressos.

Exemplo disso é o registro feito pela *Folha de S.Paulo*, de 12 de setembro de 2016: 2/3 da página B6 eram dedicados às competições e 1/3 à matéria que mostrava os moradores da região de Deodoro, no domingo 11, lotando as piscinas do Parque Radical, construídas para o circuito artificial de canoagem, que se transformara em um piscinão para centenas de pessoas. A matéria “Astros não brilham, e Brasil sofre para ser top 5”, publicada na parte superior esquerda, expõe o rendimento abaixo do esperado na natação e a esperança de bons desempenhos em modalidades coletivas para se manter na quinta posição.

Ignorando a mídia, os atletas paralímpicos manifestavam empenho, felicidade, disposição, e se mostravam solidários, sentindo as dores dos demais competidores. A morte do ciclista iraniano Bahman Golbarnezhad, que sofreu uma queda durante a disputa da prova de 15 quilômetros, no local mais rápido do trajeto, resultando em traumatismo craniano e, em seguida, em parada cardíaca, foi lamentada por todos. A *Folha de S.Paulo* registrou a perda no dia 18 de setembro de 2016, na parte superior da página B3, Esporte, com uma fotografia do atleta, ainda vivo, em cima da bicicleta. De acordo com o jornal, essa foi a primeira morte de um atleta na história dos Jogos Paralímpicos.

E A PARALIMPÍADA SE DESPEDIU DOS CARIOCAS

No dia 19 de setembro de 2016, o jornal *O Globo* publicou na página 2 do caderno Rio2016 o encerramento da Paralimpíada 2016. No texto “Emoção na hora do apagar das luzes”, destacaram-se as chuvas, o apagar das luzes, a ocupação dos atletas no gramado durante toda a cerimônia, as vaias e aplausos para o prefeito Eduardo Paes e a apresentação do Japão. Na mesma página, “Agradecimento aos ‘fantásticos cariocas’” mostra o discurso do presidente do Comitê Rio 2016, Carlos Arthur Nuzman. E, no fim da página, destaca-se “Ninguém saiu das arenas paralímpicas do mesmo jeito que entrou”, com a esperança de que as pessoas pudessem ter mudado depois do que viram durante os Jogos Paralímpicos.

REGISTROS DOS JORNAIS E AS MARCAS DOS JOGOS OLÍMPICOS

Depois de dois meses de “espetáculo esportivo midiático”, o Brasil e seus habitantes foram obrigados a voltar para a realidade. Os escândalos começaram a aparecer nos veículos de comunicação alternativos. A chamada “grande mídia” não conseguiu abafar o que estava acontecendo no país.

Não há como negar que cada jornal, assim como as demais mídias, tem sua linha editorial, ou seja, a sua orientação. É a partir disso que se sabe o que e como será registrado. Se o veículo for a favor do governo publicará fatos favoráveis ao

governo. No caso de dados que mostrem o contrário, eles serão abafados ou distorcidos. Além disso, sempre escreverão para o seu público-alvo. Se ele for formado por pessoas da faixa etária de 30 a 60 anos, que têm nível universitário e ganham mais de 20 salários mínimos por mês, será para esse grupo que cada texto e imagem serão trabalhados.

A mídia não fala a verdade. Descreve posicionamentos que lhe são favoráveis. Seja a favor ou contra o governo, partidos e até pessoas. O problema é que a população brasileira cresceu acreditando no que era publicado nos jornais. Ainda hoje, em pleno século XXI, as pessoas, quando ouvem algum boato que pode mudar em algum aspecto o cotidiano, correm logo às bancas de jornais ou verificam a informação na internet para confirmar se aquilo é verdade ou não. Sabem que a informação estará registrada. Quando não encontram, afirmam: é mentira. Não saiu nada!

O jornal impresso é um veículo de comunicação que trabalha com notícias atuais ligadas ao público leitor, com uma linguagem simples, objetiva e direta. Dificilmente alguém não compreenderá o que foi escrito em suas páginas. Além disso, não há como negar que os recursos gráficos facilitam o entendimento e atraem o leitor. Muitas pessoas conhecem o jornal por seu logotipo, *slogan*, tipos de letras, diagramação, projeto gráfico.

A *Folha de S.Paulo* e *O Globo* continuam atraindo os leitores, porém, de forma tímida, porque as pessoas preferem ler as notícias em outras plataformas, como as digitais. Hoje, com a grande perda de leitores e assinantes do impresso, os jornais posicionam-se com seus conteúdos no papel e no meio digital, ganhando espaço na internet. Se os Jogos Olímpicos não foram suficientes para lhes levarem ao patamar de mais de meio milhão de leitores diariamente (cada um), mostraram aos seus proprietários que não dá para continuar se posicionando como há 30 anos.

A população, mesmo sendo reprimida pelo governo, que não lhes dá qualidade na educação, saúde, moradia e nem dignidade para viver, não se deixa mais enganar por tão pouco. Muitos estão buscando conhecimento e começam a duvidar do que é divulgado na grande mídia. Parte da população conhece seus direitos e deveres e briga para que eles sejam respeitados. Grandes eventos não seduzem mais o brasileiro. A preocupação hoje é se tem pão para comer, hospital se ficar doente, um lugar para encostar a cabeça na hora de dormir e segurança de ir e vir. O direito à vida, à dignidade, à comunicação começam a serem buscados por todos.

Cabe a cada brasileiro saber ler e entender o que está sendo publicado nas pequenas e nas grandes mídias e lutar em busca de dignidade. Não se pode mais cruzar os braços nem tapar os olhos para a realidade, pois os jornais e demais

veículos de comunicação divulgarão as notícias como grandes espetáculos e tentarão abafar o que realmente interessa.

Se cada brasileiro fizer sua parte, a mídia poderá ser democratizada, com espaços para todas as vozes. *Folha de S.Paulo* e *O Globo* continuarão existindo com suas linhas editoriais, seus projetos gráficos e conteúdos formatados, visando o lucro. Porém, cada leitor decidirá o que lerá ou não e se a mídia brasileira será digna ou não de credibilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENDA. Rio 2016. *Globo Esporte*. Disponível em <<http://olimpiadas.globoesporte.globo.com/agenda/>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

BRASIL2016. Disponível em: <<http://www.brasil2016.gov.br/pt-br>>. Acesso em: 5 jan.2017.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. *Pesquisa brasileira de mídia – 2016*. Brasil: Secom, 2016. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

CABRAL, Eula D. T. Brasil midiático, para quem? In: CABRAL, Adilson; CABRAL, Eula. (Org.). *Comunicação, cultura, informação e democracia: tensões e contradições*. Porto (Portugal): Media XXI, 2016. p. 133-147.

_____. Mídia concentrada no Brasil: até quando? *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, São Paulo: Asociación Latinoamericana de Investigadores de La Comunicación, v.13, n. 24. Disponível em: <<http://www.alaic.org/revistaalaic/index.php/alaic/article/view/725/409>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

_____. *Uma questão de identidade: a importância de A Crítica e Folha de S. Paulo na vida do povo brasileiro*. Manaus: Secretaria de Estado de Cultura, 2012.

COLLARO, Antônio Celso. *Projeto gráfico: teoria e prática da diagramação*. São Paulo: Summus, 1987.

CONHEÇA o Grupo Folha. *Folha de S.Paulo*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/institucional/conheca_o_grupo.shtml>. Acesso em: 5 jan. 2017.

CURRO, Luís; MARQUES, Jairo; RANGEL, Sérgio. Atleta iraniano morre após sofrer acidente durante prova de ciclismo. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 18 set. 2016. Esporte, B3.

ERBOLATO, Mário. *Jornalismo especializado*. São Paulo: Atlas, 1981.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Edital para seleção de bolsistas de pesquisa*. Concurso nº 01/2016: Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico na Área da Cultura. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/interna.php?ID_S=12>. Acesso em: 5 jan. 2017.

LANÇAMENTO de O Globo. História/Grupo Globo. *Globo.com*. Disponível em: <<http://historiagrupoglobo.globo.com/hgg/index.htm>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

LOPES, Lello. Rio ganha Olimpíadas de 2016 e Brasil já se prepara para gastar R\$ 25,9 bi. UOL, 2 out. 2009. Disponível em: <<http://esporte.uol.com.br/ultimas/2009/10/02/ult58u1761.jhtm>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

MAGALHÃES, Manuel V. de. *Edição jornalística: manual prático para estudantes de comunicação*. Brasília: Senado Federal, 1977. (Coleção Machado de Assis).

MARQUES, Jairo. Brasil paraolímpico busca feito histórico. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 7 set. 2016. Esporte, p. B7.

MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. 4. ed. Tradução de Décio Pignatari. São Paulo: Cultrix, 1964.

O CUSTO da Olimpíada do Rio é atualizado para R\$38,26 bilhões. *Jogos Limpos: dentro e fora dos estádios (2014-2016)*, São Paulo: Instituto Ethos, 2016. Disponível em: <<http://www.jogoslimpos.org.br/destaques/custo-da-olimpiada-rio-2016-e-atualizado-para-r-3826-bilhoes/>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

OLIMPÍADAS RIO 2016. IG. Disponível em: <<http://esporte.ig.com.br/olimpiadas/>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

SACCHITIELLO, Bárbara. Cai a circulação dos grandes jornais. *Meio&Mensagem, Mídia*, 8 ago. 2016. Disponível em: <<http://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2016/08/08/cai-a-circulacao-dos-grandes-jornais.html>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

SILVA, Jorge Antônio Monteiro da. *Como planejar e produzir um projeto gráfico*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1990.

CELEBRAÇÃO DA DIVERSIDADE BRASILEIRA: UMA VISADA SOBRE A PREPARAÇÃO DA CULTURA PARA OS JOGOS OLÍMPICOS

LIA CALABRE*

LÍLIAN LUSTOSA**

Na história do Ocidente, os Jogos Olímpicos se constituíram como momentos ou marcos de celebração, de encontro, assim como de protestos, tudo isso sempre com repercussão mundial. Os jogos modernos, ao longo do último quartel do século XX e início do século XXI, foram, entre outras coisas, se transformando em uma oportunidade especial de o país-sede se mostrar para o mundo. Em uma linguagem do mundo dos negócios, diríamos que o evento foi se transformando em uma espécie de “janela de oportunidades” para a divulgação de ações e fazeres que extrapolam o campo dos esportes, rendendo outros dividendos. Um dos pontos fortes de atratividade que tem sido trabalhado é o da cultura local. Com a candidatura do Brasil para sede dos jogos e, em especial, a cidade do Rio de Janeiro como sede do evento, não ocorreu diferente, como está registrado no dossiê de candidatura:

Celebração, festa e lazer são parte essencial da vida no Rio de Janeiro, a capital cultural do Brasil. A beleza natural e o clima fazem da cidade um cenário perfeito para o esporte e outras atividades ao ar livre. Os botequins, os cafés, as praças e a orla são a epítome do estilo de vida da cidade – intensa e apaixonada, com uma diversidade de ritmos e sabores. Fortes históricos se contrapõem às linhas harmoniosas da moderna arquitetura de Oscar Niemeyer, tudo emoldurado por florestas exuberantes, praias douradas e um céu azul.¹

O presente artigo pretende resgatar parte do projeto e das ações que foram elaboradas pelos três níveis de governo para os Jogos Olímpicos, o processo de elaboração e negociação entre os entes, que buscava, por um lado, valorizar a diversidade cultural brasileira e, por outro, investir na cultura na sua dimensão e

* Doutora em História, pesquisadora e chefe do Setor de Políticas Culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa; coordenadora do projeto “Preservação da memória das Olimpíadas: processos e ações”. E-mail: liacalabre@gmail.com.

** Mestre em História, Políticas e Bens Culturais; pesquisadora bolsista do projeto “Preservação da memória das Olimpíadas: processos e ações”, coordenadora da área Cultura. E-mail: lillianlustosa@gmail.com.

1 BRASIL. Dossiê de candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. v. 1, p. 38.

agregado econômico, gerando novas oportunidades de negócios nacionais e internacionais.

É importante, já de início, ressaltar que o tom que perpassava todo o dossiê de candidatura, especialmente quando tratava da cultura local que poderia vir a ser vivenciada pelo visitante durante os Jogos Olímpicos 2016, era exageradamente idealizado. Quase uma forma caricata de representação de um estilo “carioca de ser”, uma vida de festa, de celebração, em que a diversidade cultural está aparente e harmoniosa numa cidade emoldurada por fortes e obras de Niemeyer. A promessa é que seriam tempos de festa e consagração da alegria do povo brasileiro, recebendo os atletas e visitantes com dias ensolarados. O desejo era levar a crer que os visitantes não seriam afetados pela violência, pela crise política, que as barreiras e mazelas sociais seriam magicamente removidas.

Como constava nos dossiês de candidatura, e com um dito orçamento inicial de US\$20 milhões, a área da cultura cumpriria um papel aparentemente estratégico. É importante ressaltar que, para além dos estereótipos presentes no dossiê e na publicidade, havia um conjunto de ações e programa, vinculados às políticas culturais, sendo construído pelo Ministério da Cultura (MinC). Essa se mostrava como uma excelente oportunidade para aplicação da lógica da tridimensionalidade da cultura, valorizando o viés simbólico, o econômico e o cidadão. Desde 2003, vinham sendo realizados esforços de ação conjunta do Ministério da Cultura com o Ministério do Turismo, com o intuito de gerar uma nova imagem sobre os destinos turísticos no Brasil. É também desse mesmo momento a aproximação do MinC com as culturas populares e tradicionais. Já em meados de 2000, entrava na pauta a questão da acessibilidade também nas áreas do fazer artístico, e não simplesmente do consumo cultural, tornando as Paralimpíadas um acontecimento igualmente especial. Em suma, era importante que as diretrizes que vinham sendo trabalhadas nas políticas, programas e ações do Ministério da Cultura pudessem ser efetivamente incorporadas na lógica que guiaria as ações ligadas à organização e realização das Olimpíadas

Logo após o término dos Jogos Olímpicos de Londres (2012), a Autoridade Pública Olímpica (APO) promoveu, em parceria com o Ministério da Cultura, o *workshop* “Cultura e comunicação nos Jogos de Londres de 2012”, realizado no Rio de Janeiro nos dias 29 e 30 de novembro de 2012. Nessa ocasião, foram discutidos temas como a participação da cultura nos Jogos, a presença de linguagens artísticas na construção da imagem do evento, o envolvimento do público, o legado para a cidade e o financiamento das atividades culturais. Do *workshop* participaram representantes do MinC, das secretarias estaduais e municipais de cultura,

assim como representantes do governo londrino e responsáveis pela programação da Olimpíada.

Uma questão bastante debatida foi a falta de recursos em Londres para o investimento em uma programação de cultura. A problemática foi parcialmente solucionada agrupando-se toda a programação cultural que ocorreu na cidade durante o período sob a chancela “Londres 2012”. A ideia era realizar uma ação próxima a essa no Rio de Janeiro, mas, como veremos mais à frente, seja por uma falta de articulação entre os entes, seja pela crise política que já se instaurara, não foi possível. A então ministra da Cultura, Marta Suplicy, realizou visita oficial a Londres com o objetivo de trocar experiências e estabelecer um processo de colaboração entre o Reino Unido e o Brasil a partir do que consideravam o legado cultural da Olimpíada de Londres.

Em abril de 2013 aconteceu o Fórum Cultural Olímpico e Paraolímpico 2013: a Arte e o Legado de Londres 2012. O evento foi uma parceria entre o Ministério da Cultura e o British Council, com o apoio da Funarte. Esse foi o primeiro evento oficial promovido pelo MinC visando à preparação da programação cultural para os eventos esportivos que o Brasil sediaria nos próximos anos (inclusive a Copa do Mundo). O intuito do Fórum era “promover o diálogo entre os líderes das Olimpíadas Culturais em Londres e as instituições brasileiras que irão atuar na programação cultural durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016”.² Participaram autoridades dos dois países, como o representante do British Council Brasil, Richard Masters, o embaixador britânico no Brasil, Alan Charlton, o então presidente da Autoridade Pública Olímpica, Márcio Fortes, e o presidente da Funarte, Antonio Grassi.

É importante destacar que o fórum aconteceu em dois diferentes espaços da cidade do Rio de Janeiro e contou com um público bem diverso. O primeiro deles ocorreu na arena Jovelina Pérola Negra, na Pavuna, onde participaram representantes de ONGs e organizações artísticas que trabalham com jovens em comunidades da periferia do Rio de Janeiro e realizam projetos de inclusão por meio da arte e da cultura. Esse primeiro encontro serviu como uma preparação para os dois dias seguintes. Foram levantadas propostas de líderes comunitários para serem discutidas no Museu Nacional de Belas Artes, lugar do segundo encontro, onde participaram produtores e público em geral e com uma programação mais diferenciada.³ A partir do fórum, podem ser percebidos a ideia de engajamento e os

2 OLIVEIRA, Heloisa. Fórum Cultural Olímpico e Paraolímpico.

3 FÓRUM Cultural Olímpico e Paraolímpico 2013: a Arte e o Legado de Londres 2012. Fôlder com a programação.

esforços de envolver grupos e companhias artísticas de pequeno porte na programação cultural Rio 2016.

Ao analisar o fórum, verificamos um esforço tanto na direção de um planejamento prévio na área da cultura para os jogos, como o empenho em trocar experiências e envolver os diversos entes e atores sociais. Participaram dele representantes do Ministério da Cultura, das secretarias estadual e municipal do Rio e de Janeiro, da Autoridade Pública Olímpica (APO) e do Comitê Olímpico. Inicialmente havia todo um interesse em se trabalhar conjuntamente e fortalecer a cultura brasileira durante as Olimpíadas. Acordos e disposições que foram se perdendo ao longo dos anos posteriores, como constataremos no decorrer deste artigo. Destacamos aqui, naquele momento, principalmente o empenho do governo estadual, com Adriana Rattes à frente da Secretaria Estadual de Cultura e que realizou o Rio Occupation London,⁴ experiência inovadora que deu oportunidade a novos artistas de mostrarem suas criações mundialmente.

Ainda em 2013, durante o mês de outubro, a coordenadora de cultura do Comitê Organizador Rio 2016, Renata Trovão, apresentou em vários encontros internos a proposta de um programa de cultura. Mais uma vez percebemos ao analisarmos os eixos temáticos do programa a ideia de festividade, calor humano e cores que se desejava passar da cultura brasileira. Vale citar os eixos e do que se tratava cada um:

Celebração de cores: transformação na relação do brasileiro com sua cidade e sua cultura; intervenções e instalações que revelem ou destaquem a cor, fator inerente à cultura brasileira.

Experimentação de ritmos: renovar a paixão do brasileiro pela musicalidade que o identifica e distingue; interação do público com a diversidade e a miscigenação de melodias e ritmos nacionais.

Histórias memoráveis: vivência da brasilidade e sua singularidade e conhecimento da cultura nacional; brasilidade através de histórias cotidianas, literatura, mitos, lendas e folclore, regionalismos, sabores, relação com a natureza, pessoas.

Construindo o futuro: ampliar o acesso à cultura e inspirar a população brasileira a construir novas oportunidades de formação e inclusão através da cultura e do esporte.

Importante destacar algumas ideias reiteradas como cor, musicalidade, diversidade, miscigenação, brasilidade, tendendo à construção de uma ideia mítica do ser brasileiro. Tal construção termina por reforçar uma falsa noção de unidade, apostando num velho modelo de pacote turístico para uma celebração do Brasil tropical, ainda que a expressão diversidade cultural seja recorrente, mas é construída sobre uma espécie de “um todo harmônico”, construído por suces-

4 Para informações sobre o Rio Occupation Londres, acesse: <<http://www.riooccupationlondon.com/>>.

sões de camadas não conflitivas. Podemos perceber que essa concepção predominou nas cerimônias de abertura e encerramentos das Olimpíadas como bem afirmou o pesquisador Alexandre Barbalho, em palestra no seminário *Memória das Olimpíadas: Múltiplos Olhares*, realizado no Rio de Janeiro, na Fundação Casa de Rui Barbosa, em dezembro de 2016, cujo artigo integra o volume 1 do *Memória das Olimpíadas*:

[...] a política cultural mobilizada em torno dos Jogos Olímpicos, baseada nos valores da criatividade e da diversidade, funcionou como uma grande vitrine mundial para a cidade, o Rio de Janeiro, reforçando seu lugar de metrópole global. Ao mesmo tempo, procurou transmitir um ambiente de harmonia, de conagração típico de uma nação híbrida como o Brasil, em um momento de extremo esgarçamento das relações sociais, políticas e culturais. [...] Recorreu-se uma vez mais ao mesmo procedimento que se repete em nossa história, a tal da ideologia verde-amarela, agora ressignificada para os tempos de noo poder, da cidade espetáculo e da memória fixada.⁵

Ao aprofundarmos as pesquisas sobre esses anos pré-olímpicos, verificamos uma constante busca de articulação entre as esferas federal, municipal e estadual no sentido de planejar uma programação cultural para as Olimpíadas. Nos meses de fevereiro e março de 2015, ocorreram duas reuniões do Fórum de Cultura Permanente do Rio de Janeiro, uma proposta assumida pelo ministro Juca Ferreira em reunião com agentes culturais fluminenses no dia seguinte à sua posse, em Brasília. A ideia contou com o apoio de realizadores e produtores culturais e teve à frente, como articulador, Perfeito Fortuna, fundador do Circo Voador e da Fundação Progresso e importante nome da cultura carioca. Essa primeira reunião teve a participação de cerca de 400 artistas, agentes e produtores do Rio de Janeiro. O objetivo principal do encontro foi “discutir demandas do setor e projetos e ações culturais para as Olimpíadas de 2016”.⁶ Também foi apresentado naquele momento um estudo sobre o perfil do público carioca consumidor de cultura, elaborado pela J. Leiva Cultura e Projetos.⁷ Havia um desejo de atrair o público de visitantes não moradores da cidade, sem deixar de planejar um possível legado em equipamentos (inclusive de reforma e revitalização) e experiências.

A segunda reunião do Fórum de Cultura Permanente do Rio de Janeiro ocorreu no dia 5 de março na Fundação Progresso e contou com a presença do ministro Juca Ferreira, de Carla Camurati representando o Comitê Olímpico, dos então secretários de Cultura do município, Marcelo Calero, e do estado, Eva Dóris, além de

5 BARBALHO, Alexandre. Política cultural, Jogos Olímpicos e os valores da criatividade e da diversidade.

6 MINISTÉRIO DA CULTURA. *Fórum discute projetos culturais para as Olimpíadas*.

7 DATAFOLHA. *Hábitos culturais dos cariocas: população residente na cidade do Rio de Janeiro com 12 anos ou mais*.

artistas, produtores e outros atores da sociedade civil do campo da cultura. É interessante observar a partir das múltiplas falas o que cada um dos níveis de governo envolvidos pensava sobre como deve ser uma programação cultural e sobre que país se desejava mostrar. Juca Ferreira declara que:

Precisamos exercitar um conceito mais amplo de cultura. Precisamos incluir a cultura gastronômica dos botecos, restaurantes, as praias. [...] A diversidade cultural do Brasil é um dos nossos maiores patrimônios. [...] As favelas precisam estar incorporadas, é preciso ter uma programação especial nesses locais, os visitantes estrangeiros têm de ter contato com essa parte da nossa cultura.⁸

A partir do texto acima e da análise de diversos documentos e das falas de integrantes do Ministério da Cultura, que trataram de uma possível programação para as Olimpíadas, verificamos, na base do discurso, a ideia de valorizar a rica diversidade brasileira, ampliar o conceito de cultura e dar conta de mostrar esse Brasil plural, além da inclusão da chamada cultura de periferia. Toda a construção discursiva tem por base uma ideia articulada desde a gestão do ministro Gilberto Gil: a de “desesconder o Brasil”, a de trazer para a cena olímpica esses diversos atores que foram sendo incorporados pelas políticas culturais do Ministério da Cultura.

Já Eva Dóris, secretária de Cultura do estado do Rio de Janeiro, afirma que: “Temos de fazer um trabalho articulado para mostrar que o Rio de Janeiro não é só o Cristo Redentor, praia e o Pão de Açúcar. Temos que mostrar como a cidade é de verdade, com uma enorme riqueza cultural”. Interessante notar que, a princípio, a secretária não se refere à cultura do estado do Rio, mas a da cidade, onde existem importantes equipamentos culturais a cargo do estado. É bom lembrar que a Secretaria de Cultura do Estado estava realizando, no período, um importante trabalho de interiorização de suas ações.

Aproveitando ainda as falas durante o fórum, destacamos um trecho da fala do secretário Marcelo Calero sobre a programação cultural:

Nossa missão é fazer com que a cultura do Rio de Janeiro esteja em destaque. A cultura feita por produtores independentes, que produzem novas linguagens. [...] Precisamos ouvir a opinião dos agentes culturais da cidade, colocar todos os atores do processo para conversar em relação a esse grande movimento cultural que queremos fazer antes e durante os Jogos.

A ideia do secretário é valorizar a riqueza cultural do município, a produção independente. Importante notar em seu discurso a intenção de consultar os produtores e agentes sobre o papel da cultura nos Jogos e como se daria a participação deles. Não temos conhecimento se esse encontro aconteceu, já que a Secretaria

8 MINISTÉRIO DA CULTURA. *Jogos Olímpicos são oportunidade de ouro para divulgar nossa cultura, diz Juca Ferreira.*

Municipal de Cultura lançou um programa já formatado especificamente para o período das Olimpíadas.

A partir dos três diferentes discursos, pode-se perceber como cada um dos diferentes gestores relaciona o acontecimento Olimpíadas com as políticas que vinham sendo desenvolvidas nas suas respectivas pastas (como destacamos anteriormente na fala do MinC). No caso da Secretaria Municipal de Cultura, uma série de iniciativas que vinham sendo implementadas estavam promovendo a ampliação do diálogo da Secretaria com os produtores cariocas das diversas regiões da cidade como, por exemplo, o prêmio Ações Locais.

Nos dias 8 e 9 de agosto de 2015, ocorreu a Maratona Cultural Cidade Olímpica,⁹ uma espécie de evento preparatório para os Jogos e, no caso da cultura, considerado como o principal evento pré-Olimpíada. Naquele momento, estava começando a contagem regressiva para o início das Olimpíadas – no dia 5 de agosto, havia sido aberto oficialmente o ano olímpico. No Ministério da Cultura, a organização da proposta de eventos foi centralizada pela Secretaria Executiva, ficando a execução a cargo da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural, juntamente com a Funarte e instituições vinculadas. Houve ainda uma programação específica das secretarias estaduais e municipais de cultura. A maior parte da programação organizada pelo Ministério aconteceu na Cinelândia, no espaço chamado Zona MinC. Já as atividades das secretarias ocorreram nos centros culturais da prefeitura e do estado (64 instituições no total). Segundo a programação das secretarias, as atrações seriam divididas em oito categorias: música, dança, teatro, literatura, artes visuais, oficinas, gastronomia e visitas a espaços culturais. Foram programadas 32 apresentações na zona oeste, 64 na zona norte, 72 na zona sul e 11 no centro. A partir desses números, podemos verificar que a programação estava bem distribuída pela cidade e presente em todas as zonas administrativas.

A Maratona Cultural Cidade Olímpica foi considerada um evento-teste. As dificuldades de trabalho conjunto entre os três níveis de governo logo ficaram evidentes. As formas de operar com as programações e sua divulgação, a escolha e o compartilhamento (ou não) dos espaços, terminaram por gerar muitos conflitos entre os entes.

Em entrevista para o projeto “Preservação da memória das Olimpíadas: processos e ações”,¹⁰ o então secretário municipal de Cultura, Marcelo Calero, deu o seguinte depoimento sobre o ocorrido:

9 PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. *Prefeitura lança Maratona Cultural Olímpica*.

10 Disponível no portal do projeto “Preservação da memória das Olimpíadas: processos e ações”.

Já na maratona, a gente viu que não ia funcionar. Na maratona... Vou contar um episódio aqui. O governo federal, ele faz uma programação... O que acontece? A gente decidiu, portanto, unir esforços, para que essa maratona do One Year to Go fosse consistente e robusta. E aí o governo do estado ia fazer a impressão, inclusive, do mapa da maratona. Mapa que eu digo é a programação. Teve um jornalzinho – bem bacana. Nós juntamos uma série de eventos dentro dessa programação. Ficou uma coisa linda. O Ministério da Cultura resolveu fazer um palco na Cinelândia, sem nos avisar. “Não. Nós vamos fazer um palco na Cinelândia”. Fizeram o palco. E aí, ao invés de se integrarem à nossa programação, eles criam uma programação à parte. Chamada... Espaço MinC. Zona MinC, dentro da maratona. E tanto nós da prefeitura quanto do governo do estado ficamos assim... Eu lembro que eu liguei, na época, para o secretário executivo, falei: “Por que isso aconteceu?”. “Ah. Porque vocês não deixaram a gente colocar a marca do Ministério da Cultura no material”. Eu falei: “Olha só. A minha Secretaria Municipal de Cultura, que está pagando 80% dessa maratona, não está colocando a sua marca; o governo do estado, a Secretaria de Cultura do Estado, também, não está colocando a sua marca. Decidiu-se que cada ente colocaria a sua marca de ente: a prefeitura, o governo do estado e o governo federal. Agora, a partir de uma não colocação da marca, vocês resolvem criar uma coisa à parte?”. Ou seja, já aí, eu já vi que a integração não ia funcionar. E o que mais me assustou na época? Esse movimento vir justamente do ente mais poderoso e que, portanto, deveria ser o mais zeloso dessa integração. No meu entender, é aquele que tinha justamente o guarda-chuva das ações. E ele já, já de início, já se apartou. Então, não funcionou. Foi bem ruim.

Por outro lado, o MinC afirmou que a lentidão de decisão da Secretaria Municipal, as dificuldades de diálogo e a ausência da marca prejudicaram muito uma possível realização conjunta, fazendo com que o MinC optasse por concentrar nos equipamentos próprios suas atividades – a Biblioteca Nacional e o Museu Nacional de Belas Artes ficam na Cinelândia, onde ocorreu a Zona MinC. Podemos ver, a partir da perspectiva abordada por Calero e as afirmativas do MinC, a dificuldade de articulação entre os entes da área da cultura e a incapacidade de se trabalhar conjuntamente em uma ação maior, que fortalecesse a programação, como ocorreu em Londres com muito sucesso: juntar esforços unificando as ações e os recursos. Esse primeiro incidente contribuiu para dificultar ainda mais o projeto de realização de atividades conjuntas na cidade do Rio de Janeiro.

É certo que o agravamento da crise política vivenciada pela presidente Dilma, com a ameaça e o início do processo de *impeachment*, seguido pela autoexoneração do ministro Juca Ferreira e de sua equipe, ainda no primeiro semestre de 2016, alterou todo o planejamento. A crise política foi atrasando a liberação dos recursos federais para os ministérios e consequentemente desses para os outros entes. Havia sido planejado um crédito especial para o desenvolvimento das atividades culturais que terminou sendo liberado no início de 2016 e retardando a abertura do processo de contratação das atividades artísticas para o momento olímpico. As disputas políticas colocaram os processos iniciados sob suspeita. A descontinuidade histórica que assombra as políticas públicas no Brasil atingiu

gravemente a organização da programação cultural que vinha sendo trabalhada há mais de um ano.

Voltando um pouco atrás, em julho de 2015, a Secretaria Municipal de Cultura lançou seu Calendário Cultural Olímpico. Essa iniciativa contou com a presença de produtores e agentes culturais e do prefeito Eduardo Paes em cerimônia realizada no Palácio da Cidade. A ideia era que essa programação funcionasse como uma vitrine da produção cultural carioca. O grande destaque foi o edital Programa Fomento Cidade Olímpica, que se dividia em cinco linhas de ação:

- 1) Apoio a produções culturais em instituições culturais públicas: seleção de projetos para apresentação ou ocupação dos equipamentos culturais públicos (de qualquer esfera de governo) na cidade do Rio de Janeiro.
- 2) Apoio a projetos culturais em instituições culturais privadas: seleção de projetos de programação para equipamentos culturais privados, devendo a instituição figurar como proponente e as atividades serem realizadas em sua sede.
- 3) Temporada popular: seleção de projetos de teatro, dança, música e circo para que realizem temporadas populares em equipamentos culturais.
- 4) Apoio à produção independente e manifestações populares: haverá seleção de projetos de bailes, circuitos, saraus, rodas, manifestações culturais populares e intervenções urbanas. As inscrições eram abertas para coletivos de arte, clubes de bairro, associações de moradores e afins.
- 5) Arte Sem Limites: apoio a atividades, espetáculos, processos de formação e companhias que envolvam acessibilidade e inclusão nas artes, em diversas linguagens.

Os projetos contemplados fariam parte do Circuito Cultural Cidade Olímpica e seriam gratuitos ou com descontos, mediante a apresentação do Passaporte Cultural Cidade Olímpica, numa versão ampliada do Passaporte dos Museus Cariocas, que foi lançado por ocasião das comemorações dos 450 anos do Rio.

Em janeiro de 2016, a Secretaria Municipal de Cultura divulgou as primeiras 153 atrações da Programação Cultural Cidade Olímpica. De acordo com o secretário Marcelo Calero, era o momento de dar “voz, vez e palco” para a produção cultural carioca. Entretanto, o prêmio Ações Locais Cidade Olímpica, lançado posteriormente, não foi realizado. O prêmio previa um investimento de R\$5 milhões, divididos em: A – 140 cachês de até R\$20 mil para apresentações artísticas; B – 40 prêmios de R\$40 mil para ações continuadas; e C – 5 prêmios de R\$50 mil para a Rede Carioca de Pontos de Cultura.

A proposta é que cada selecionado faria até cinco apresentações em palcos itinerantes da Programação Cultural Cidade Olímpica. Esse seria o edital que chegaria mais próximo da cultura das periferias da cidade e que atingiria um perfil de fazedor cultural menos profissionalizado. Além disso, um dos requisitos para participação era que, além de atuante na área cultural há mais de um ano, o proponente deveria ter um histórico de atividades territoriais e comunitárias e poderia ser pessoa física. O fato de ser prêmio facilitaria ainda a questão da burocracia de editais.

Em maio foi a vez do Ministério da Cultura anunciar sua programação, que contava inicialmente com mais de 2 mil espetáculos e com a participação de cerca de 10 mil artistas vindos de todas as regiões do país. Segundo o ministro Juca Ferreira: “É preciso traduzir a diversidade e a complexidade cultural brasileira num momento como esse. É importante disponibilizar uma série de eventos para que eles conheçam o Brasil, estabeleçam uma relação positiva com o país, fazendo crescer a presença e a afirmação cultural do Brasil no mundo”. Essa programação envolveria todas as linguagens artísticas e percorreria toda a cidade.¹¹

Como destaque, estavam programados a realização de três eventos. O primeiro, organizado em parceria com a Funai, promoveria atividades desportivas e culturais de dezenas de povos indígenas oriundos de diversos estados da Federação; outro, organizado em conjunto com a Universidade Federal Fluminense (UFF), era voltado à cultura popular brasileira, com apresentações previstas na capital carioca, em Niterói, na Baixada e nas arenas de competição dos Jogos. Ainda teria o festival de luzes, que traria artistas de todo o país e também da França, Itália, Japão e Austrália para realizar projeções de imagens numa escala gigantesca, em praças, edifícios, montanhas e cartões-postais do Rio.

Como vimos, com o agravamento da crise política e quando Marcelo Calero assume o MinC, essa programação é reavaliada e a maior parte dela é cortada. De acordo com Calero:

Constatamos que não havia programação, mas um esboço de programação, e há uma diferença muito grande nisso. Uma coisa é fazer contatos informais e outra é fazer a contratação. Não estamos preocupados com números. Estamos preocupados em requalificar essa programação e fazer com que tenha consistência e robustez do ponto de vista jurídico — disse o ministro, citando a “diversidade” da programação cultural.¹²

A nova programação contava com 561 eventos durante o período olímpico e paralímpico, sendo que a maior parte aconteceria somente durante os Jogos

11 MANSUR, Vinícius; NASCIMENTO, Cristiane. *Duas mil atrações culturais nas Olimpíadas*.

12 CALERO, Marcelo. *Depoimento para o projeto Memória das Olimpíadas*.

Paralímpicos. A justificativa é que haveria impactos logísticos na cidade pela quantidade de eventos, já contando com a programação da prefeitura.

Ainda no cenário de preparação para os jogos, outro momento a ser destacado nessa relação Olimpíadas e cultura foi o Circuito da Tocha Olímpica. Nesse caso, o Ministério da Cultura chegou a repassar recursos para algumas Secretarias de Estado de Cultura para que essa passagem fosse acompanhada por uma intensa programação cultural – 18 cidades receberam recursos do MinC. A rota de revezamento da tocha olímpica percorreu mais de 300 cidades, iniciando-se em 3 de maio de 2016, no Distrito Federal.

A tocha olímpica foi recepcionada na cidade de Brasília com uma grande festa, contando com a participação e o apoio do Ministério da Cultura e dos Ministério do Turismo. Um grande palco foi montado na Esplanada dos Ministérios e contou com atrações locais e com dois artistas de renome nacional.¹³ A programação montada em Brasília contou com jovens talentos da música popular como Dhi Ribeiro e Renata Jambeiro, destacados expoentes da cultura popular local como Seu Estrelo e Fuá do Terreiro e Zé do Pife e as Juvelinas, entre outros; assim como com Diogo Nogueira e Daniela Mercury, representando a diversidade da música e da cultura local (com a brincadeira de Seu Estrelo).

Em um rápido e pontual acompanhamento do trajeto da tocha, vejamos sua passagem por algumas poucas cidades. Em 15 de maio, a tocha passou por São João del Rei, em Minas Gerais, e foi acompanhada por um minicircuito esportivo infantil, recepcionada por um grupo de violas caipiras em uma das tradicionais sacadas num dos prédios tombados da cidade histórica, passando, em seguida, por uma roda de capoeira e uma exibição de samba e *reggae*. Antes de sair da cidade, foi recepcionada por um grupo tradicional de congado e se despediu da cidade acompanhada pela música entoada por um coral de 100 vozes e pela banda municipal. Parte do trajeto foi realizado sobre os tradicionais tapetes de ruas (feitos de serragem colorida e outros materiais) de São João del Rei, tradicionalmente confeccionados na Semana Santa.¹⁴ Nesse caso, a prefeitura, a Universidade Federal e as instituições culturais e artísticas da cidade se reuniram, aproveitando o evento olímpico, para realizarem atividades integradas e transversais, como feiras de artesanato e gastronomia, e campanhas de saúde, como a de prevenção da dengue.

Em Palmas, foi criado o Festival Cultural da Tocha Olímpica¹⁵ com a apresentação de quadrilhas juninas, do ponto de cultura Tambores de Tocantins e de

¹³ MARTINS, André. *Anunciada programação cultural para passagem da tocha em Brasília*.

¹⁴ REIS, Emanuel. *Tocha olímpica é recepcionada com atrações culturais durante seu trajeto em SJDR*.

¹⁵ COELHO, Cecília. *Capitais conveniadas receberam a tocha em festa, no fim de semana*.

várias bandas. No Maranhão, a tocha foi recebida pelo Tambor de Crioula e pelo Boi de Santa Fé, que confeccionou um “couro” especial com as logomarcas dos Jogos Olímpicos para o festejo. O evento contou ainda com a participação de várias manifestações da cultura popular local (bois, cacuriás, batuques, sambas) e com shows de diversos artistas.¹⁶

Ainda em junho, a tocha passou por Natal e foi recepcionada por uma série de eventos selecionados por meio de uma chamada pública e apoiados com recursos do Ministério da Cultura. Na época, o prefeito declarou: “A passagem da tocha olímpica por Natal é um momento único na história da cidade. Sempre atenta aos grandes eventos internacionais que fomentam a economia criativa na cidade, a Prefeitura de Natal não poderia deixar de inserir a nossa cultura, a gastronomia e o artesanato regional nesse contexto”.¹⁷

A cidade de Rio Branco, no Acre, recebeu apoio do Ministério da Cultura para as atividades culturais, tendo a passagem da tocha ocorrido no fim de junho. As atrações foram espalhadas por nove pontos da cidade, que receberam desde a apresentação dos alunos da escola de música, como o grupo de *rap* Os Cobras Dance, até DJs, teatro com a Cia. Garatuja, brincadeiras com o Jabuti-Bumbá, As Pastorinhas, ou o cantor Alamo Kario. Foram ao todo 50 apresentações ao longo de todo o dia. As atrações foram escolhidas por meio de um edital da Fundação Garibaldi.¹⁸

Poderíamos continuar elencando uma série de atividades culturais ocorridas durante a passagem da tocha olímpica pelo país, pelas mais diversas regiões do país (como as danças folclóricas do sul, o samba do Rio de Janeiro, a viola caipira do centro-oeste, orquestras, corais, circos, etc.). O que queremos aqui destacar é que, nesse caso, o apoio do MinC a 18 capitais cumpriu um papel fundamental. Certamente, em grande parte delas, houve um investimento complementar das secretarias municipais de cultura e das próprias prefeituras. Verificamos ainda que muitas outras cidades, como foi o caso de São João del Rei, fizeram investimentos próprios na construção de programações culturais para o evento.

16 Ibid.

17 CONFIRA a programação cultural do tour da tocha olímpica em Natal.

18 MOREIRA, Márcia. *Programação cultural anima passagem da tocha olímpica por Rio Branco*.

REFLEXÕES FINAIS

Tentamos com este artigo, a partir de uma breve narrativa do processo de construção de uma programação cultural para os Jogos Olímpicos de 2016, construir um primeiro esboço de uma reflexão que consideramos fundamental: o de pensar sobre o lugar da cultura no planejamento e execução de ações de políticas públicas que visam à projeção internacional do país. Porém, há uma série de outras questões em torno das relações da cultura com os megaeventos, da cultura e suas apropriações – ou usos como diria George Yúdice –, da economia da cultura, da diversidade cultural, da articulação entre os entes federativos, que precisam ser estudadas nesse processo de construção e execução de um projeto de Cidade Olímpica.

A intenção foi mais de abrir novos caminhos de discussão do que de aportar reflexões conclusivas. Com o material que estará disponível no site e no repositório do projeto Memória das Olimpíadas, esperamos que pesquisadores futuros venham a se debruçar sobre o tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBALHO, Alexandre. Política cultural, Jogos Olímpicos e os valores da criatividade e da diversidade. In: CALABRE, Lia et al. (Org.). *Memória das Olimpíadas no Brasil: diálogos e olhares*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2017. v. 1.
- BRASIL. *Dossiê de candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016*. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/rio2016/origem-dos-dados/dossie-index.asp>>. Acesso em: 2 fev. 2017. v. 1, p. 38.
- CALERO, Marcelo. *Depoimento para o projeto Memória das Olimpíadas*. Gravado em 1 ago. 2016.
- COELHO, Cecília. *Capitais conveniadas receberam a tocha em festa, no fim de semana*. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/id/1349686>. Acesso em: 7 fev. 2017.
- CONFIRA a programação cultural do tour da tocha olímpica em Natal. G1, 30 maio 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2016/05/confira-programacao-cultural-do-tour-da-tocha-olimpica-em-natal.html>>. Acesso em: 7 fev. 2017.
- DATAFOLHA. *Hábitos culturais dos cariocas: população residente na cidade do Rio de Janeiro com 12 anos ou mais*.

FÓRUM Cultural Olímpico e Paraolímpico 2013: a arte e o legado de Londres 2012. Fôlder com a programação. Disponível em: <https://issuu.com/britishcouncilbrasil/docs/programa_forum_18-19_abril>. Acesso em: 15 dez. 2016.

FUNARTE. Rio sedia o Fórum Cultural Olímpico e Paraolímpico. 2013. Disponível em: <<http://www.funarte.gov.br/danca/rio-sedia-o-forum-cultural-olimpico-e-paraolimpico-2013/>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

MANSUR, Vinícius; NASCIMENTO, Cristiane. *Duas mil atrações culturais nas Olimpíadas*. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/olimpiadas/-/asset_publisher/A8GZE55xCVG4/content/duas-mil-atracoes-culturais-nas-olimpiadas/10883>. Acesso em: 13 out. 2016.

MARTINS, André. *Anunciada programação cultural para passagem da tocha em Brasília*. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/6143-anunciada-lista-de-condutores-e-programa%C3%A7%C3%A3o-cultural-para-passagem-da-tocha-em-bras%C3%ADlia.html>>. Acesso em: 7 fev. 2017.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Fórum discute projetos culturais para as Olimpíadas*. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/banner1/-/asset_publisher/aUWWWR-n1y09g/content/forum-discute-projetos-culturais-para-as-olimpiadas/10883>. Acesso em: 10 dez. 2016.

_____. *Jogos Olímpicos são oportunidade de ouro para divulgar nossa cultura, diz Juca Ferreira*. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/olimpiadas/-/asset_publisher/A8GZE55xCVG4/content/jogos-olimpicos-sao-oportunidade-de-ouro-para-divulgar-nossa-cultura-diz-juca-ferreira/10883>. Acesso em: 8 out. 2016.

MOREIRA, Márcia. *Programação cultural anima passagem da tocha olímpica por Rio Branco*. Disponível em: <<http://www.agencia.ac.gov.br/programacao-cultural-anima-passagem-da-tocha-olimpica-por-rio-branco/>>. Acesso em: 7 fev. 2017.

OLIVEIRA, Heloisa. *Fórum Cultural Olímpico e Paraolímpico*. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/a-cultura/-/asset_publisher/DqL7WdTKPhD6/content/forum-cultural-olimpico-e-paraolimpico/10883>. Acesso em: 25 nov. 2016.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. *Prefeitura lança Maratona Cultural Olímpica*. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=5501498>>. Acesso em: 10 out. 2016.

REIS, Emanuel. *Tocha olímpica é recepcionada com atrações culturais durante seu trajeto em SJDR*. Disponível em: <<http://www.vanufsj.jor.br/tocha-olimpica-e-recepcionada-com-atracoes-culturais-durante-seu-trajeto-em-sjdr/>>. Acesso em: 7 fev. 2017.

MEMÓRIA DOS JOGOS RIO 2016: DESAFIOS METODOLÓGICOS DA CONSTRUÇÃO DE UM ACERVO DE HISTÓRIA ORAL

VIVIAN FONSECA*

CARLA SIQUEIRA**

Os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 ocuparam boa parte das conversas, reportagens e debates públicos nos últimos anos, em especial no de sua realização. Associados à Copa do Mundo Fifa 2014, à Copa das Confederações Fifa 2013, ao XV Jogos Pan-Americanos e III Jogos Parapan-Americanos Rio 2007 e, ainda, ao 5º Jogos Mundiais Militares – Rio 2011, os Jogos Rio 2016 completaram “a década dos megaeventos esportivos” no país, em especial no Rio de Janeiro. Entre tantos temas que tomaram essas diversas agendas de debates, estavam, por exemplo, o desempenho de nossas seleções; as modificações urbanas, especialmente no Rio de Janeiro; a imagem do Brasil no exterior, a capacidade de nosso país realizar um evento desse porte; e, por fim, e com grande destaque, o(s) legado(s). Nesse conjunto de questões, entretanto, pouco aparece a preocupação com a preservação da memória dos processos de construção e realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos – exceto quando se fala nas competições em si. No entanto, realizar eventos desse porte coloca em jogo uma série de investimentos em logística, infraestrutura, comunicação, políticas públicas diversas para além das voltadas para o esporte, entre tantas outras áreas. Assim sendo, pensar a memória desses megaeventos esportivos deveria abarcar todo esse universo complexo ao qual sua realização está relacionada. É justamente nesse ponto que o projeto “Preservação da memória das Olimpíadas: projetos e ações”, gestado e coordenado pela Fundação Casa de Rui Barbosa, em parceria com a Escola de Ciências Sociais/CPDOC da Fundação Getulio Vargas (FGV), tem procurado atuar.

* Doutora em História, Política e Bens Culturais pela FGV. Pesquisadora do CPDOC/FGV e professora adjunta do Departamento de História da Uerj. Coordenadora de Memória do projeto “Preservação da memória das Olimpíadas: projetos e ações”. E-mail: vivianluizfonseca@gmail.com.

** Doutora em História Social da Cultura pela PUC-Rio, instituição na qual é professora do Departamento de Comunicação. Coordenadora de Memória do projeto “Preservação da memória das Olimpíadas: projetos e ações”. E-mail: carla.siqueira@uol.com.br.

Conforme já destacamos,¹ o projeto em questão se propõe a preservar a memória dos Jogos Rio 2016 por meio da formação de um amplo acervo documental que abarca desde a constituição da candidatura à cidade-sede, em 2007, até a imediata pós-realização do evento, em 2016, assim como os impactos e legados para o Brasil, e em especial para o Rio de Janeiro. A atividade central do projeto é a reunião, sistematização e produção de informações que servirão de fonte para pesquisas acadêmicas, produções jornalísticas e para o grande público de modo geral.

De forma inédita, esse projeto tem se empenhado, ainda, em constituir um amplo banco de entrevistas de história oral com atores sociais diversos que estiveram e/ou estão envolvidos na realização desse megaevento esportivo. É justamente acerca dos desafios associados a essa empreitada que as autoras procurarão refletir neste artigo. Essa fase do projeto segue em execução e, portanto, neste texto, procuraremos realizar um balanço preliminar das potencialidades, dificuldades e do processo de criação desse acervo de depoimentos sobre a construção e a realização do projeto olímpico no Brasil.

O PROJETO

De início, cabe reforçar um ponto de grande relevo nessa pesquisa. A constituição desse banco de entrevistas de história oral não se deu isolada ao longo do projeto “Preservação da memória das Olimpíadas”. Como destacado, ela corria em paralelo e dialogava com a formação de um acervo mais amplo sobre os Jogos Rio 2016, acervo este que conta com uma gama bastante vasta de documentação: reportagens da grande imprensa e de mídia alternativa, iconografia, produções audiovisuais, legislação, relatórios técnicos produzidos por diferentes instituições, jornais editados pelo Comitê Organizador Rio 2016, resultados de pesquisas acadêmicas, manifestos diversos, produções do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas, documentos variados produzidos pelas três esferas governamentais envolvidas na realização dos Jogos (federal, estadual e municipal), materiais desenvolvidos por movimentos sociais, produções dos Comitês Olímpico Brasileiro (COB), Paralímpico Brasileiro (CPB), Olímpico Internacional (COI), Paralímpico Internacional (IPC). Temos, até o presente momento, janeiro de 2017, cerca de 3 mil documentos depositados e/ou catalogados em nosso repositório. Nessa soma, iremos ainda adicionar os arquivos relativos às entrevistas de história oral. Em relação ao repositório, deve-se destacar que ele está sendo desenvolvido, ficará alocado na Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) e estará disponível por meio de

1 No volume 1 desta obra: SIQUEIRA, Carla; FONSECA, Vivian. Registro de uma memória em movimento: o desafio acerca da Rio 2016.

um portal da internet a partir do qual pesquisadores e curiosos poderão acessar toda a documentação disponível.

Deve-se ainda mencionar que o projeto contou com uma grande equipe de 21 bolsistas contratados pela FCRB, divididos em três grupos distintos, cada um correspondendo a um dos eixos da pesquisa: cultura, esporte e cidade. Some-se a esses eixos a área de memória, responsável pelas entrevistas de história oral e que compartilhou parte da equipe com o grupo de cultura. Coordenando essa extensa equipe de bolsistas doutores, mestres, graduados e graduandos, há ainda os três pesquisadores da Casa de Rui envolvidos na empreitada: Lia Calabre, coordenadora geral do projeto; Eula Cabral e Maurício Siqueira. Além deles, a partir da parceria com o CPDOC, a pesquisadora Vivian Fonseca também atuou como coordenadora da pesquisa. Contávamos, ainda, com mais duas bolsistas de iniciação científica.

Em relação aos eixos da pesquisa, eles foram coordenados por Regina Petrus, bolsista doutora à frente da equipe de cidade; Maurício Drummond, bolsista doutor responsável pelo grupo de esporte; Carla Siqueira, bolsista doutora coordenadora da equipe de memória, em conjunto com Vivian Fonseca; e Lia Calabre, coordenando a equipe de cultura que atuava parcialmente em conjunto com a equipe de memória. Foi a partir desses eixos que todo o projeto foi estruturado. É importante citar essa estrutura e o processo de pesquisa documental neste artigo voltado para a discussão do acervo de história oral, pois, apesar das duas empreitadas terem caminhado com certa autonomia, elas fazem parte de um mesmo processo, e em muitos momentos uma alimentava a outra.

O projeto foi iniciado em junho de 2016, ou seja, apenas dois meses antes do início dos Jogos Olímpicos de Verão do Rio. Nesse momento, o tema Olimpíadas encontrava-se bastante “quente” na mídia e nas rodas de conversa. Parte da imprensa e da população acreditava que o Brasil não conseguiria realizar o evento de maneira adequada, e havia um receio de que o país passasse vergonha internacionalmente – percepção que começa a se alterar a partir da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos e da realização das competições.² Estávamos, ainda, no auge da crise política que, pouco antes, em maio de 2016, havia afastado provisoriamente a presidente Dilma Rousseff, vítima de um processo de *impeachment* bastante questionado por diversos setores políticos e sociais. Some-se a isso a crise econômica instalada no país, e em especial no estado do Rio de Janeiro. Voltaremos a esses aspectos mais adiante no texto, mas, por ora, destaque-se que

2 HOLANDA, Bernardo B. de; MEDEIROS, Jimmy; BISSO, Luigi. Megaeventos esportivos, opinião pública e mídia: um balanço da cobertura midiática e das pesquisas quantitativas sobre os Jogos Olímpicos Rio 2016.

não eram poucos os desafios que estavam colocados para a estruturação e o bom desenvolvimento do projeto como um todo. Além desses pontos, a equipe deveria dar conta, em um curto período de tempo, ou seja, de junho a dezembro de 2016, do vasto universo de questões aos quais estão ligados os megaeventos esportivos desse porte, conforme mencionamos anteriormente. Era preciso acompanhar as novas reportagens, manifestos, relatórios, etc., que se intensificaram no imediato pré-Jogos, durante e logo após as competições, e, ainda, recuperar o maior número possível de documentos que tratassem dos Jogos Rio 2016 desde 2007, quando tem início sua candidatura. Além da pesquisa e identificação desse material, foi ainda desenvolvido um método de organização, catalogação e inserção no repositório, customizado especialmente para este projeto.

A HISTÓRIA ORAL DOS JOGOS RIO 2016: DESAFIOS POSTOS

Se compilar e sistematizar documentação sobre os Jogos Rio 2016 em sete meses³ já se colocava como um grande desafio, criar e estruturar um banco de entrevistas de história oral com 50 horas de gravação parecia uma meta no mínimo ousada. O primeiro aspecto que gostaríamos de ressaltar é que a constituição desse acervo de depoimentos se viabilizou a partir da parceria com o CPDOC/FGV e foi formalizada por meio da contratação dessa instituição pela FCRB a partir de 1º de agosto de 2016. Nos meses de junho e julho, apesar da parceria ainda não estar oficializada, o CPDOC já participava das pesquisas.

Esses dois meses, apesar de não terem ocorrido gravações de entrevistas, foram fundamentais para que o subprojeto de história oral pudesse ser estruturado. Nesse momento, a equipe⁴ se empenhou em mapear os principais assuntos relativos ao processo de construção e realização do projeto olímpico, potenciais

3 O projeto originalmente estava previsto para durar sete meses, de junho a dezembro de 2016. De fato, em dezembro, a equipe de bolsistas foi desmobilizada, mas o projeto segue a princípio até fim de março no que tange à participação do CPDOC e da constituição do acervo de história oral, contando com equipe reduzida formada por Carla Siqueira, Vivian Fonseca e Lucas Pacheco.

4 A equipe responsável pela pesquisa e formação do banco de entrevistas de história oral foi coordenada por Carla Siqueira e Vivian Fonseca, e era formada por sete pesquisadores e mais duas bolsistas, a quem agradecemos nominalmente o empenho ao longo desses meses, assim como a qualidade do trabalho. São eles: Ana Cristina Costa, Aparecida Mercedes, Fernanda Abreu, Lilian Lustosa, Lucas Pacheco, Tatiana Di Sabatto. A esse grupo de pesquisadores se somou Leonardo Magalhães, especialista na área de tecnologia da informação, e as duas bolsistas de iniciação científica, Cícera Vieira e Marina Martinez. Devemos mencionar a atuação da coordenadora-geral do projeto, Lia Calabre, com quem dividimos questões e decisões sobre encaminhamentos do processo. Além deles, colaboraram conosco os coordenadores das equipes de cidade e esporte, Regina Petrus e Maurício Drummond, respectivamente, e, em uma entrevista, Samuel Jaenisch, pesquisador da equipe de cidade, atuou como entrevistador em conjunto com as autoras.

entrevistados, além de dar início às primeiras pesquisas de temas e perfis biográficos dos nomes que elencávamos como possíveis depoentes. A lista inicial, com cerca de 100 nomes, já indicava o volume de questões, áreas de atuação e temas envolvidos desde os primórdios da construção da candidatura até a realização das competições. Nesse momento, ficou claro para nós que seria impossível darmos conta, em tão pouco tempo, de um conjunto de entrevistados que fizesse justiça ao amplo universo do projeto olímpico, e já apontamos para a necessidade de ampliarmos e desdobrarmos essa pesquisa futuramente. Obviamente, a partir dessa extensa lista inicial, listamos prioridades e demos início às tentativas de contatos,⁵ que começaram a render frutos a partir de agosto, quando aconteceram as primeiras entrevistas.

Em relação à metodologia de história oral, utilizamos a estrutura de gravação do CPDOC e o projeto atende aos critérios de preservação do CPDOC.⁶ Optou-se por fazer uso de entrevistas temáticas, uma vez que nosso interesse não era por toda a trajetória de vida dos nossos depoentes, mas sim por seu envolvimento com os Jogos Rio 2016. É importante salientar que mesmo em entrevistas temáticas, conforme nos esclarece a pesquisadora Verena Alberti,⁷ é fundamental realizarmos uma pesquisa sobre a trajetória de vida de nossos entrevistados. Essa opção se dá com o intuito de procurarmos compreender a partir de quais escolhas e caminhos nossos depoentes se defrontaram com, no caso, o tema Olimpíadas e Paralimpíadas. Entrevistas temáticas, em geral, costumam ser menos longas que as entrevistas de história de vida, já que, neste último caso, abordamos desde as origens familiares, passando por toda a trajetória de vida do entrevistado e, muitas vezes, nos aprofundamos em temas específicos. Isso não significa que as entrevistas temáticas sejam obrigatoriamente curtas, o que se pode evidenciar pela duração de muitos dos depoimentos que gravamos. Não raro, alguns entrevistados estiveram conosco por mais de uma sessão, totalizando, em alguns casos, quatro, cinco e, até, num depoimento específico, dez horas de depoimento.

Desde meados dos anos 2000, o CPDOC optou por gravar as entrevistas de história oral no formato audiovisual. Se anteriormente tínhamos apenas o áudio, agora temos também o vídeo, enriquecendo ainda mais o espectro de análise

5 Nessa empreitada, foi fundamental o apoio da APO, na figura de seu presidente interino Marcelo Pedroso, de sua diretora técnica de Operações e Serviços Juliana Carneiro, e de seu ex-superintendente de Cultura, Eventos e Turismo, Marcelo Velloso, que nos ajudaram a mapear pessoas e nos forneceram diversos contatos. Deve-se ressaltar que a origem do projeto vem do diálogo entre a FCRB e a Autoridade Pública Olímpica (APO), conforme nos conta Lia Calabre (CALABRE, Lia. *Memórias das Olimpíadas: olhares cruzados*).

6 ALBERTI, V.; BUARQUE, M. D.; CAVALCANTE, V. M. *Manual de história oral*.

7 ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*.

desses depoimentos. Em relação a essa escolha, ela adiciona novos aspectos que merecem ser elencados. Em primeiro lugar, o uso de uma câmera de vídeo insere no mínimo mais uma pessoa no local de gravação, que será o/a responsável pela operação da câmera.⁸ Caso a entrevista se dê fora de estúdio e que pressuponha deslocamento, faz-se necessário mais de um operador para essa câmera, pois esse tipo de gravação costuma ser exaustiva. Esse foi o caso, por exemplo, quando fomos à Vila Autódromo, no fim de novembro de 2016, gravar entrevista com Sandra Maria e dona Penha sobre o Museu das Remoções. Mais adiante, abordaremos as entrevistas em si com maior detalhamento. Essa observação se faz pertinente, pois, se antes, de gravador de áudio em punho, apenas os entrevistadores e entrevistado se faziam essenciais no local de gravação, agora inserimos mais um ator com o qual, em muitos momentos, o entrevistado sente vontade de interagir, ou seja, há uma “*purga de intimidad’ en la relación entre el entrevistado y el entrevistador*”.⁹ Essa observação não sugere que a presença de mais um ator nesse cenário seja melhor ou pior, mas há uma mudança que não deve ser ignorada e que pretendemos discutir com maior profundidade em outra oportunidade.

Outra observação que se faz pertinente ao gravarmos os depoimentos no formato audiovisual é a ampliação de elementos que podem vir a ser analisados por futuros pesquisadores. Com a informação de que serão filmados, em grande parte os entrevistados se arrumam para aparecerem da maneira que desejam diante da câmera. Essa ação não pressupõe necessariamente um grande investimento, mas pode ser evidenciada quando um entrevistado opta por colocar no momento da gravação uma blusa com a logo do movimento social ao qual pertence ou quando um depoente faz questão de usar terno para a entrevista. Não apenas suas falas ficarão para a posteridade, mas também suas imagens. Em relação a esse aspecto, relatamos uma situação que ocorreu nesse projeto. Um dos entrevistados, ao chegar ao CPDOC para sua entrevista, ficou levemente constrangido quando percebeu que seria filmado, pois havia esquecido que teria sua imagem gravada e, então, falou, com certo tom de brincadeira, que “se soubesse, teria me arrumado adequadamente, colocado minha roupa de trabalho”. Perguntamos se ele preferia gravar apenas o áudio, ao que ele respondeu que não, e assim iniciamos a gravação normalmente.

8 Agradecemos a parceria de Ninna Lima, responsável pela maior parte das gravações realizadas até o momento no âmbito do projeto. Nossa menção também a Bernardo Bortolotti e Isabella Jannotti, que gravaram algumas das entrevistas que fizemos. Os dois primeiros são membros do Programa de História Oral do CPDOC, e Isabella faz parte do Núcleo de Audiovisual do CPDOC.

9 LICHTBLAU, Albert. Consideraciones sobre la historia audiovisual, p. 136, 137.

Outro aspecto relativo a essa questão é que, ao filmarmos, tornamos possível a visualização de gestos e expressões faciais de nossos entrevistados para outros pesquisadores que terão contato com a entrevista *a posteriori*. Em geral, quando as entrevistas de história oral são transcritas, acrescentam-se comentários como “risos” (que podem ser qualificados ou não, como “risos irônicos”, por exemplo), “o entrevistado se emocionou ao falar”, ou seja, elementos que deem conta das emoções do entrevistado e que, nem sempre via áudio ou transcrição, são apreensíveis para os ouvintes e/ou leitores. Como sugere o pesquisador Albert Lichtblau:

La expresión captada en la película va más allá de cualquier descripción adecuada en la forma de lenguaje escrito. Además, la interpretación del espectador de una presentación filmada supera nuestras previsiones; es decir, lo que yo como testigo describo como “encantador”, outro pude interpretarlo como molesto.¹⁰

Lichtblau nos fornece ainda outros questionamentos que julgamos relevantes para pensarmos o estatuto das entrevistas filmadas: “*Cómo debe representarse el pasado en el presente, sólo verbalmente sino también espacialmente y por medio de gestos, expresiones faciales y objetos físicos?*”.¹¹ Certamente, gestos e expressões faciais dizem muito sobre o impacto que certas perguntas e afirmações geram em nossos entrevistados, assim como a interlocução visual que se coloca entre entrevistado(s)-entrevistador(es)-câmera ao longo da gravação de um depoimento. Por mais que nesse momento do projeto não estejamos focados em realizar análises aprofundadas das entrevistas que estamos gravando, pois o objetivo principal é constituir o acervo, cabe uma observação em relação às limitações indicadas por Albert Lichtblau. Ainda que a opção pelo formato audiovisual amplie as possibilidades de análises, nós historiadores ainda as fazemos, e principalmente difundimos, essas análises, prioritariamente, no suporte escrito, por meio da publicação de artigos e livros – o que parece, em alguma medida, retomar as limitações elencadas inicialmente pelo autor.

Desde o princípio, quando começamos a estruturar o subprojeto de história oral “Preservação da memória das Olimpíadas”, tínhamos decidido que seguiríamos o procedimento de gravarmos as entrevistas no formato audiovisual (exceto, claro, se nosso entrevistado preferisse a gravação apenas do áudio). Em relação à disponibilização para o público, optamos pela inclusão no repositório da FCRB e seu consequente acesso por meio do sítio da internet do projeto e, ainda, pela criação de uma página da pesquisa no portal do CPDOC,¹² onde também estarão disponíveis

¹⁰ Ibid., p. 139.

¹¹ Ibid., p. 141.

¹² Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

os depoimentos. A ideia é disponibilizá-los editados em arquivos de cerca de 50 minutos, divididos internamente em blocos temáticos com duração de 10 a 15 minutos cada, facilitando assim o acesso via internet. As transcrições da maior parte das entrevistas serão disponibilizadas na íntegra,¹³ acompanhadas de um sumário e uma nota biográfica dos depoentes. Essa etapa ainda está em processo e esperamos que ainda em 2017 grande parte das entrevistas esteja acessível nesses parâmetros em ambos os sítios eletrônicos mencionados.

AFINAL, O QUE ESTAMOS GRAVANDO?

Logo no início do projeto, em conversa com uma amiga historiadora e especialista na metodologia de história oral, uma das autoras, Vivian Fonseca, ao contar sobre a pesquisa e os objetivos, ainda muito amplos nesse momento, foi questionada por ela se agora também se fazia memória do que ainda não foi.¹⁴ Obviamente, a historiadora mencionava o fato de que o projeto “Preservação da memória das Olimpíadas” tinha sido iniciado antes mesmo da realização do evento em si. A brincadeira, no entanto, coloca-se como uma excelente oportunidade para refletirmos sobre diversos aspectos aos quais está relacionada a empreitada discutida neste artigo.

Apesar de ter sido uma brincadeira, essa provocação nos fez refletir sobre uma série de questões. Uma delas, e voltaremos a ela em breve, diz respeito à gravação de entrevistas no calor do momento. Outro desdobramento desse chiste foi refletirmos sobre o que sabemos de megaeventos esportivos. No senso comum, imaginamos as Olimpíadas e as Paralimpíadas acontecendo naquelas semanas exatas. No caso dos Jogos Rio 2016, de 5 a 21 de agosto as Olimpíadas e, no mês seguinte, de 7 a 18 de setembro, os Jogos Paralímpicos. Por mais que saibamos que há todo um processo de preparação das competições, muitas vezes não temos noção do tempo e dos procedimentos que antecedem essas semanas. No caso dos Jogos Rio 2016, podemos pensar esse ponto de partida ainda em 2007, quando foi preparado e submetido o dossiê de candidatura¹⁵ ao Comitê Olímpico Internacional (COI). Ou, se quisermos ampliar, podemos pensar as candidaturas anteriores que não lograram sucesso. Essas candidaturas, conforme é destacado em publica-

13 Alguns entrevistados optaram, por razões diversas, por fechar para consulta pública trechos ou a íntegra de seus depoimentos por períodos de tempo variados.

14 Agradecemos à historiadora Sílvia Barbosa Correia pela provocação que nos fez aprofundar a reflexão sobre aspectos metodológicos do projeto.

15 COB. *Dossiê de candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016*.

ções oficiais¹⁶ e em algumas entrevistas que gravamos, são percebidas como aprendizado para a candidatura vitoriosa de 2016.

Tomando como marco 2007, podemos discorrer sobre vários processos: a escolha no Brasil do Rio de Janeiro como cidade-sede candidata; a redação do dossiê de candidatura em si, com promessas e propostas de campanha, como, por exemplo, a afinação e empenho das três esferas governamentais em concretizar o evento; as viagens, reuniões e eventos de divulgação da candidatura carioca; a passagem para a segunda fase; e, finalmente, a escolha em 2009 do Rio como sede após competir com as cidades de Chicago, Madri e Tóquio.

Após esse momento, são deslanchadas uma série de iniciativas no âmbito dos níveis de governo mais diretamente envolvidos (governo federal, governo do estado e prefeitura do Rio), e, também, no âmbito do Comitê Organizador Rio 2016, representante do COI e do Comitê Paralímpico Internacional (International Paralympic Committee – IPC) no Brasil. Não se pode esquecer, é claro, das articulações dos Comitês Olímpico Brasileiro (COB) e Paralímpico Brasileiro (CPB) para tornar possível esse processo. Além disso, foi criada em março de 2011 a APO, a primeira experiência de consórcio interfederativo, com três esferas de governo. Sua criação, obviamente, incluiu mais uma instituição no processo de realização do evento.

A APO não foi a única instituição pública criada em função dos Jogos: em 2011, a Prefeitura do Rio criou a Empresa Olímpica Municipal (EOM).¹⁷ Somem-se a esse processo inicial os financiamentos públicos e privados, estudos, projetos, realização de obras, questionamentos da sociedade e da mídia, manifestações sociais contrárias à realização de megaeventos no país, audiências públicas, questionamentos dos órgãos de controle, definição de conjuntos de eventos celebrativos, inauguração de obras, realização de eventos-teste e dos próprios Jogos etc.

As entrevistas de história oral que estamos gravando vêm abordando vários desses momentos e processos supracitados. Ao longo das gravações, além dos próprios Jogos Olímpicos e Paralímpicos, outros megaeventos aparecem com uma frequência bastante expressiva, principalmente os Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos Rio 2007, a Copa das Confederações 2013 e a Copa do Mundo de Futebol 2014, ambas organizadas pela Fifa e, com menor frequência, os Jogos Mundiais Militares Rio 2011 e a Jornada Mundial da Juventude, realizada no Rio em 2013. Portanto, em junho, momento no qual se deu a conversa mencionada

16 Ibid.; COB, *A paixão nos une*: relatório oficial da candidatura Rio 2016.

17 A Empresa Olímpica Municipal (EOM) foi criada pela Prefeitura do Rio de Janeiro por meio da Lei Municipal nº 5.272/2011, de 18/4/2011, e regulamentada pelo Decreto Municipal nº 34.045/2011.

anteriormente, vários processos e eventos já tinham passado por ciclos completos. Outros, a bem da verdade, ainda não tinham se concretizado.

Aproveitando esse ponto, retomamos a primeira reflexão destacada: a história oral no calor do momento. Começamos a gravar os depoimentos em 1º de agosto de 2016, às vésperas do início das Olimpíadas. Esse era um momento ainda de grandes expectativas sobre o que seria a competição. Os questionamentos sobre a viabilidade do evento ainda eram colocados pela mídia. Além do mais, vários dos atores que elencávamos como potenciais entrevistados estavam demasiadamente ocupados trabalhando justamente para que a competição fosse viável. Era de se esperar que todos esses atores estivessem mais preocupados em entregar os Jogos do que em reservar algumas horas para conversarem conosco. A agenda de todas essas pessoas parecia, a essa altura, impenetrável, e tivemos muitas dificuldades em estabelecer os primeiros contatos. Mesmo após a realização das Olimpíadas, o tema ainda continuava quente e todos pareciam estar envolvidos em ajustar o que se colocava como necessário para o desmonte desse evento e a preparação final para a realização das Paralimpíadas em setembro. Após o período paralímpico, ao contrário do que pode se pensar o senso comum, começou o processo de desmobilização (e que segue até o presente momento), tomando boa parte do tempo e da energia de vários dos atores sociais que desejávamos entrevistar.

Outro fator que interferiu durante boa parte do projeto em 2016 diz respeito à crise política pela qual passa o Brasil. O contexto político não era favorável à iniciativa de gravarmos depoimentos com membros dos governos federal, estadual e municipal. Como ressaltamos anteriormente, em maio de 2016 ocorreu o afastamento temporário da presidente Dilma Rousseff por meio do processo de *impeachment* que corria no âmbito do Congresso Nacional. Nesse momento, houve a mudança de governo e Michel Temer, então vice-presidente, assumiu a Presidência da República como presidente interino. A resolução final desse processo ocorreu em 31 de agosto de 2016, com a confirmação do afastamento da presidente Dilma Rousseff e a concretização do *impeachment* via votação do plenário do Senado Federal. A instabilidade política certamente dificultou nosso acesso aos entrevistados, muitos deles empenhados em tentar reverter o afastamento de Dilma e que, até maio, eram parte do governo federal e, portanto, encontravam-se envolvidos na organização dos Jogos Rio 2016.

Além do mais, num contexto de crise política, obviamente, as pessoas se sentem menos à vontade para darem depoimentos que ficarão para a posteridade,

pois, como relembra Halbwachs,¹⁸ reconstruir um passado significa fazê-lo a partir de quadros sociais do presente. Isso significa que os contextos políticos, sociais, culturais e econômicos podem impactar no modo como esses indivíduos irão recuperar suas experiências, uma vez que entrevistas de história oral documentam de que forma o depoente comunica, constrói e percebe sua vida e suas ações naquele momento.

A mudança de titular na presidência da República resultou em outra consequência para nosso projeto: a inclusão de novas pautas e, principalmente, novos nomes para nossa lista de potenciais entrevistados que, a partir de maio, assumiram pastas relacionadas aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos no âmbito do governo federal.

Para além desses pontos, devemos lembrar que 2016 também foi o ano de eleições que elegeram prefeitos, vice-prefeitos e vereadores ao redor do país e que aconteceram em 2 e 30 de outubro, primeiro e segundo turnos, respectivamente. Por que é importante destacar a ocorrência do período eleitoral? Um número relevante de nossos entrevistados estava empenhado nessas eleições, seja como candidatos ou, ainda, como apoiadores.

Todos esses elementos contribuíram para um aumento da dificuldade de nossa equipe em conseguir acesso aos entrevistados. Além do mais, as falas de alguns de nossos depoentes, inevitavelmente, trazem as marcas desse contexto complexo pelo qual passava (e em alguma medida, passa) o Brasil e o Rio de Janeiro.

NOSSOS ENTREVISTADOS

Até o presente momento, meados de janeiro de 2017, temos cerca de 60 horas de entrevistas de história oral gravadas com 19 atores sociais distintos, totalizando 28 sessões. Como destacamos anteriormente, alguns depoimentos foram e estão sendo gravados em mais de um encontro. Temos novas entrevistas agendadas, o que indica que esse número ainda irá se alterar.

Desde o princípio do projeto, em junho de 2016, sempre organizamos a pesquisa de modo a contemplar diferentes visões e experiências sobre os Jogos Rio 2016. Nosso objetivo era, e ainda é, entrevistar autoridades e membros dos três entes públicos (federal, estadual e municipal, estes últimos no caso do Rio de Janeiro), funcionários e representantes do Comitê Organizador Rio 2016, da Autoridade Pública Olímpica, da Empresa Olímpica Municipal, do COB e do CPB,¹⁹

¹⁸ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*.

¹⁹ Apesar de formalmente o projeto se intitular “Preservação da memória das Olimpíadas: projetos e ações”, sempre entendemos ser fundamental a construção dos acervos tendo em vista tanto o movimento Olímpico quanto o Paralímpico.

consultores, ou seja, figuras engajadas em concretizar o projeto olímpico, mas, também, representantes de movimentos sociais, instituições e associações da sociedade civil a favor e contrárias à realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

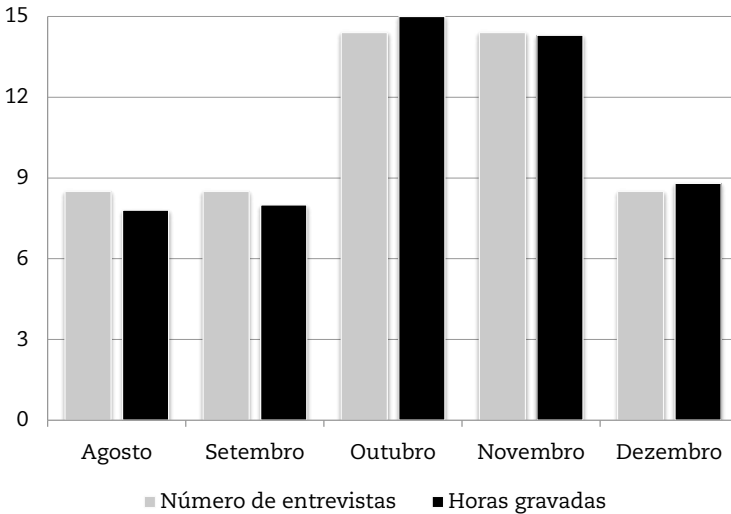
Optamos por iniciar as gravações com representantes dos governos, da APO e dos comitês acima mencionados. Essa escolha se deu porque muitas dessas pessoas estavam no Rio de Janeiro em função da realização das competições e, eventualmente, a partir do processo de desmobilização, muitas delas poderiam voltar para seus estados e cidades de origem, dificultando ainda mais a possibilidade de gravarmos com elas em função de agendas e também dos custos envolvidos com deslocamentos da equipe.

Até o presente momento, entrevistamos ministros de Estado, secretários executivos de ministérios, secretários municipais, representantes do alto escalão da Autoridade Pública Olímpica, assim como também pessoas com cargos mais técnicos, servidores públicos e funcionários do governo federal e da prefeitura do Rio de Janeiro, funcionários do Comitê Organizador Rio 2016, consultores do processo olímpico, representante jurídico do Comitê Rio 2016, membros de movimentos sociais.²⁰

Em relação aos temas tratados, vieram à tona os assuntos os mais diversos possíveis, alguns deles, como sempre ocorre em empreitadas de história oral, não tínhamos mapeados ou mesmo atentado para sua importância, o que não nos impediu de conversarmos sobre eles e, eventualmente, voltarmos a esses assuntos em novas entrevistas. Como ocorre em projetos dessa natureza, alguns entrevistados foram sugerindo e nos fornecendo o contato de novas pessoas que se transformaram, em alguns casos, em novos depoentes. Conforme mencionamos anteriormente, a organização e a realização de Jogos Olímpicos e Paralímpicos mobilizam uma grande variedade de temas, pautas, atores sociais. Na mesma semana, muitas vezes gravávamos entrevistas que versavam sobre matérias as mais diversas: obras públicas e projeto urbanístico para a cidade, programação cultural para os Jogos, desenho e estruturação de políticas públicas esportivas, comunicação e assessoria de imprensa do evento etc. Essa questão se tornou uma realidade para nós, principalmente quando as gravações de entrevistas se intensificaram. Como

20 Conforme destacamos anteriormente, o projeto segue em execução, e no caso de alguns depoentes, ainda não finalizamos todas as sessões. Além do mais, alguns de nossos entrevistados exigiram sigilo temporário em relação à gravação e ao conteúdo de seus depoimentos. Por essa razão, como não poderíamos mencionar todos os nossos entrevistados, não iremos citar nominalmente nenhum deles e nem iremos analisar o conteúdo desses depoimentos. Futuramente, quando esse banco de entrevistas estiver disponível, iremos abordar esses aspectos.

podemos perceber pelo gráfico abaixo,²¹ nos meses de outubro e novembro realizamos o maior número de entrevistas, com aproximadamente 15 horas gravadas em cada um desses meses.



Um aspecto que merece destaque é o fato de que os depoimentos nos possibilitam acessar informações que não estão disponíveis em outros tipos de documentação. As entrevistas com profissionais que estiveram envolvidos na construção do projeto olímpico, na organização e realização dos Jogos Rio 2016 nos trazem detalhes dos processos decisórios e dos bastidores da produção do evento. Além disso, revelam também a constituição de um *know-how* de organização de megaeventos esportivos no Brasil, que vem desde os Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos de 2007, também realizados no Rio de Janeiro. O processo de governança, que inicialmente não nos despertava tanto interesse, meses depois nos é evidente a sua destacada importância como objeto que merece grande atenção nas entrevistas.

Talvez alguns leitores estejam sentindo falta de um conjunto de pessoas que em geral são muito presentes quando abordamos megaeventos esportivos: os atletas. Infelizmente, nesse momento, nosso objetivo está centrado na criação de um acervo de entrevistas sobre o processo de construção e realização dos Jogos Rio 2016. Obviamente, seria muito interessante entrevistarmos atletas brasileiros e estrangeiros que competiram nessa edição dos Jogos, procurando compreender

21 Os gráficos e tabelas apresentados neste artigo foram produzidos pela autora Vivian Fonseca a partir dos dados produzidos e sistematizados no âmbito deste projeto.

como perceberam o evento, suas dificuldades, aspectos que destacariam positiva e negativamente, o que significou competir representando seu país e, para os brasileiros, em casa. Essas são apenas algumas questões que um projeto de história oral com atletas poderia abordar. Contudo, por ora, não nos propomos a realizar um projeto voltado para o registro da experiência dos atletas. Fica aqui, entretanto, um desejo nosso de desdobrar essa pesquisa e, ao mesmo tempo, um estímulo para que novos pesquisadores sigam nessa área.

APONTAMENTOS FINAIS

Como destacamos no início, este texto se propõe a ser um primeiro balanço de um projeto ainda em curso e que merecerá outras apreciações por parte das autoras. Não nos parece apropriado fazer análise de conteúdos e, ainda, de como nossos entrevistados estão abordando os temas em seus depoimentos. Em primeiro lugar, porque o projeto ainda está em curso e qualquer sistematização nesse sentido seria demasiadamente provisória e insuficiente. Além desse ponto, destacamos que estudos desse porte merecem maior amadurecimento e mesmo tempo de dedicação à análise das entrevistas em si, o que, pela velocidade com que o projeto está correndo, não disporíamos. Estamos certas que futuramente iremos nos dedicar a refletir sobre essas questões.

Como última ressalva, parece-nos relevante reforçar que as entrevistas que estamos nos dedicando a gravar são, como sempre, depoimentos no tempo, pois, como nos lembra François Bédarida em sua intervenção no artigo de Jean-Jacques Becker, “não há depoimento sem temporalidade”.²² Isso para nós significa que os depoimentos em sua integralidade estão marcados por essa história oral que denominamos de “feita no calor do momento”, ou seja, tanto as falas dos depoentes quanto também as perguntas, intervenções e interlocuções feitas por nós entrevistadoras também levam a marca da vivência recente dos megaeventos esportivos, das crises política e econômica etc. Desconsiderar esse aspecto nos parece no mínimo leviano e diminuiria a potencialidade de análise dessas fontes.

Fazer o registro de uma memória que está em movimento é um desafio. É certo que toda memória está em constante processo de mudança. A memória é sempre uma produção a partir do presente,²³ e nesse sentido é reconstruída a cada novo instante. Mas, nesse caso, gostaríamos de ressaltar que o que constituiu nosso desafio foi lidar com um fato recente e cercado de intensas disputas narrativas. Então, trata-se de memória em movimento não só porque é uma memória que ainda está se constituindo, como também pelo fato de que seu significado

22 BECKER, Jean-Jacques. O *handicap* do *a posteriori*.

23 HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*.

vem sendo alvo de muitos questionamentos. Esses pontos abordam a questão que tem sido vista como a maior riqueza da história oral, a possibilidade de analisar as formas como os indivíduos organizam suas narrativas e em quais momentos organizam dessa e não daquela maneira. Como sugere Albert Lichtblau,²⁴ mais importante que o conteúdo expresso nessas entrevistas é a forma como ele é abordado.

Por fim, mas não menos importante, muito pelo contrário, gostaríamos de encerrar este texto com um agradecimento especial aos nossos entrevistados. É fundamental ressaltarmos que apesar da dificuldade de acesso que relatamos acima, principalmente no início do projeto, todos os depoentes com os quais conseguimos ter contato nos receberam com muita gentileza. Agradecemos a todos eles as horas cedidas e o acolhimento da proposta de gravarmos as entrevistas. Sem a disponibilidade deles, não poderíamos constituir esse rico banco de depoimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, V.; BUARQUE, M. D.; CAVALCANTE, V. M. *Manual de história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2013. v. 1.

ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1990.

BECKER, Jean-Jacques. O handicap do *a posteriori*. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. (Org.). *Usos de abusos da história oral*. 6. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005. p. 27- 32.

CALABRE, Lia. Memórias das Olimpíadas: olhares cruzados. In: CALABRE, Lia; CABRAL, Eula Dantas Taveira; SIQUEIRA, Maurício; FONSECA, Vivian (Org.). *Memória das Olimpíadas: diálogos e olhares*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2017. v. 1.

COB [COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO]. *A paixão nos une: relatório oficial da candidatura Rio 2016*. Rio de Janeiro: COB, 2010.

_____. *Dossiê de candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016*. Rio de Janeiro: COB, 2009. v. 1, 2, 3.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

HOLANDA, Bernardo B; MEDEIROS, Jimmy; BISSO, Luigi. Megaeventos esportivos, opinião pública e mídia: um balanço da cobertura midiática e das pesquisas

24 LICHTBLAU, Albert. Consideraciones sobre la historia audiovisual.

quantitativas sobre os Jogos Olímpicos Rio 2016. In: CALABRE, Lia; CABRAL, Eula Dantas Taveira; SIQUEIRA, Maurício; FONSECA, Vivian (Org.). *Memória das Olimpíadas: diálogos e olhares*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2017. v. 1.

LICHTBLAU, Albert. Consideraciones sobre la historia audiovisual. *Historia, Antropología y Fuentes Orales*, Barcelona: Universidad de Barcelona, n. 34, p. 135-142, 2005.

MASCARENHAS, G. A produção da cidade olímpica e os sinais da crise do modelo globalitário. *Geosp: espaço e tempo*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 52-68, 2016. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/107148/112912>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

SIQUEIRA, Carla; FONSECA, Vivian. Registro de uma memória em movimento: o desafio acerca da Rio 2016. In: CALABRE, Lia; CABRAL, Eula Dantas Taveira; SIQUEIRA, Maurício; FONSECA, Vivian (Org.). *Memória das Olimpíadas: diálogos e olhares*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2017. v.1.

CURADORIA DIGITAL: UM PROCESSO COLABORATIVO NOS ACERVOS DIGITAIS DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS DO RIO DE JANEIRO

MADALENA SCHMID*

Este trabalho descreve a experiência de curadoria digital, tendência que vem se fortalecendo como ferramenta fundamental para a política de gestão, definição de critérios, direitos autorais, acesso e acessibilidade, competência em informação, *web semântica*, formatos e padrões, organização, compartilhamento, divulgação e preservação dos conteúdos digitais, envolvendo atores de diversas áreas do conhecimento, departamentos e instituições, no acervo sobre os Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro, Brasil, em 2016.

O projeto foi desenvolvido e coordenado pelo Setor de Políticas Culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Integraram ainda a equipe pesquisadores, historiadores e profissionais de outras áreas da FCRB – como o Centro de Memória e Informação (CMI), os serviços de Biblioteca e de Informática – e pesquisadores do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getulio Vargas, apresentando uma série de entrevistas, com relato de história oral de personagens-chave. Foram criadas cinco equipes temáticas: Cidade, Cultura, Esporte, Memória e uma interdisciplinar e interdepartamental, a equipe Núcleo Diretor.

Foi implementado um repositório temático, com customização realizada por empresa especializada e participação ativa da equipe do projeto. Utilizou-se, para tanto, o *software* DSpace, um sistema para construção de repositórios digitais desenvolvido pelo MIT, Instituto de Tecnologia de Massachusetts (projeto colaborativo da MIT Libraries e da Hewlett-Packard Company). Com isso, objetiva-se

* Analista de Tecnologia da Informação. Pesquisadora bolsista do Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico na Área da Cultura da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) – “A democratização dos acervos e a tecnologia de informação e comunicação/TIC”. Responsável pela curadoria digital das coleções digitais da FCRB. Consultora para migração, desenvolvimento e treinamento de bases de dados de acervos de memória e cultura. Gestora do portal e biblioteca digital da BN 2000/2005. Chefe do Serviço Informática da FCRB, 2010. Chefe do Núcleo de Informatização Acervos Especializados da BN, 1991/1997.

“possibilitar a criação de repositórios digitais com funções de armazenamento, gerenciamento, preservação e visibilidade da produção intelectual, permitindo sua adoção por outras instituições em forma consorciada federada. O sistema foi criado de forma a ser facilmente adaptado”.¹

O portal, que foi desenvolvido por empresa contratada por meio de licitação, promove uma interface que amplia a busca, levando o usuário a interagir com mais facilidade, rapidez e segurança em suas pesquisas no repositório.

A IMPORTÂNCIA DOS ACERVOS E REPOSITÓRIOS DIGITAIS

Os acervos digitais, como bibliotecas e repositórios temáticos e institucionais, e as revistas eletrônicas, por meio das tecnologias da informação e comunicação (TICs), foram eliminando várias barreiras, sejam elas sociais, financeiras, geográficas ou temporais, para o cidadão.

Os repositórios digitais, conectados à internet, permitem a consulta em qualquer lugar onde o cidadão estiver, possibilitando o acesso aos acervos produzidos e pertencentes à humanidade. É inquestionável seu valor para a preservação e divulgação, suas funções e seus procedimentos técnicos que se encontram em processo. Eles refletem o momento de grandes mudanças da nossa sociedade, transformando a cultura digital, formando e influenciando gerações na maneira de pensar, escrever, se comportar, se comunicar, atingindo todas as esferas da sociedade.

A biblioteca digital vem se estabelecendo como uma das metas mais importantes para a preservação, divulgação e democratização de acervos. Sua existência só foi possível com o crescente desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação.

Ainda nos anos 60, no contexto de um trabalho pouco conhecido no mundo da informação, J. C. R. Licklider (1915-1990) cunhou a expressão “biblioteca do futuro” referindo-se à sua visão de uma biblioteca completamente baseada em computador. Licklider, considerado um dos mais influentes pesquisadores na história da ciência da computação, principalmente por sua atuação na criação e no desenvolvimento da internet, registrou essas ideias no seu livro *Libraries of the Future* (1965), onde estavam delineadas as características dessas bibliotecas do futuro, que era, em pouquíssimas palavras, uma continuação do exercício de imaginar aplicações para o computador. Nessa direção, Licklider discute no livro como a informação podia ser armazenada e recuperada eletronicamente.²

Em 1998, o pesquisador Leiner, presidente do D-Lib, um grupo de trabalho sobre a biblioteca digital Metrics, preocupado com a conceituação do termo “bibliotecas digitais”, descreveu: “Uma biblioteca digital é a coleção de serviços e de

1 MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. Portal Ibict. Rede Cariniana.

2 SAYÃO, L. F. Bibliotecas digitais e suas utopias.

objetos de informação, com organização, estrutura e apresentação, que suportam o relacionamento dos utilizadores com os objetos de informação, disponível direta ou indiretamente via meio eletrônico/digital”.³

Essa definição foi ampliada com novos conceitos, sendo a mais difundida a formulada pela Digital Library Federation (DLF) e traduzida por Sayão:

Bibliotecas digitais são organizações que disponibilizam os recursos, incluindo pessoal especializado, para selecionar, estruturar, oferecer acesso intelectual, interpretar, distribuir, preservar a integridade e assegurar a persistência ao longo do tempo de coleções de trabalhos digitais, de forma que eles estejam pronta e economicamente disponíveis para uso de uma comunidade definida ou um conjunto de comunidades.⁴

Enquanto os repositórios são:

[...] uma versão completa da obra e todos os materiais suplementares, incluindo uma cópia da licença, [que] são depositados e, portanto, publicados em um formato eletrônico normalizado e apropriado em pelo menos um repositório que utilize normas técnicas adequadas (como as definições estabelecidas pelo modelo Open Archives) e que seja mantido por uma instituição acadêmica, sociedade científica, organismo governamental, ou outra organização estabelecida que pretenda promover o acesso livre, a distribuição irrestrita, a interoperabilidade e o arquivamento a longo prazo.⁵

Os procedimentos tradicionais necessitam ser ampliados com novas possibilidades de técnicas de organização e recuperação para atender a outras demandas. Os caminhos atuais mostram-se mais complexos, exigindo novos conhecimentos que respondam a uma série de necessidades recém-surgidas com os objetos digitais e nos quais os “usuários da informação cada dia mais assumem o papel de consumidores e produtores da informação”.⁶

Os repositórios digitais resolvem as questões de preservação, arquivamento, acesso, compartilhamento dos objetos digitais e a seus conteúdos; e a curadoria digital estabelece a necessidade de uma nova atividade voltada para as técnicas de planejamento, organização, interligação de dados e informações, e a gestão de todo esse processo.

Tanto os repositórios digitais quanto a curadoria digital são fundamentais para uma nova biblioteca que vem surgindo, aliados aos novos processos e ferramentas que garantem acesso, maior refinamento nas buscas, compartilhamento dos acervos culturais e de memória, e “maior integração entre técnicos, pesquisadores, historiadores, profissionais de TI, bibliotecários, acadêmicos, *webdesigners*,

3 LEINER, Barry M. Metrics and digital libraries.

4 SAYÃO, L. F. Afinal, o que é biblioteca digital.

5 Ibid.

6 RIBEIRO, Cláudio José Silva. Uma investigação sobre o uso de vocabulários e formalismos: em busca de um caminho para representação semântica de patrimônio digital e ativos de informação cultural.

com projetos colaborativos”.⁷ Em toda literatura que trata do assunto – desenvolvimento de portais, bibliotecas digitais, curadoria e repositórios digitais –, constata-se a obrigatoriedade da interdisciplinaridade e multidisciplinaridade dos profissionais envolvidos, pois a riqueza está na interação e troca entre esses profissionais.

Segundo o curador da British Library, Aquiles Brayner:

Curadoria digital é uma área de atuação recente em instituições de memória cultural. Ela nasce, paralelamente, ao advento das chamadas humanidades digitais – um campo também em desenvolvimento e que vem despertando a atenção e interesse de pesquisadores no uso de ferramentas e técnicas computacionais para a análise em massa de dados em formato eletrônico, possibilitando-nos identificar determinados padrões no modo em que aquela informação aparece expressa e conduzindo-nos a novas descobertas. Com a digitalização de milhões de páginas de jornais de séculos anteriores, por exemplo, historiadores podem extrair, facilmente, dados relevantes para a sua pesquisa através de um sistema automatizado que o permita em questão de minutos – ou até mesmo segundos – coletar a informação que precisa, sem se deter num trabalho exaustivo de coleta e classificação daquele conteúdo, o qual, feito manualmente, levaria anos para ser realizado. Nesse contexto, o papel do curador digital é o de trabalhar com o historiador no sentido de desenvolver metodologias que facilitem a extração, manipulação e validação dos dados obtidos. Além disso, o curador procura representar, graficamente, esses dados, possibilitando uma melhor compreensão dos seus padrões e possíveis variantes. Esse processo colaborativo inclui, ainda, a participação de arquivistas, bibliotecários e dos que se dedicam ao desenvolvimento de *softwares* e à preservação digital.⁸

A INTERLIGAÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES DE PATRIMÔNIO CULTURAL

Com a proposta da *web* semântica, formulada por Tim Bernes-Lee, há dez anos, surgiram algumas alternativas para representação e para efetuar correlações entre as informações na *web*. Essas alternativas tornam disponíveis um quantitativo cada vez maior de dados e informação, incrementando a capacidade de criar novos conhecimentos a partir das conexões efetuadas.

Segundo Ribeiro, “bibliotecas e museus estão publicando seus objetos e unidades documentais na *web*, trazendo outros desafios para o profissional da Ciência da Informação”,⁹ com novos processos e ferramentas que garantam o acesso e o compartilhamento aos acervos culturais e de memória, respeitando-se

7 BRAYNER, Aquiles Alencar. Expandindo acervos, inovando pesquisa e serviços em instituições de memória cultural.

8 BRAYNER, Aquiles Alencar. Entrevista com Aquiles Alencar Brayner. p. 10.

9 RIBEIRO, Cláudio José Silva. Uma investigação sobre o uso de vocabulários e formalismos: em busca de um caminho para representação semântica de patrimônio digital e ativos de informação cultural.

a grande variedade de conteúdos digitais, como textos, manuscritos, som, imagem e outros, além da integração de sistemas e plataformas.

Ancoradas na agregação de valor aos objetos digitais, ampliam-se e consolidam-se atividades em relação ao campo da ciência da informação, inserindo a prática da curadoria digital no repositório do acervo de Memória das Olimpíadas 2016, da FCRB, e desenvolvendo habilidades para pesquisa e para lidar com novos panoramas científicos e tecnológicos, levando em consideração principalmente os avanços da *web 3.0*.

A recuperação da informação, elaborada por meio de metadados interligados de forma a permitir o entendimento pela máquina, será utilizada de fato para produzir impactos sociais, culturais e econômicos, gerando riquezas.

Segundo Marcondes, as

[...] tecnologias “*linked data*” – dados interligados – partem da proposta da *web* semântica, onde esses dados oferecem a possibilidade de interligar recursos informacionais *web* através de *links* semânticos, permitindo aos usuários uma navegação natural e intuitiva, seguindo esses *links*, por esses recursos, independentemente de interfaces de consulta específicas.¹⁰

Em relação aos *links* semânticos,

[...] a proposta *linked open data* – literalmente, interligar dados abertos –, vem se tornando uma realidade ao acenar com a possibilidade de interligar acervos em arquivos, bibliotecas e museus digitais através de tecnologias da *web* semântica como Resource Description Framework (RDF) (RDF PRIMER, 2004) e Uniform Resource Identifiers (URIs) (RFC 2396, 1998).

A proposta de dados abertos interligados oferece grande potencial ao conectar recursos informacionais através de *links* semânticos.¹¹

Assim, verifica-se que o repositório digital e a curadoria digital são tendências que vêm se fortalecendo como ferramentas fundamentais para a política de gestão, definição de critérios, direitos autorais, acesso e acessibilidade, competência em informação, *web* semântica, formatos e padrões, organização, compartilhamento, divulgação e preservação dos conteúdos digitais.

Segundo Brayner, curador da British Library, pesquisador e curador digital da Biblioteca Nacional, para a pesquisa e a curadoria digital, devemos observar:

Adoção de novas estratégias e modelos operacionais que facilitem a pesquisa digital; desenvolvimento de projetos inovadores que explorem conteúdos digitais das bibliotecas no contexto das novas tecnologias; treinamento e capacitação profissional na área de pesquisa digital a curadores e bibliotecários; disseminação do acervo e serviços digitais a diferen-

10 MARCONDES, Carlos Henrique. “*linked data*” – dados interligados – e interoperabilidade entre arquivos, bibliotecas e museus na *web*, p. 171.

11 *Ibid.*

te tipos de usuários; gerenciamento de projetos na área de Humanidades Digitais e participação em seminários, conferências e publicação de pesquisa no âmbito acadêmico.¹²

Curadoria digital é um conceito surgido no início do ano 2000, abarcando todos os aspectos referentes às coleções digitais, desde a política de definição do acervo até o descarte ou o arquivamento, e a preservação de longa duração. É, sem dúvida, a integração de várias áreas de conhecimento e de atuação. Consequentemente, é multidisciplinar.

Em 2004, no Reino Unido, foi criado o Digital Curation Centre (DCC)¹³ por recomendação do Joint Information Systems Committee (JISC).¹⁴ Como muitas outras inovações na área de bibliotecas digitais e de aplicações das TICs que surgiram no meio acadêmico e no Brasil, as instituições acadêmicas encontram-se com seus metadados bem estruturados para o compartilhamento da sua produção.

Em um cenário onde o consumo de conteúdo informacional mediado por TICs cresce e assume diversas modalidades de aproveitamento por parte do usuário, os desafios da ciência na gestão, organização, difusão e representação da informação se fazem cada vez mais complexos.

O Digital Curation Centre (DCC), centro internacionalmente reconhecido e especializado em curadoria digital, com foco na construção de capacidades e habilidades para o gerenciamento de dados de pesquisa, fornece conselhos específicos e ajuda prática para instituições de pesquisas que desejam armazenar, gerenciar, proteger e compartilhar dados de pesquisa digital. Ele sistematizou 11 atividades na execução do trabalho de curadoria digital. São elas:

1. *Conceituar*: conceber e planejar a criação de objetos digitais, capturas e armazenamento.
2. *Criar*: produzir objetos digitais e atribuir metadados administrativos, descritivos, estruturais e técnicos.
3. *Acesso e uso*: garantir ao usuário o acesso fácil aos objetos digitais, determinando o nível de acesso aos objetos.
4. *Avaliar e selecionar*: definir normas e procedimentos com vistas aos requisitos legais.
5. *Descarte*: eliminação de objetos digitais obedecendo a uma política institucional e requisitos legais previamente traçados e documentados.

12 BRAYNER, Aquiles Alencar. *Expandindo acervos, inovando pesquisa e serviços em instituições de Memória Cultural*.

13 Para mais informações, acesse: <<http://www.dcc.ac.uk/>>.

14 Para mais informações, acesse: <<http://www.jisc.ac.uk/>>.

6. *Inserção*: transferência dos objetos digitais para um arquivo, repositório digital confiável, *data center* ou similar. Deve atender a política da instituição.
7. *Ações de preservação*: empreender ações visando garantir a preservação e a manutenção de integridade do documento digital em longo prazo.
8. *Reavaliar*: rever os objetos digitais que apresentaram algum problema.
9. *Armazenamento*: manter os dados de forma segura.
10. *Acesso e reutilização*: garantir que os dados estejam acessíveis aos usuários, respeitando-se os níveis de acesso.
11. *Transformação*: criar novos objetos digitais a partir do original.

No caso do projeto “Preservação da memória das Olimpíadas: processos e ações”, desenhou-se a seguinte estrutura da organização das comunidades e coleções no DSpace:

CIDADE

- Intervenções urbanas
- Mobilidade urbana
- Segurança
- Moradia
- Meio ambiente

CULTURA

- Atividades culturais
- Espaços culturais
- Circuito da tocha

ESPORTE

- Infraestrutura esportiva
- Impactos sociais
- Governo e entidades esportivas
- Atletas, agentes e agências

MEMÓRIA

- Linha do tempo
- Entrevistas de história oral

Além da customização do formulário de entrada para os diversos tipos de documentos definidos, foi ainda elaborado um manual de uso e descrição dos objetos digitais para uniformidade na formatação dos dados.

Também foi decidida uma política de acesso dos objetos digitais, e a ativação do módulo Creative Commons, um dos padrões de acesso e uso do conteúdo digital, configurando no DSpace a indicação da opção pelo uso de licença no processo de submissão e respeitando os direitos autorais.

Construiu-se, ainda, um vocabulário controlado, após exaustivas pesquisas e consultas às instituições detentoras de vocabulários controlados, com a participação da equipe do projeto, resultando em uma lista de termos que descrevem detalhadamente os objetos digitais, não havendo necessidade de digitar. Isso, ao mesmo tempo que agrega valor à descrição do metadado, proporciona uniformidade e confiabilidade na entrada dos dados.

Assim, definiu-se e customizou-se a lista de metadados e qualificadores para descrever os documentos do acervo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do trabalho do Repositório da Memória das Olimpíadas de 2016 foi alcançado, sobretudo se considerarmos alguns princípios que direcionam a elaboração de bibliotecas e repositórios digitais. São eles:

- a) Acesso livre para coleta e replicação dos metadados.
- b) Uso de padrões de metadados (exemplo: Dublin Core) e protocolos (OAI-PMH) com vistas à solução de interoperabilidade entre outros repositórios e bibliotecas digitais.
- c) Uso de ferramenta *open source* (software de código-fonte aberto).
- d) Baixa barreira do protocolo, o que representa menos esforço para sua implementação, por se basear em tecnologias já difundidas (por exemplo: HTTP, XML, Dublin Core).
- e) Interface consistente entre repositórios e seus coletores de dados.

A partir dos relatos de personagens que direta ou indiretamente fizeram parte desse evento internacional de união entre os povos, passando a história das Olimpíadas a ser entendida sob ângulos diversos, fica configurada que a verdadeira “questão de democracia informacional se estende ao modo como uma informação é interpretada e descrita: a todos se dá uma voz, e essas vozes vão começar a criar comunidades”.¹⁵

¹⁵ BRAYNER, Aquiles Alencar. Entrevista com Aquiles Alencar Brayner. p. 12.

REFERÊNCIAS

- BERNES-LEE, Tim. *Web semântica*. Wikipédia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Web_semântica>. Acesso em julho/2016>. Acesso em: jul. 2016.
- BRAYNER, Aquiles Alencar. Entrevista com Aquiles Alencar Brayner. *Acervo: revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 9-15, jul./dez. 2016.
- _____. *Expandindo acervos, inovando pesquisa e serviços em instituições de memória cultural*. Fundação Casa de Rui Barbosa, dez. 2015. Disponível em: <<https://pt.sli-deshare.net/Aquilesbrayner/curadoria-digital-fcrb-2015dia-1>>. Acesso em: abr. 2017.
- DIGITAL CURATION CENTER. *What is digital curation?* Disponível em: <<http://www.dcc.ac.uk/digital-curation/what-digital-curation>>. Acesso em: jan. 2017.
- LEINER, Barry M. Metrics and digital libraries. *D-Lib Magazine*, 1998. Disponível em: <<http://dlib.org/dlib/july98/07editorial.html>>. Acesso em: abr. 2017.
- MARCONDES, Carlos Henrique. “Linked data” – dados interligados – e interoperabilidade entre arquivos, bibliotecas e museus na web. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, v. 17, n. 34, p.171-192, maio/ago. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2012v17n34p171>>. Acesso em: jan. 2017.
- MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. Portal Ibict. Rede Cariniana. Disponível em: <<http://cariniana.ibict.br/>>. Acesso em: dez. 2016.
- RIBEIRO, Cláudio José Silva. Uma investigação sobre o uso de vocabulários e formalismos: em busca de um caminho para representação semântica de patrimônio digital e ativos de informação cultural. In: ENCUESTRO IBÉRICO EDICIC, 7., 2015, Madri. Actas... Madri: Universidad Complutense de Madri, 2015. Disponível em: <<http://eprints.ucm.es/34642/>>. Acesso em: nov. 2016.
- RIBEIRO JR., Divino Ignácio et al. Implantação do repositório digital do projeto “Memória científica da FAED” com DSpace: relato de experiência. *Revista ACB: biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis*, v. 17, n. 1, p. 152-173, jan./jun. 2012. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/824>>. Acesso em: dez. 2016.
- SÁ, Maria Irene da Fonseca e. *Bibliotecas digitais: uma investigação sobre características e experiências de desenvolvimento*. Rio de Janeiro, 2013. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Ibict-Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://reposito>

rio.ibict.br/bitstream/123456789/856/1/MariaIrenedaFonsecaeS%C3%9F_TeseDoutorado_07_03_2013.pdf>. Acesso em: set. 2016.

SAYÃO, L. F. Afinal, o que é biblioteca digital. *Revista USP*, v. 80, p. 6-17, 2009.

_____. Bibliotecas digitais e suas utopias. *Ponto de Acesso: revista do Instituto de Ciência e Informação da Ufba, Salvador*, v. 2, n. 2, p. 2-36, ago./set. 2008. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/2661>>. Acesso em: abr. 2017.

O ACERVO DIGITAL SOBRE AS OLIMPÍADAS DO RIO 2016: UMA EXPERIÊNCIA DE GESTÃO E DIVULGAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO NA CASA DE RUI BARBOSA

LEONARDO MAGALHÃES FIRMINO*

INTRODUÇÃO

A gestão do conhecimento tem sido abordada com grande interesse nas últimas décadas, especialmente aplicada ao âmbito organizacional. No entanto, existem outros contextos que podem ser estudados, como o acadêmico, em que a gestão do conhecimento está voltada para a perspectiva científica. Para além do contexto, os processos de comunicação e gestão nos estudos desse campo constituem uma questão importantíssima a ser levada em conta. Na literatura maioritária, faz-se recorrentemente menção ao uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs), mas pouco se aborda sobre o processo de gestão em si.¹

No ambiente acadêmico, a comunicação e a gestão do conhecimento científico são elementos cruciais na hora de implementar algumas políticas culturais de memória, pois delimitam a atuação concreta em projetos de construção, preservação e divulgação de acervos documentais sob forma de repositórios e bibliotecas digitais.

Os acervos digitais, como bibliotecas e repositórios, surgiram como solução à impossibilidade de acesso remoto de arquivos e bibliotecas físicas; à lentidão e dificuldade para encontrar documentos; aos problemas e ao custo de armazenamento; à deterioração física e à perda dos documentos; e à impossibilidade de relacionar elementos de busca no que se refere aos metadados que descrevem os documentos. Mesmo se tratando de um processo de implementação tecnológica, um acervo digital, no campo científico, tem como fim máximo garantir o acesso ao conhecimento, portanto ele é passível de gestão, o que se torna viável somente a partir de processos de comunicação.²

* Leonardo Magalhães é doutorando em Comunicação na PUC-Rio. Bolsista do projeto “Preservação e memória das Olimpíadas: processos e ações”, da Fundação Casa Rui Barbosa (FCRB). E-mail: leonardo_firmino@msn.com.

1 LEITE, Fernando César Lima. *Gestão do conhecimento científico no contexto acadêmico*: proposta de um modelo conceitual.

2 Ibid.

Com o fim contribuir para melhorar o desenvolvimento de plataformas de mediação do conhecimento, como os repositórios digitais, este trabalho explorará as diversas fases de construção do acervo digital sobre os Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro em 2016, à luz da gestão do conhecimento científico.

O projeto foi empreendido pelo Setor de Políticas Culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa e, concretamente, para o qual se desenvolveu um repositório de fontes de pesquisa mediante o *software* de código aberto DSpace, assim como um *frontend* de interação com o usuário, seguindo as últimas tendências do *design* de plataformas digitais, com o fim de reduzir ao máximo a fadiga cognitiva no processo de transformação da informação em conhecimento. O *frontend* funciona tanto como uma plataforma de apoio para ordenar e apresentar a informação de forma mais amigável – no que se refere às possibilidades oferecidas por um *software* para repositórios como o DSpace – como para permitir uma mais ampla divulgação de conteúdo específico, oferecendo-o com uma interface que permita um maior grau de fruição.

Entre as fontes que integram o acervo, cerca de três mil documentos, está uma série de entrevistas de história oral com personagens-chave, realizadas pelos pesquisadores do projeto e pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Também foi construída uma linha do tempo com os fatos mais importantes do processo de construção dos Jogos Olímpicos. Os objetos digitais do nosso acervo são diversas tipologias, como artigos de imprensa *online* e impressa, produção acadêmica, icográfica, audiovisual, legislativa, institucional e técnica em geral.

A relevância de descrever uma experiência concreta de implementação de um repositório na FCRB deriva do fato de que, não obstante os avanços em relação à época na qual precisávamos estar materialmente presentes no espaço físico da biblioteca, ainda há muito a se fazer no que se refere à forma com a qual as instituições estão montando os seus acervos digitais para garantir uma maior facilidade de acesso, navegabilidade e atrativo visual, com o objetivo de reter o usuário, diminuindo a sua fadiga cognitiva, aumentando o grau de prazer durante a navegação e, conseqüentemente, a probabilidade de difusão do conhecimento.

Hoje, as bibliotecas e repositórios digitais, mesmo pertencendo ao mundo *online*, não estão usufruindo de toda a sua potencialidade. O que se observa é que os acervos digitais estão sendo desenvolvidos com uma lógica comum ao mundo *offline*, ou seja, excessivamente hierárquica, centralizadora e pouco amigável ao usuário sob vários pontos de vista.

Nos dias atuais, é um fato que as equipes encarregadas pela construção de repositórios digitais, na maioria dos casos, não integrem toda a gama de recursos humanos e áreas do conhecimento necessárias para responder à complexidade dos problemas de acesso e recuperação da informação implicados. Seria interessante ampliar a interdisciplinaridade deste campo, com profissionais ou pesquisadores que estejam familiarizados com a comunicação visual e a neurociência, pois possibilitaria a implementação de formas de representação da informação mais próximas às necessidades do usuário na recuperação e elaboração cognitiva do conhecimento.

O reconhecimento da publicação eletrônica em ambiente aberto, por parte da comunidade científica como um todo e, em particular, das universidades e agências de fomento, é desejável,³ assim como a visibilidade da produção científica institucional é uma questão crucial tanto para os pesquisadores quanto para as suas instituições. Prestígio, reconhecimento, aumento da reputação e financiamentos são diretamente proporcionais à visibilidade da produção científica e à sua facilidade de penetração. Porém, garantir a visibilidade somente não assegura que o conhecimento produzido seja utilizado de fato. Com isso, formas visualmente mais eficazes de representação da informação, além de propiciarem a sua elaboração cognitiva por parte do usuário, incrementam a sua visibilidade, pois facilitam a difusão do conhecimento adquirido.

Em termos econômicos e políticos, os recursos despendidos com pesquisa só se justificam se os seus resultados estiverem amplamente acessíveis e, creio poder falar em nome de toda a equipe do projeto “Preservação da memória das Olimpíadas”, se propiciarem uma transformação social.

As agências de fomento monitoram e avaliam a produção científica e classificam os pesquisadores de acordo com a sua produção. A distribuição do fomento depende do resultado dessas ações.⁴ Portanto, quanto mais a informação é facilmente recuperada, elaborada cognitivamente e visível, mais ela será utilizada de fato para produzir impactos sociais e culturais, mais recursos serão destinados à ciência e, conseqüentemente, mais pesquisas serão realizadas.

Com este artigo, com a preocupação de que o nosso acervo possa ter impacto real na sociedade, queremos descrever a experiência de construção do

3 SÁ, M. I. FONSECA e. *Bibliotecas digitais: uma investigação sobre características e experiências de desenvolvimento*, p. 25.

4 COSTA, S. M. S. *Filosofia aberta, modelos de negócio e agências de fomento: elementos essenciais a uma discussão sobre o acesso aberto à informação científica*. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 35, n. 2, p. 39-50, maio/ago. 2006 apud SÁ, M. I. FONSECA e. *Bibliotecas digitais: uma investigação sobre características e experiências de desenvolvimento*, p. 25.

acervo e, ao mesmo tempo, ideias que possam guiar a resolução de alguns dos problemas que enfrentamos e que hoje podemos observar nos acervos digitais em termos de *design*, navegabilidade e recuperação da informação, pois hoje se observa uma carência de eficácia comunicativa e que pode acarretar um certo grau de dificuldade ao acesso à informação. Mesmo que a forma atual dos acervos digitais esteja voltada para a praticidade, a sua austeridade visual acaba dificultando o processo de transformação da informação em conhecimento, pois são necessários esforços cognitivos excessivos e uma certa destreza para utilizá-los. O usuário médio está acostumado a uma lógica navegacional que quase nunca vem sendo respeitada nos repositórios hoje disponíveis *online*, e isso pode dificultar a pesquisa, pois acaba requerendo um esforço cognitivo acima do necessário, que poderia estar sendo mais bem direcionado a aspectos prioritários da pesquisa em si.

De fato, no cenário contemporâneo, com o fim de aperfeiçoar a dinâmica de fruição da informação por parte do usuário, têm surgido novos métodos de observação e investigação neurocientíficos aplicados ao *design* de plataformas *web*. O campo do *design* está geralmente atrelado a lógicas de mercado e raramente é tratado com o devido rigor científico, sendo também raras as discussões que se dediquem a refletir o tema a partir de uma perspectiva transversal e interdisciplinar.⁵

O *design*, embora inicialmente não associado às ciências da informação, já surgiu com a dualidade entre a forma e a função, e conseqüentemente com vários conflitos de delineamento. Entre as definições do que é *design*, Cardoso o descreve como “um campo essencialmente híbrido que opera a junção entre corpo e informação, entre artefato, usuário e sistema”.⁶

A própria difusão da internet pode ser considerada um fenômeno do *design*, e não somente da informática – já que a internet não teria se popularizado se não fossem as interfaces gráficas amigáveis para os leigos em linguagens de computadores. O projeto de visibilidade das páginas *web* é um projeto de *design* da informação, que adaptou estruturas do *design* gráfico e editorial para formular como todo o conteúdo da internet seria disponibilizado para o público geral. Ao nos depararmos com os meios digitais, as ramificações do *design* recebem vários

5 KAWANO, D. R.; CARVALHO FURTADO, E. J.; BATISTA, L. L. *Design, publicidade e neurociência: uma reflexão interdisciplinar em tempos de convergência midiática*, p. 237.

6 CARDOSO, R. *Design para um mundo complexo*.

outros nomes, tais como *design* da informação,⁷ *design* de interface,⁸ *design* para *user experience*,⁹ *design* de interação,¹⁰ *design* de hipermídia¹¹ ou simplesmente *design* digital.¹²

No âmbito dos acervos digitais, *design* pode ser usado para projetar hiperdocumentos ou plataformas inteiras, e ele tem implicações na esfera da organização e representação do conhecimento. Em outras palavras, o meio é a mensagem¹³ e conforma as possibilidades com as quais os usuários transformam a informação em conhecimento.

Um acervo digital pode ser considerado como um complexo hiperdocumento multimídia no qual o usuário é guiado pelo *design*:

A navegação é o espaço do leitor. O objetivo da tecnologia do hipertexto é a navegação [...]. No hiperdocumento, o leitor encontra direções que o autor sugere a partir do planejamento – as ligações *a priori* – e outras ligações exigidas pela redação. [...]

Por exemplo, num hiperdocumento para fins didáticos, o autor procura conduzir o leitor segundo uma priorização dos conceitos.¹⁴

Como podemos, então, conduzir o leitor e definir o que é ou não eficaz para fins didáticos ou de difusão do conhecimento na projeção de plataformas para acervos digitais? Uma maneira razoavelmente simples de compreender o *design* visual de um produto é perguntar o que a sua forma sugere:

Qual é o primeiro elemento visualizado dentro de um determinado *site* ou componente comunicacional? Esse objeto que atraiu a atenção é realmente o que foi inicialmente planejado ou há um elemento atuando como uma distração? Ou ainda, qual elemento do *site* mais chama a atenção dos usuários? Eles são atraídos para algo dentro dos objetivos estratégicos propostos?¹⁵

Com essa preocupação de guiar o leitor corretamente, na fase de pré-projeto de uma plataforma, por exemplo, realizam-se investigações usando métodos e técnicas experimentais sofisticadas, para determinar exatamente o que os

7 CARDOSO, R. *Design para um mundo complexo*; REDIG, J. Não há cidadania sem informação, nem informação sem *design*.

8 BRAGA, A. S. *Design de interface: as origens do design e sua influência na produção da hipermídia*; PASSOS, R.; MOURA, M. *Design da informação na hipermídia*.

9 GARRETT, J. J. *The elements of user experience: user-centered design for the web and beyond*.

10 TEIXEIRA, E. A. S. A usabilidade em estudo: experiência de compra e de leitura de quadrinhos em meio digital: estudo de caso do aplicativo DC Comics para iPad.

11 PASSOS, R.; MOURA, M. *Design da informação na hipermídia*.

12 RADFAHRER, L. *Design/web/design: 2*.

13 MCLUHAN, M. *Comprender los medios de comunicación*.

14 CAMPOS, M. L. A.; GOMES, H. E. Princípios de organização e representação do conhecimento na construção de hiperdocumentos, p. 8.

15 KAWANO, D. R.; CARVALHO FURTADO, E. J.; BATISTA, L. L. *Design, publicidade e neurociência: uma reflexão interdisciplinar em tempos de convergência midiática*, p. 88.

usuários estão olhando e como os olhos se movem ao redor da tela.¹⁶ Entre as metodologias de coleta, algumas são de maior interesse para as investigações no campo da comunicação visual e *design* de plataformas: o EEG (eletroencefalograma), a fMRI (ressonância magnética funcional) e o *eye tracking*, que, como o próprio nome sugere, essa metodologia se dedica a detectar e rastrear os lugares de um estímulo visual para os quais o indivíduo focou seu olhar. Os próprios movimentos oculares constituem uma valiosa fonte de informação no campo da comunicação. Isso se deve ao fato de que, para um objeto ser identificado e percebido em seus detalhes, não basta apenas que ele esteja no campo de visão, sendo necessário também que ele seja projetado em uma pequena e específica região da retina, a fóvea.¹⁷ Portanto, durante a observação de um filme, de uma imagem ou mesmo de um texto, os olhos fazem uma alternância entre as chamadas fixações (breves períodos de tempo em que os olhos se mantêm fixos em uma região) e sacadas (rápidos movimentos entre uma fixação e outra), a fim de que o conteúdo observado seja devidamente identificado e interpretado.

Nota-se, portanto, um grande desafio por parte dos pesquisadores em conseguir integrar vários campos dialógicos às próprias atividades, com o fim de compreender e aferir em que medida estratégias de organização do conhecimento em acervos digitais são eficazes hoje em dia. Ou seja, entender como a audiência vê, percebe, sente ou memoriza um determinado conteúdo científico, e, em última análise, como essas estratégias podem contribuir para estreitar as relações entre uma organização proprietária do acervo e seus públicos de interesse.

A FASE DE PLANIFICAÇÃO: COMO CONSTRUIR UM ACERVO DOCUMENTAL

A equipe usou como marco de partida a ideia pela qual boas e consolidadas práticas de comunicação visual, unidas a boas práticas de *knowledge management*, possibilitam a formulação de padrões de desenvolvimento de acervos digitais que incrementam a eficácia comunicativa das plataformas, representando a informação de modo a reduzir a fadiga cognitiva durante a navegação, e propiciando em maior medida a transformação da informação em conhecimento. A abordagem, portanto, vai além da curadoria digital clássica, pois integra elementos da comunicação visual.

¹⁶ GARRETT, J. J. *The elements of user experience: user-centered design for the web and beyond*, p. 170.

¹⁷ GAZZANIGA, Michael S.; HEATHERTON, Todd F. *Ciência psicológica: mente, cérebro e comportamento*, p. 170.

Na fase de planificação do trabalho, com o objetivo de formar e tratar um acervo documental de fontes de pesquisa sobre os Jogos Olímpicos do Rio 2016, a ser consultado por pesquisadores e instituições de interesse, consideramos aspectos de gestão, como o entendimento contextualizado da natureza do acervo que se queria criar; aspectos jurídicos, como a segurança, a confidencialidade, os direitos autorais e a responsabilidade por acesso e difusão de informações; aspectos biblioteconômicos, como a forma, o conteúdo, as pessoas envolvidas (autor, criador, destinatário e reproduzidor); e, por fim, aspectos históricos, como o legado de conhecimento, atuação e impacto do mesmo.

Com esse fim, sob uma perspectiva de gestão do conhecimento aplicado à construção de acervos digitais, realizamos as 11 ações propostas pelo Digital Curation Center (DCC): um processo amplo e criterioso de planificação, identificação, maximização, codificação, reorganização e compartilhamento da informação estrategicamente relevante para o usuário final.

Segundo o DCC, o primeiro passo trata de conceituar e planejar toda a criação dos objetos digitais, incluindo a sua captura e o seu armazenamento. O segundo passo se refere à criação no sentido estrito, no qual se produzem os objetos digitais com os seus atributos sob forma de metadados. Em seguida, vem a terceira fase, a da definição do acesso e uso dos objetos, na qual se explicitam todas as modalidades e níveis de acesso ao acervo e às suas partes. Na quarta fase, definem-se normas de acesso, baseadas em instrumentos legais. Como quinto estágio, temos o descarte de objetos que não se enquadram na política institucional. O sexto passo se refere ao eventual transferência do acervo para espaços físicos e/ou lógicos confiáveis. A sétima etapa está formada por todas as ações ligadas à conservação do acervo, na qual se dá prioridade à integridade dos dados e à sua preservação a longo prazo. Em seguida, vem a fase número oito, a de reavaliação, na qual se realizam controles com o fim de buscar erros a serem corrigidos. Na nona fase, faz-se atenção à problemática do armazenamento, para garantir que o acervo esteja seguro. Na penúltima etapa da curadoria, a décima, garante-se que cada objeto digital esteja acessível segundo o nível de acesso atribuído a ele. Finalmente, na décima primeira fase, a última, criam-se novos objetos digitais a partir dos anteriores, geralmente combinando vários elementos entre si mediante conexões lógicas ou semânticas.

Explicando em detalhes como a equipe do projeto “Preservação da memória das Olimpíadas” construiu o acervo, no que se refere ao primeiro passo, o da conceitualização, começamos o trabalho realizando um levantamento preliminar sobre o estado da arte em matéria de *knowledge management* aplicado à construção

de acervos documentais. Portanto, analisamos práticas, políticas e padrões no desenvolvimento de bibliotecas e repositórios digitais, visando identificar tendências de usos, assim como padrões de construção de acervos digitais que resolvam os problemas típicos, como *overflow* informativo e a baixa eficácia comunicativa que os acervos atuais apresentam. Buscamos também entender como o *design* das plataformas digitais incide no processo de transformação da informação em conhecimento, com o fim de encontrar modelos de tratamento e representação de documentos que sejam comunicativamente eficazes no desenvolvimento de repositórios de dados de pesquisa, de forma a atender à diversidade de necessidades dos usuários.

Nessa fase, foram criadas cinco equipes temáticas: uma interdisciplinar e interdepartamental, a equipe Núcleo Diretor, que ficou encarregada da definição dos aspectos técnicos da plataforma digital, assim como da construção do termo de referência para a licitação que tinha como finalidade a contratação de uma empresa que implementasse o DSpace e um *frontend* ou *site* de divulgação. As outras quatro equipes eram temáticas, vertendo sobre as áreas de esporte, cultura, cidade e memória. Esta última, a equipe de memória, possuía um estatuto especial porque era a encarregada das relações interinstitucionais entre o projeto e seus interlocutores externos.

A equipe de memória, além de realizar todas as entrevistas de história oral, também ficou responsável pela organização preliminar da informação, já em uma ótica de apresentação ao usuário final. As demais equipes temáticas se concentraram principalmente nas fases de criação, realizando a pesquisa documental para a produção de objetos digitais, seu descarte, inserção e avaliação.

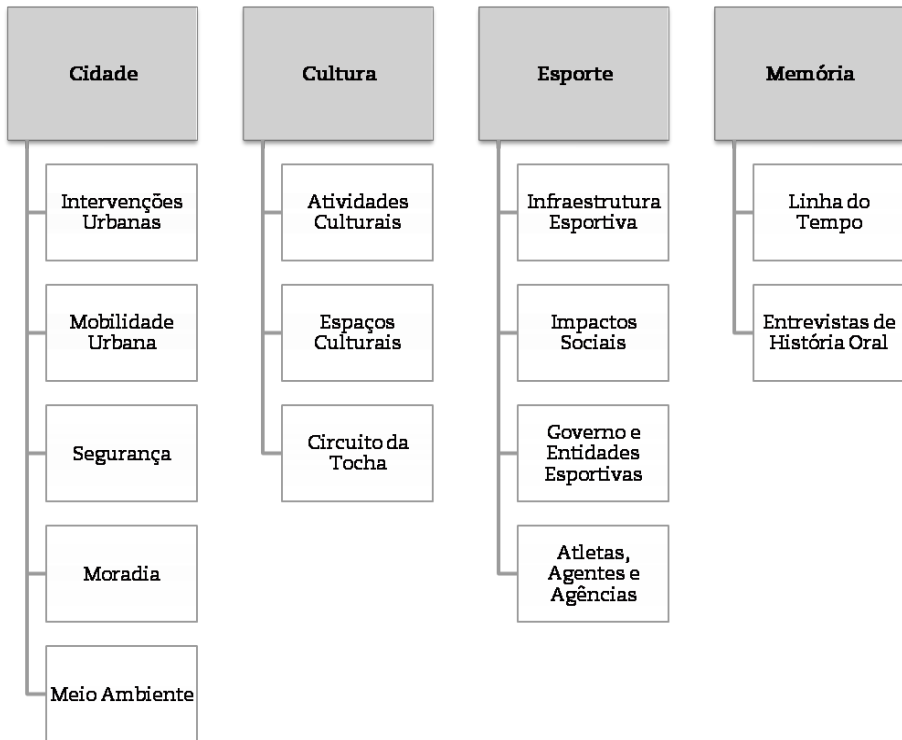
O trabalho contou com uma equipe de 27 pesquisadores, entre doutores, mestres, graduados e graduandos. Outros atores também estiveram envolvidos em momentos bem específicos, como o Centro de Memória e Informação (CMI) e os Serviços de Biblioteca e de Informática da FCRB, assim como o CPDOC-FGV. Especialistas externos também colaboraram e participaram ao longo do processo de trabalho.

A FASE DE DESENVOLVIMENTO: COMO SELECIONAR, DESCREVER E OFERECER ACESSO AOS OBJETOS DIGITAIS

Tendo definido a estrutura das equipes e planejado como o nosso acervo deveria se relacionar com o usuário final, procedemos às fases sucessivas, em especial, as da criação, avaliação, descarte, acesso e uso para os nossos objetos digitais.

No que se refere ao estágio de criação, foi montada uma equipe interdisciplinar à parte a fim de definir os metadados para descrever cada objeto digital e a estrutura das comunidades e coleções. Como se pode contemplar pela Figura 1, o organograma de comunidades e coleções, optamos por uma organização lógica baseada em temas. Assim, cada um dos eixos temáticos documentais (cidade, cultura, esporte e memória) tornou-se uma comunidade, e dentro de cada uma, tínhamos coleções como eixos temáticos derivados.

Figura 1 – Organograma de comunidades e coleções.



Fonte: elaborado pelo autor.

Na presente fase de criação, foram gerados no DSpace: os metadados qualificados; os formulários de entrada de objetos digitais; as comunidades e coleções; a configuração de grupos de trabalho e permissões de acesso às coleções; assim como a customização da página de visualização dos itens inseridos, com a lista completa dos metadados utilizados para a sua descrição.

Em concreto, para fazer um uso consistente e preciso dos metadados, foram definidos os tipos de documento com os quais trabalharíamos (*dc.type*). Dessa forma, foi possível definir quais descritores seriam usados para cada tipo de objeto digital. A seguir, na Tabela 1, pode-se observar a lista de tipos e subtipos de documentos que previmos para o repositório:

Tabela 1 – Lista de tipos e subtipos de documentos.

AUDIOVISUAL	OUTROS	LEGISLAÇÃO	PRODUÇÃO ACADÊMICA	IMAGEM	IMPRENSA
360° graus	Áudio	Decreto	Artigo de periódico	Álbum	Artigo de opinião
3D	Carta	Decreto-lei	Anais de evento	Charge	Crônica
Amador	Contrato	Edital	Capítulo de livro	Fotografia	Editorial
Animação	Documento oficial	Emenda constitucional	Dissertação de mestrado	Infográfico	Fascículo de periódico
Comercial	Dossiê	Lei complementar	Livro	Logomarca	Notícia
Curta-metragem	Estatuto	Lei delegada	Palestra ou apresentação	Mapa	Reportagem
Discurso	Ficha	Lei ordinária	Resumo publicado em evento	Planta	
Documentário	Infográfico interativo	Lei orgânica municipal	Resenha		
Educativo	Manual	Medida provisória	Tese de doutorado		
Entrevista	Material de apoio	Plano Diretor	Trabalho completo publicado em evento		
Depoimento de história oral	Material publicitário ou de divulgação	Portaria	Trabalho de conclusão de curso		
Jingle	Mínuta	Termo aditivo			
Longa-metragem	Parecer				
Partida esportiva	Regulamento institucional				
Podcast	Relatório técnico				
Spot	Website				
Vídeoclipe					
Vídeo institucional					
Vinheta					

Fonte: elaborado pelo autor.

Foi elaborado também um manual de uso e estilo sobre como descrever adequadamente os objetos digitais, com o fim de ter um padrão na formatação dos campos. Com a grande preocupação de manter todos os metadados padronizados e eliminar os possíveis erros humanos, decidimos trabalhar, sempre onde fosse possível, com campos fechados, para os quais o pesquisador escolhia, mediante listas de termos preestabelecidos, os mais adequados para o preenchimento do formulário de entrada. Esse trabalho foi possível graças ao profundo conhecimento do acervo por parte dos nossos 27 pesquisadores, assim como ao trabalho colaborativo e interdisciplinar na definição dos objetos digitais. O sistema de escolha de opções preestabelecidas foi implementado por meio de algumas *list boxes* e *checkboxlist boxes*, para proporcionar uniformidade e confiabilidade na entrada dos dados.

Em seguida, mantendo a mesma linha, foi construído um vocabulário controlado para ser usado com metadado *dc.subject*. Sob a supervisão de uma colega especialista nesse trabalho, a equipe deu lugar a uma lista de termos que conseguisse descrever com completude e minúcia os objetos digitais, respeitando a peculiaridade de cada área disciplinar envolvida no projeto, e, ao mesmo tempo, conseguisse favorecer uma pertinente recuperação da informação por parte do usuário final.

No específico, segundo o padrão Dublin Core, foi definida a lista de metadados para descrever os documentos do acervo. Como se pode contemplar pela Tabela 2, há metadados Dublin Core padrão, com ou sem os qualificadores, entre os quais alguns foram criados pela nossa equipe.

Tabela 2 – Lista de metadados Dublin Core.

<i>dc.type</i>	<i>dc.description.resumo</i>	<i>dc.contributor.author</i>	<i>dc.subject</i>
<i>dc.title</i>	<i>dc.description.resume</i>	<i>dc.contributor.editor</i>	<i>dc.subject.other</i>
<i>dc.date.issued</i>	<i>dc.description.resumen</i>	<i>dc.contributor.organizador</i>	<i>dc.subject.en</i>
<i>dc.identifier.citation</i>	<i>dc.description.abstract</i>	<i>dc.contributor.entrevistador</i>	<i>dc.subject.es</i>
<i>dc.relation.isversionof</i>	<i>dc.description.atores</i>	<i>dc.contributor.proponente</i>	<i>dc.subject.fr</i>
<i>dc.language.iso</i>	<i>dc.description.eixotematico</i>	<i>dc.contributor.responsavel</i>	
<i>dc.rights</i>	<i>dc.description.escala</i>	<i>dc.contributor.envolvida</i>	
<i>dc.format.medium</i>	<i>dc.description.lugar</i>		
<i>dc.format.extent</i>	<i>dc.description.linkexterno</i>		

Fonte: elaborado pelo autor.

A escolha dos metadados Dublin Core, tanto os preexistentes como os criados pela equipe, foram escolhidos estrategicamente seguindo dois critérios. O primeiro se refere à futura interoperabilidade com o repositório institucional Rubi – Repositório Rui Barbosa de Informação, da FCRB. O segundo se justifica pela facilidade de gerenciar buscas internas e facilitar a interação com o usuário. Assim, por exemplo, utilizamos o *dc.contributor* de forma qualificada para descrever e diferenciar tudo aquilo que envolva semanticamente conceitos próximos à autoria, como, por exemplo, a autoridade responsável por uma lei, mesmo que não seja a autora da mesma. Dessa forma, pudemos configurar o formulário de busca e o sistema de recuperação da informação para mostrar tudo aquilo que estivesse contido em *dc.contributor*, ou seja, todo aquele que for um *contributor* sem importar o metadado qualificado no específico. Assim, o qualificador é capaz de oferecer no índice de autores e nos resultados de busca informações mais completas e pertinentes.

O mesmo foi feito com os metadados *dc.description* e *dc.subject*, para que o sistema de busca genérico possa entender que algumas informações estão associadas ao campo semântico da descrição ou do assunto dos documentos. Em especial, o campo *subject*, por usar um vocabulário controlado, é capaz de oferecer resultados de busca mediante uma lista pré-moldada de indexadores.

Também foi decidida uma política de acesso aos documentos, um dos padrões de acesso e uso do conteúdo digital, configurando no DSpace a indicação da opção pelo uso de licença no processo de submissão, respeitando-se os direitos autorais.

A FASE DE IMPLEMENTAÇÃO: COMO ALIMENTAR E CUSTOMIZAR O DSPACE E O FRONTEND DE ACESSO

Nesta fase, a empresa contratada para a customização do DSpace, assim como para o desenvolvimento do *frontend* de acesso ao acervo, já estava alinhada com o trabalho de inserção dos documentos por parte da equipe de pesquisadores. Com o fim de facilitar o trabalho de inserção, foi criada uma planilha de migração em lote de documentos, na qual um *script* desenvolvido pela empresa recuperava a informação e os arquivos para inseri-los na coleção correta de forma automática, sem a necessidade de que o pesquisador fosse presencialmente até as dependências da FCRB para acessar o DSpace.

Durante essa fase, foram criados turnos de acesso presencial no quais as equipes revezavam-se para dar entrada nos documentos. Após cada turno, era efetuada uma fase de controle sobre cada objeto digital por parte de outro grupo

de pesquisadores e, quando necessário, aportavam-se correções aos campos dos metadados preenchidos de forma incorreta.

Como ação de preservação, foi instaurado um sistema de *backup* diário, durante a fase de inserções, e semanal, após a mesma.

No que se refere à avaliação, além dos controles diários sobre a consistência dos metadados, foram feitas três grandes varreduras gerais no repositório, nas quais participaram todos os pesquisadores do grupo. Alguns corrigiram as fichas mediante o índice de autores, outros pelo índice de títulos e outros pelo índice de palavras-chave. Dessa forma, a mesma ficha teria sido corrigida por mais de um pesquisador, garantindo um alto nível de confiabilidade dos descritores.

As correções avaliavam se o objeto digital apresentava problemas, se havia duplicações, se os dados descritivos estavam corretos, se estavam acessíveis para o nível correto de usuários e se do ponto de vista da padronização estavam usando as regras estabelecidas no nosso manual de estilo.

Para concluir esta exposição sobre o uso que demos ao padrão sugerido pelo DCC, no que se refere ao décimo primeiro item da lista, que trata da transformação, ou seja, da possibilidade de se criarem novos objetos digitais a partir do original, podemos ressaltar dois pontos interessantes. O primeiro tem a ver com a linha do tempo, pois se tratando de um projeto que tem por objetivo criar um acervo sobre o processo de construção e entrega dos Jogos Olímpicos, que vai desde a sua candidatura até o seu encerramento, pensamos que seria de suma importância oferecer ao futuro pesquisador alguns marcos temporais que ajudassem a ligar os fatos mais importantes sobre as Olimpíadas e Paralimpíadas a fontes e outros documentos relacionados semanticamente a eles.

Com tal objetivo, foi criada uma coleção dentro da comunidade memória que contém todos os elementos da linha do tempo com determinados descritores, que permitem realizar enlaces semânticos entre objetos e oferecer ao pesquisador uma experiência mais rica de pesquisa.

Do ponto de vista do *design* e da navegabilidade, foi pensado para o *frontend* do site de divulgação um *script* para recuperar os itens da linha do tempo e, mediante os seus metadados, organizar e apresentar a informação de forma acessível, simples e rápida. Podemos ordenar cronológica e graficamente os fatos da linha do tempo graças ao metadado *dc.date.issued*. Da mesma forma, o usuário poderá, graças ao metadado *dc.description.eixotematico*, filtrar os itens da linha do tempo por tema, entre cidade, esporte e cultura. Por último, oferecem-se informações relacionadas àquele fato, como por exemplo a fonte da informação mediante

o metadado *dc.identifier.citation*, assim como outras fontes que tratam do mesmo tema mediante o descritor *dc.subject*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, considerando os princípios e melhores práticas de comunicação *online* aplicados à elaboração de bibliotecas e repositórios digitais e gestão do conhecimento, alcançaram-se as metas estabelecidas pela equipe do projeto “Preservação da memória das Olimpíadas”. Conseguiu-se garantir o acesso livre às plataformas desenvolvidas, às suas coleções temáticas e aos objetos digitais de modo geral, todos descritos segundo um padrão de metadados que garante a interoperabilidade com outras plataformas. Utilizamos ferramentas *open source* e traçamos um plano de *user experience* e *user interface*, reduzindo a fadiga cognitiva durante a navegação.

A equipe do projeto “Preservação da memória das Olimpíadas: processos e ações” trabalhou com as recomendações do DCC, com um especial olhar à gestão do conhecimento em organizações, adaptado à sua realidade específica e integrando também contribuições do campo da comunicação visual aplicada a projetos *web*. Trata-se de um projeto cujo escopo era criar um repositório de fontes de pesquisa sobre os Jogos Olímpicos do Rio 2016, mas que fosse além dos clássicos acervos digitais que usam o DSpace como plataforma de acesso e conservação. O nosso projeto sempre teve a meta de criar a maior referência documental no mundo sobre os Jogos Rio 2016, além de oferecer ao pesquisador uma interface e um modelo de recuperação da informação que estivesse alinhado com as melhores práticas hoje disponíveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGA, A. S. *Design de interface: as origens do design e sua influência na produção da hipermídia*. São Paulo, 2004. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes, PUC-SP.

CAMPOS, M. L. A.; GOMES, H. E. Princípios de organização e representação do conhecimento na construção de hiperdocumentos. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 6, p. 4, dez. 2005.

CARDOSO, R. *Design para um mundo complexo*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

DIGITAL CURATION CENTER. What is digital curation? Disponível em: <<http://www.dcc.ac.uk/digital-curation/what-digital-curation>>. Acesso em: 3 jan. 2017.

GARRETT, J. J. *The elements of user experience: user-centered design for the web and beyond*. 2. ed. Berkeley: New Riders, 2011.

GAZZANIGA, M.S.; HAETHERTON, T.F. *Ciência psicológica: mente, cérebro e pensamento*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

KAWANO, D. R.; CARVALHO FURTADO, E. J.; BATISTA, L. L. *Design, publicidade e neurociência: uma reflexão interdisciplinar em tempos de convergência midiática*. *Revista Geminis*, São Carlos, ano 6, n. 1, p. 79-100. 2015. Disponível em: <<http://www.revistageminis.ufscar.br/index.php/geminis/article/view/219/190>>. Acesso em: 11 set. 2016.

LEITE, Fernando César Lima. *Gestão do conhecimento científico no contexto acadêmico: proposta de um modelo conceitual*. Brasília, 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3975/1/2006_FernandoCesarLimaLeite.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2017

MCLUHAN, M. *Comprender los medios de comunicación*. Madrid: Paidós, 1996.

PASSOS, R.; MOURA, M. *Design da informação na hipermídia*. *InfoDesign*, v. 4, n. 2, p. 20-28, 2007. Disponível em: <<http://www.infodesign.org.br/infodesign/article/view/38>>. Acesso em: 9 set. 2016.

RADFAHRER, L. *Design/web/design: 2*. São Paulo: Market Press, 2001.

REDIG, J. Não há cidadania sem informação, nem informação sem *design*. *InfoDesign*, v. 1, n. 1, p. 58-66, 2004. Disponível em: <<http://www.infodesign.org.br/infodesign/article/view/4>>. Acesso em: 10 set. 2016.

SÁ, M. I. F. e. *Bibliotecas digitais: uma investigação sobre características e experiências de desenvolvimento*. Rio de Janeiro, 2013. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Ibict-UFRJ. Disponível em: <http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/856/1/MariaIrene-daFonsecaeS%C3%9F_TeseDoutorado_07_03_2013.pdf>. Acesso em: 11 set. 2016.

TEIXEIRA, E. A. S. A usabilidade em estudo: experiência de compra e de leitura de quadrinhos em meio digital: estudo de caso do aplicativo DC Comics para iPad. *InfoDesign*, v. 9, n. 2, p. 56-69, 2012. Disponível em: <<http://www.infodesign.org.br/infodesign/article/view/120>>. Acesso em: 11 set. 2016.

DA VILA AUTÓDROMO AOS JARDINS DO REI: POBREZA, MERCADO E HABITAÇÃO NO RIO DE JANEIRO OLÍMPICO¹

BRUNO AMADEI MACHADO*

O REDESENHO DA CIDADE NO CONTEXTO OLÍMPICO

A Olimpíada, da forma como chegou, e com as definições que trouxe aqui para o Rio, foi uma benesse de Deus para a cidade. Os Jogos vão dar a essa cidade aquilo que ela realmente representa no contexto nacional e internacional.²

Esta análise se inicia com a transcrição do trecho acima, no qual Carlos Carvalho exalta o protagonismo da cidade e, por meio daquilo que acredita ser uma “benesse de Deus”, evoca certa força transcendental para o projeto olímpico: tão natural em sua essência, os Jogos de 2016 por si dispensariam explicação. O “espírito olímpico”³ consistiria, sobretudo, em uma promessa de mudança positiva cuja aderência é praticamente instantânea, racional, sendo difícil e imprudente se opor a ela.

Mas para compreender o redesenho observado no Rio de Janeiro olímpico, deve-se recuperar a trajetória de construção de um modo específico de gerir a cidade carioca, iniciado ainda nos anos 1990 sob a égide da experiência de Barcelona.⁴ Impulsionado pelos Jogos Olímpicos de 1992, o modelo de planejamento

* Arquiteto e urbanista, formado pela Universidade Federal Fluminense, com especialização (em andamento) em Sociologia Urbana, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: brunoamadei@brunoamadei.com.

1 Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no VI Seminário Internacional Direitos Humanos, Violência e Pobreza, realizado no Rio de Janeiro em outubro de 2016, sob o título “O lugar do pobre: notas sobre representação, mercado e habitação no Rio de Janeiro Olímpico”. Agradeço à Fundação Casa de Rui Barbosa pela oportunidade e apoio concedido no âmbito do projeto “Preservação da memória das Olimpíadas: processos e ações”.

2 PUFF, Jefferson. “Como é que você vai botar o pobre ali?”, diz bilionário “dono da Barra da Tijuca”.

3 Para explicar a marca Rio 2016, o site oficial do evento afirma: “Ultrapassar os limites, superar os desafios com prazer, garra, motivação e energia. A marca Rio 2016 é um exemplo vivo de transformação através do esporte. Sua força é contagiante, mobiliza, amplia possibilidades e horizontes. Dissemina e traz os valores olímpicos – respeito, amizade e excelência – para o nosso cotidiano”. Disponível em: <rio2016.com/a-marca/espírito-olimpico>. Acesso em: 30 jun. 2016.

4 “A realização dos Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro constitui o desenlace de trajetória ao longo da qual uma nova concepção de cidade e de planejamento urbano se impôs entre nós.” (VAINER, Carlos. Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro).

adotado pela cidade catalã obteve grande difusão e hegemonia na América do Sul, tendo sido recepcionado em terras cariocas já em 1993 durante a primeira gestão do ex-prefeito Cesar Maia. Em linhas gerais, tal modelo buscou introduzir na gestão urbana práticas e valores incubados no mundo empresarial, fortemente influenciados pela bula neoliberal à época em franca expansão.

No plano discursivo, constrói-se a marca de uma cidade portadora de atributos únicos, flexível diante dos desafios contemporâneos, competitiva em nível global e integrada aos fluxos financeiros, capaz de atrair para si investimentos e agenciar negócios. Segundo Vainer,⁵ tal modelo se valida para o mundo, é respaldado e ganha impulso por meio da organização de grandes eventos internacionais; no plano econômico, argumenta-se que a experiência servirá para aquecer a economia local por meio do incremento do turismo, bem como para a geração de novos empregos no setor de serviços e na construção.

Para o impulso olímpico modernizante cuja herança se convencionou chamar de “legado”, as obras de infraestrutura são o carro-chefe. Sabe-se que a infraestrutura é um gargalo histórico das cidades brasileiras, acometendo em certo grau toda a população e sendo desigualmente mais experimentado pelas camadas pobres, na precariedade dos seus territórios pouco urbanizados, assim como nas longas jornadas diárias de deslocamento metropolitano. A esse fato, Carvalho logo se mostra positivo, inflacionando números ao apostar no destino de uma cidade que enfim toma rumos planejados:

A Olimpíada está trazendo essa cidade para todos, estão integrando o Rio. As obras vão trazer toda a Baixada para cá, o que vai desafogar a cidade. O legado é incomensurável. Este espaço privilegiado está recebendo uma infraestrutura que permitirá um desenvolvimento urbano ordenado, que evite que o povo sofra por erros urbanos. Tenho a convicção de que a solução que está sendo dada, se não é a melhor que poderia ser, sem sombra de dúvidas já alivia em 1.000% o sofrimento que o povo vinha tendo no exercício de usar a cidade.⁶

Se a fala do empresário representa, por um lado, uma expectativa popular generalizada, por outro deve-se suspeitar dos benefícios gozados pelo interlocutor, dono de uma fortuna estimada em US\$ 4,2 bi e apontado em 2015 pelo *Bloomberg Billionaires Index* como a 13ª pessoa mais rica do Brasil.⁷ Sua empresa está a cargo de executar obras com os maiores aportes financeiros, cujo destaque é o Parque Olímpico. Vencedora sem concorrentes na disputa pela parceria público-privada (PPP), a companhia integra o consórcio com a Norberto Odebrecht e a Andrade Gutierrez, ambas atualmente investigadas por esquemas de fraude em licitações

5 Ibid.

6 PUFF, Jefferson. “Como é que você vai botar o pobre ali?”, diz bilionário “dono da Barra da Tijuca”.

7 SCHMIDT, Blake. Dono de empreiteira se torna 13ª pessoa mais rica do Brasil.

e corrupção na Petrobras.⁸ No decorrer da investigação, documentos recolhidos na construtora Norberto Odebrecht já antecipavam o resultado da mesma licitação que um ano depois escolheria o consórcio em questão, ou seja, trata-se de um forte indício que aponta para a recorrente prática de cartel e partilha de dados sigilosos entre os setores público e privado.

Mais que um inesperado desvio de funções dos setores público e privado, que escapa da normalidade, ao invés, deve-se considerar que a própria regra passa a incorporar a exceção enquanto prática constituinte e permanente. Em nome da agilidade e eficiência, à semelhança do mundo corporativo, a “cidade de exceção” abre constantes prerrogativas em favorecimento do mercado, onde a lei “torna-se passível de desrespeito legal e parcelas crescentes de funções públicas do Estado são transferidas a agências ‘livres de burocracia e controle político’”.⁹ No entanto, sabe-se que tal reconfiguração ocorre com enormes prejuízos à democracia, uma vez que, em nome de um inalcançável consenso em torno da formulação de objetivos “estratégicos”, o comum acordo entre governo e sociedade se viabiliza por vias antidemocráticas. Assim, planeja-se a cidade por meio de decisões centralizadas na figura de um chefe carismático (prefeito) que, de portas fechadas e com o auxílio de uma equipe capaz de fornecer o domínio técnico da questão, dá a última palavra e abre constantes exceções.

Nessa direção, o caso da Vila Autódromo serve para ilustrar as regras do “jogo olímpico”. Localizado em área de rápida valorização fundiária e vizinho do Parque Olímpico, até o fim de 2016, o bairro foi sendo gradualmente destruído¹⁰ para ceder terreno à iniciativa privada, que ali espera erguer empreendimentos imobiliários de alto padrão. Em resposta às críticas à remoção que estava em curso na Vila Autódromo, Carvalho defendeu:

[...] tem gente que não concorda, que acha que isso não é bom, e que tinha que deixar os que estavam lá, mas esse problema não é meu. É um problema político, que eles sabem como resolver. Quem está dando o tom é o prefeito, e nós naturalmente estamos juntos, e achamos que as providências são adequadas. É uma opinião técnica, e não política.¹¹

À primeira vista, “nós estamos juntos” parece sinalizar a manutenção de certo pacto democrático, desejável na garantia da governamentalidade e dos compromissos assumidos no âmbito da esfera pública. No entanto, a parceria ganha novos contornos se considerarmos que nas eleições municipais de 2012 a Carvalho

8 Ibid.

9 VAINER, Carlos. Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro.

10 Das 600 famílias que moravam na Vila Autódromo em 2014, apenas 20 conseguiram permanecer no local. Ver: SASTRE, Patrícia Martínez. Vila Autódromo, a comunidade que venceu os Jogos Olímpicos.

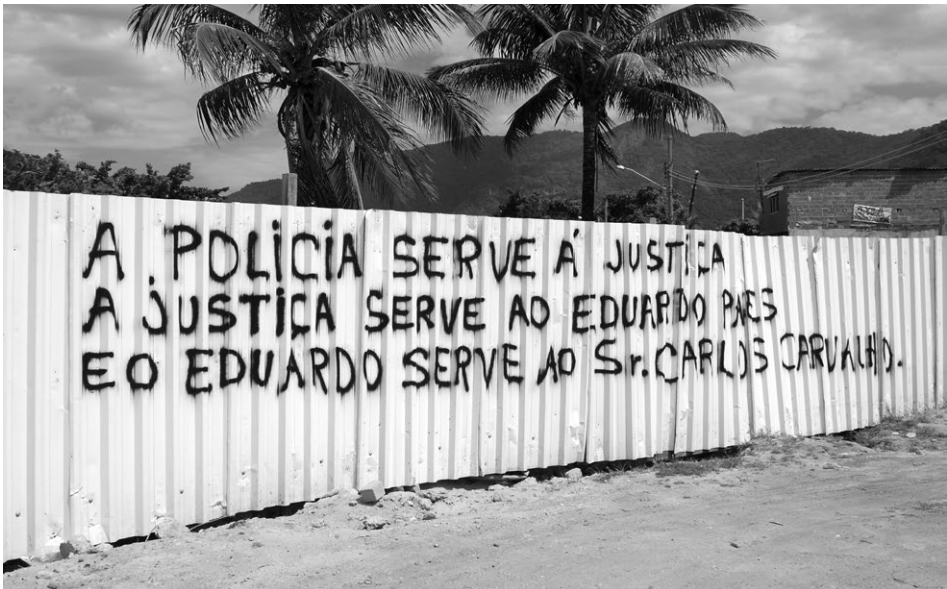
11 PUFF, Jefferson. “Como é que você vai botar o pobre ali?”, diz bilionário “dono da Barra da Tijuca”.

Hosken consta entre as maiores doadoras a Eduardo Paes e seu partido, de certa forma assegurando a permanência do(s) mesmo(s) na Prefeitura do Rio de Janeiro. Mais além, respaldando-se na autonomia do discurso técnico desvinculado da política, a cidade de exceção opera de maneira a isentar a responsabilidade dos seus financiadores, que por sua vez legitimam a decisão do prefeito enquanto aguardam colher os frutos prometidos pela PPP.

Acerca dos processos de remoção em curso, Faulhaber e Azevedo afirmam:

Por estarem localizados muitas vezes em zonas de alta especulação imobiliária, os moradores desses assentamentos populares acabam disputando espaço com a população de classes média e alta que enxergam a presença da favela como uma ameaça. [...] Ontem, como hoje, a eliminação das favelas significa liberar terrenos e dispor de áreas para que se possa construir, urbanizar ou valorizar para a utilização futura.¹²

Figura I. Muro que separava o canteiro de obras do Parque Olímpico da Vila Autódromo em março de 2016. Nele se lê: “A Polícia serve à Justiça, a Justiça serve ao Eduardo Paes e o Eduardo serve ao sr. Carlos Carvalho”.



Fonte: acervo do autor.

12 FAULHABER, Lucas; AZEVEDO, Lena. SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro olímpico.

Na fala dos autores, a presença da favela seria assim encarada como uma ameaça. “Ameaça” no singular, unitária no discurso, mas constituída por uma multiplicidade de ameaças que na maioria das vezes operam em regime de sobreposição: ameaça à higiene, ameaça à segurança, ameaça à ordem e ameaça à economia. A seguir, prosseguiremos relacionando a fala de Carlos Carvalho a algumas dessas ameaças.

POBREZA E HIGIENE

Para defender o “direito” adquirido pelo proprietário do imóvel de alta renda de não precisar conviver com os vizinhos da Vila Autódromo, Carvalho é exitoso ao sintetizar em poucas palavras séculos de repulsa pelo Outro, seja ele indígena ou favelado:

Você não pode ficar morando num apartamento e convivendo com índio do lado, por exemplo. Nós não temos nada contra o índio, mas tem certas coisas que não dá. Você está fedendo. O que eu vou fazer? Vou ficar perto de você? Eu não, vou procurar outro lugar para ficar.¹³

No trecho acima, a analogia para falar dos moradores da Vila Autódromo se dá por meio da imagem do índio, um Outro distante e igualmente selvagem tal como o pobre.¹⁴ Contudo, se optarmos por outra via e rejeitarmos a afirmação que de antemão inferioriza certos grupos ao classificá-los na base de um suposto estágio evolutivo, constataremos que tal representação foi em algum momento naturalizada e que, nesse caso, em algum período a imagem da pobreza esteve vinculada à imagem da falta de higiene. Lícia Valladares defende que, para resgatar o surgimento do discurso sobre a pobreza na sociedade urbana brasileira, deve-se necessariamente considerar “em primeiro lugar a questão da saúde e a da necessidade de higienização da cidade tais quais apareceram no discurso médico-higienista do século XIX”:

Preocupados com a “desodorização do espaço urbano”, nossos higienistas sociais, influenciados pelas teorias médicas francesas, acabaram por estabelecer uma estratégia de medicalização da cidade que implicaria desde a desinfecção dos lugares públicos, a drenagem dos pântanos, o alinhamento das ruas até o combate direto aos surtos epidêmicos sobretudo no Rio [...] A denúncia realizada pelos sanitaristas abriu assim caminho para a própria intervenção sobre a pobreza.¹⁵

13 PUFF, Jefferson. “Como é que você vai botar o pobre ali?”, diz bilionário “dono da Barra da Tijuca”.

14 É sabido que, na constituição da modernidade, o traço ontológico que divide “civilizados” de “selvagens” mais serve para apartar aqueles que não se integram – e na maioria das vezes jamais se integrarão – a determinadas normas dominantes, sejam elas morais, sociais ou econômicas.

15 VALLADARES, Lícia. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil, p. 85.

Assim, se os cortiços foram alvo do discurso médico-higienista na virada do século XIX para o XX, Carlos Carvalho confirma que os territórios populares continuam sendo alvo de estigmas que relacionam pobreza e higiene. Mais além, Valladares ressalta não apenas um, mas uma série de discursos sobre a pobreza que foram “se justapondo e se sucedendo ao longo dos anos”, fazendo com que o discurso da atualidade que criminaliza o pobre não se enquadre em apenas uma disciplina – ao invés, ele reúne várias imagens que, conforme o arranjo desejado, discorrem sobre o sujeito abjeto. Como exemplo, Carvalho também aciona o argumento econômico para novamente excluir o pobre dos lugares da elite:

Para botar tubulação de água e de luz há um custo alto, e quem mora paga. Como é que você vai botar o pobre ali? [...] Há muitos bairros que agasalham pessoas com poder aquisitivo mais modesto. Foi o meu caso. Eu vim morar em Jacarepaguá porque era onde meu pai podia morar. Nasci ali, fiz escola pública e fiz minha vida. Cada um pode fazer a mesma coisa.¹⁶

O discurso do empresário é claro ao subordinar o acesso a bens urbanos fundamentais, tais como água potável canalizada e energia elétrica, à capacidade de poder pagar por eles, instaurando uma seletividade de direitos que opera conforme a faixa de renda, em clara ameaça à dignidade humana. Sem recursos, restaria ao homem ser “agasalhado” por bairros periféricos com poder aquisitivo mais modesto – ou seja, expulso para bairros sem infraestrutura. Por fim, ao afirmar que “cada um pode fazer a mesma coisa”, Carvalho lança mão de uma suposta ética vinculada ao trabalho (e atualizada pela racionalidade neoliberal),¹⁷ que faz com que o pobre, ainda que destituído de direitos, continue sendo a razão maior do seu próprio sucesso ou fracasso. Certamente, a despeito de todo e qualquer esforço individual, acreditamos que o enriquecimento vivenciado pelo empresário diz pouco sobre o destino incerto dos quase dois milhões de favelados cariocas, sobretudo daqueles que foram removidos.

ILHA PURA, POBREZA E SEGREGAÇÃO

“Em Ilha Pura, a vida pulsa e você encontra uma nova forma de viver na Barra.”¹⁸

Nas últimas décadas, o fenômeno da criminalidade violenta¹⁹ está relacionado a um novo padrão de segregação espacial, que veio a se tornar o modelo

16 PUFF, Jefferson. “Como é que você vai botar o pobre ali?”, diz bilionário “dono da Barra da Tijuca”.

17 Para uma discussão acerca dos princípios que movem uma nova ética do trabalho à luz da razão neoliberal, confira: DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.

18 ILHA PURA. O bairro. Disponível em: <<http://ilhapura.com.br/meu-lugar/>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

19 MACHADO, Luiz Antonio. Quarenta anos de sociologia das classes populares.

urbanístico observado na expansão das novas áreas da cidade destinadas às classes altas, situadas em especial na zona oeste, cujo centro irradiador é a Barra da Tijuca. Não por coincidência, a Barra da Tijuca foi o local escolhido para receber os maiores equipamentos esportivos dos Jogos Olímpicos, bem como o complexo que abrigou os esportistas durante o período das competições. A Vila dos Atletas, batizada de Ilha Pura e construída pela Carvalho Hosken em conjunto com a Odebrecht,²⁰ consiste em um megacomplexo de 3.604 unidades habitacionais a ser posteriormente revertido em moradias de alto padrão, em mais um legado olímpico cujo usufruto se restringe apenas aos que puderem pagar – e muito – por ele.

Retornando ao tema da criminalidade violenta, sabe-se que na atualidade a demanda por mais segurança gera respostas em escalas e esferas distintas. Na esfera pública, autores defendem que o Estado vem atuando com mais repressão, sobretudo nos territórios populares.²¹ Já na esfera privada, o mercado trata de oferecer mais sensação de proteção, seja por meio da vigilância por aparatos tecnológicos ou da segregação por meio de barreiras físicas.²² Antes alimentado pelo temor das ditas “classes perigosas”,²³ que colocavam em risco a ordem social do início do século XX, na contemporaneidade os crimes violentos permanecem fortemente vinculados ao discurso sobre a pobreza. Assim, se a higiene serviu (e indiretamente ainda serve) para expulsar os pobres de seus locais de moradia, agora é o medo da violência que assegura que os mesmos não circulem nos territórios da elite.

Em sua pesquisa sobre a disseminação de enclaves fortificados em São Paulo, Teresa Caldeira afirma que:

As falas cotidianas sobre o crime funcionam na base de elaborações sobre o bem e o mal e, ao alinhar os grupos sociais a um ou outro desses polos simbolicamente irreconciliáveis, criam diferenças rígidas entre esses grupos, além de fazer aumentar o temor daqueles colocados no lado do mal. Essas falas contribuem para a construção de separações inflexíveis que são, nesse sentido, análogas aos muros que se multiplicam na cidade.²⁴

Segundo a autora, a multiplicação de muros seria característica de um “novo conceito de moradia”, analisado por ela por meio da publicidade de novos condomínios destinados às classes média e alta de São Paulo: “Os anúncios apresentam a imagem de *ilhas* às quais se pode retornar ao fim do dia para encontrar

20 CARVALHO HOSKEN S/A. A um ano de prazo para entrega, Ilha Pura está 70% pronta.

21 Naquilo que pode ser entendido como a policialização das políticas sociais, assiste-se ao mesmo tempo à militarização da questão urbana, bem como o cerceamento de direitos dos pobres, em parte alimentados pela “metáfora da guerra” (LEITE, Márcia. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e política de segurança pública no Rio de Janeiro).

22 FERRAZ, Sonia. M. T.; POSSIDÔNIO, Edson R. Violência, medo e mercado: uma análise da publicidade imobiliária.

23 VALLADARES, Lícia. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil.

24 CALDEIRA, Teresa Pires. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana.

um mundo exclusivo de prazer entre pares, onde ‘convivência sem inconveniência’ seria possível”.²⁵

Quase duas décadas após as investigações iniciais empreendidas por Caldeira, no contexto olímpico carioca a realidade parece reproduzir a mesma fórmula de um *já não tão novo* conceito de moradia. Para conquistar o potencial comprador, Carvalho idealiza um empreendimento cuja viabilidade deve estar perfeitamente ajustada às demandas do cliente: “Vou ter que resolver comercialmente e ver as coisas que a gente precisa fazer para que as pessoas se interessem a ir para lá. Tenho que conquistar o cliente”.²⁶ Mas afinal, como conquistar o cliente? No limite, a resposta passa pela venda de isolamento e exclusividade; e não por acaso, no empreendimento em questão a distinção é um valor impregnado até na escolha do nome, que combina a *ilha*, expressão física de um princípio, à imagem de um espaço *puro*, restrito e compartilhado apenas por iguais. Se o nome já não fala por si só ou se esse não for suficientemente tangível para promover a separação desejada, o site de divulgação do empreendimento não deixa de mencionar alguns dos aparatos tecnológicos de segurança previstos no projeto: “sistema de CFTV (circuito fechado de televisão) nas áreas comuns, acesso de automóveis por portões automatizados e cancelas junto à guarita, alarme perimetral, portão de acesso de pedestres, com fechaduras automáticas com acionamento a partir da guarita”.²⁷

Em outro trecho da entrevista, a teologia do trabalho de Carvalho reaparece, dessa vez, imbuída de certo “espírito social”. O empresário defende ser preciso gerar encantamento, motricidade para que o indivíduo trabalhe, melhore de vida e por fim acesse a Ilha Pura pelo portão principal:

E nós achamos que isso é que é fazer o lado social: ter a inteligência de gerar conforto para aqueles que podem usufruir dele. Se não as pessoas ficam só desejando, mas nunca chegam lá. Temos que fazer com que aquilo seja um encantamento, que faça com que muitas pessoas melhorem de vida para poderem usufruir. *A Ilha Pura vai ter os Jardins do Rei. Nós vamos transformar todo mundo em rei.*²⁸ Estamos partindo para criar as bases para que uma nova cidade se desenvolva com condições satisfatórias para os moradores.²⁹

25 Ibid. Grifo do autor.

26 PUFF, Jefferson. “Como é que você vai botar o pobre ali?”, diz bilionário “dono da Barra da Tijuca”.

27 ILHA PURA. O bairro. Disponível em: <<http://ilhapura.com.br/meu-lugar/>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

28 Em entrevista concedida ao jornal britânico *The Guardian*, Carvalho insiste mais uma vez na suntuosidade da área externa do seu empreendimento: “Esses jardins que estão previstos para o interior vão ser de um nível que só reis já tiveram” (WATTS, Jonathan. O empresário carioca na esperança de um legado olímpico próprio de bilhões).

29 PUFF, Jefferson. “Como é que você vai botar o pobre ali?”, diz bilionário “dono da Barra da Tijuca”. Grifo do autor.

Para o empreiteiro, o mercado diz estar “fazendo o lado social” ao vender bem-estar para grupos específicos mediante pagamento prévio. Em outras palavras, não seria esse apenas um desdobramento do *fazer negócio*, similar a qualquer outra venda de mercadoria que dependa, por exemplo, da lei da oferta e demanda? Ao contrário, a afirmação nos leva a crer que, na cidade gerida como uma empresa, a cidadania caminha no terreno onde a existência de direitos está condicionada ao poder de compra, onde o título de rei vigora novamente, sendo concedido pelo Deus-Mercado apenas àqueles capazes de pagar por ele. Por outro lado, se a existência de um poder soberano *a priori* jamais reconhece membros superiores ou iguais ao rei, que lugar é relegado aos outros, aqueles que não podem pagar? Enquanto não enriquecem, os súditos enfrentarão longas jornadas metropolitanas, serão controlados biometricamente nas guaritas dos condomínios, vigiados remotamente e vestirão uniformes que os diferenciem dos moradores para, por fim, poderem regar os Jardins do Rei.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se apoiar na figura exemplar do sr. Carlos Carvalho, esta análise buscou destacar algumas das falas míticas que estigmatizam o pobre e seus desdobramentos na produção da metrópole contemporânea. Observa-se que a dominação de corpos e mentes ocorre em um contexto novo que, tal como exemplificado por meio de reformas que remontam ainda ao início do século XIX, não surge por conta das Olimpíadas.

Em forma e conteúdo, os Jogos de 2016 aceleraram o processo de transformação que já ocorria na produção do espaço urbano, atualizando e reforçando a acumulação desigual de tempos,³⁰ cujas características no caso carioca resultam, por exemplo, no padrão de habitação segregador, na expulsão dos pobres dos territórios em constante valorização e na conseqüente agudização do fenômeno de periferização. O Rio de Janeiro olímpico seria mais um desdobramento em direção à cidade gerida pelo mercado, murada, controlada e, se possível, pacificada. Nesse panorama, o lugar das classes subalternas, bem como a imagem a elas vinculada, é claramente relegado ao segundo plano.

No decorrer do texto, observamos que tais representações atravessam o tempo, atualizando-se e permanecendo no imaginário de quem discorre sobre a pobreza e seus perigos. No entanto, deve-se reconhecer que, esperançosamente, as falas míticas ocupam um plano estritamente discursivo, sendo passíveis de serem destruídas. Roland Barthes é preciso ao constatar que:

30 SANTOS, Milton. *Espaço e método*.

O mito não nega as coisas; a sua função é, pelo contrário, falar delas; simplesmente, purifica-as, inocenta-as, fundamenta-as em natureza e em eternidade, dá-lhes uma clareza, não de explicação, mas de constatação [...] Passando da história à natureza, o mito faz uma economia: abole a complexidade dos atos humanos, confere-lhes a simplicidade das essências, suprime toda e qualquer dialética, qualquer elevação para lá do visível imediato, organiza um mundo sem contradições, porque sem profundidade, um mundo plano que se ostenta em sua evidência, cria uma clareza feliz: as coisas parecem significar sozinhas, por elas próprias.³¹

Assim, se o mito é uma fala que despolitiza sujeitos e eventos, a resposta passa necessariamente pela restituição da qualidade histórica deles, ou seja, passa por fazer surgir a lembrança da sua produção. A despeito de todo e qualquer esforço exercido para encobrir suas origens, as falas continuam sendo *falas* que jamais foram, são ou serão naturais. Pela cidade e por aqueles que a constroem, cabe a nós o esforço investigativo, crítico e constante: tão transescalar quanto o capital, tão eficaz quanto os megaeventos esportivos, tão incisivo quanto as vozes que o compõem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARTHES, Roland. *Mitologias*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.
- BELISÁRIO, Adriano. Documento da Lava Jato sugere cartel na Olimpíada. *Agência Pública*, 2016. Disponível em: <<http://apublica.org/2016/04/documento-da-lava-jato-sugere-cartel-na-olimpiada/>>. Acesso em: 29 nov. 2016.
- CALDEIRA, Teresa Pires. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 47. p. 155-176, 1997.
- CARVALHO HOSKEN S/A. A um ano de prazo para entrega, Ilha Pura está 70% pronta. Disponível em: <carvalhosken.com.br/um-ano-de-prazo-para-entrega-ilha-pura-esta-70-pronta>. Acesso em: 14 abr. 2017.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FAULHABER, Lucas; AZEVEDO, Lena. SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro olímpico. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.
- FERRAZ, Sonia. M. T.; POSSIDÔNIO, Edson R. Violência, medo e mercado: uma análise da publicidade imobiliária. *Impulso*, Piracicaba, v.15, n.37, p. 79-88, 2004.

31 BARTHES, Roland. *Mitologias*, p. 163.

KONCHINSKI, Vinicius. Nuzman rebate “dono” do Parque Olímpico e diz que Rio-2016 é para todos. *UOL*, 12 ago. 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/aBy4i8>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

LEITE, Márcia. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e política de segurança pública no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 6, n. 2, p. 374-389, 2012.

MACHADO, Luiz Antonio. Quarenta anos de sociologia das classes populares. In: CARNEIRO, S.; SANT’ANNA, M. (Org.). *Cidade: olhares e trajetórias*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

MAGALHÃES, Luiz Ernesto. Paes rebate declaração de dono da Vila Olímpica sobre pobre. *O Globo*, 18 ago. 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/Kk6SCF>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

PUFF, Jefferson. “Como é que você vai botar o pobre ali?”, diz bilionário “dono da Barra da Tijuca”. *BBC Brasil*, 10 ago. 2015. Disponível em: <bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150809_construtora_olimpiada_jp>. Acesso em: 17 abr. 2017. Entrevista com Carlos Carvalho.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

SASTRE, Patricia Martínez. Vila Autódromo, a comunidade que venceu os Jogos Olímpicos. *El País*, 26 jul. 2016. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/25/politica/1469450857_996933.html>. Acesso em: 13 abr. 2017.

SCHMIDT, Blake. Dono de empreiteira se torna 13ª pessoa mais rica do Brasil. *Exame.com*, 24 ago. 2015. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/dono-de-empreiteira-se-torna-13a-pessoa-mais-rica-do-brasil/>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

VAINER, Carlos. Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14., 2011, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Anpur, 2011.

VALLADARES, Lícia. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI, R. (Org.). *Corporativismo e desigualdade*. Rio de Janeiro: Rio Fundo: Iuperj, 1991. p. 81-112.

WATTS, Jonathan. O empresário carioca na esperança de um legado olímpico próprio de bilhões. *The Guardian*, 12 ago. 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/sport/2015/aug/12/o-empresario-carioca-na-esperanca-de-um-legado-olimpico-proprio-de-bilhoes>>. Acesso em: 3 dez. 2016.

IMAGINADO, VENDIDO, TRANSFORMADO: PRODUÇÕES E REPRODUÇÕES NO RIO DE JANEIRO OLÍMPICO

SAMUEL THOMAS JAENISCH¹

LUCAS GAMONAL BARRA DE ALMEIDA²

BRUNO AMADEI MACHADO³

INTRODUÇÃO

A noite de 5 de agosto de 2016 marcou o início de um dos eventos esportivos mais importantes e celebrados da atualidade. Começavam os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, que mobilizaram a rotina da cidade do Rio de Janeiro durante quase 20 dias e a transformaram no epicentro de um vigoroso espetáculo midiático capaz de atrair e cativar a atenção de parte significativa da população mundial. O bom desempenho dos atletas dentro das arenas e a expressiva adesão do público davam fôlego e alento aos organizadores, os quais não mediam esforços para exaltar a grandiosidade daquele momento, que diziam ser único para a cidade e para o país. Aos poucos, o clima de desconfiança em relação ao sucesso do evento foi se esvaindo e no apagar da pira olímpica não faltaram afagos às autoridades locais.

Há que se reconhecer que não ocorreu nenhum incidente grave ou excepcional capaz de ofuscar a grandeza do evento. Mas uma Olimpíada não se resume aos dias de prova. Ao menos para as cidades que se dispõem a organizá-la. No caso do Rio de Janeiro, foram sete anos de preparação desde a aprovação oficial da candidatura pelo Comitê Olímpico Internacional, ocorrida em 2009, que deixaram marcas significativas na cidade e um saldo nada favorável para parte de seus

-
- ¹ Doutorando em Planejamento Urbano e Regional (Ippur-UFRJ). Bolsista da Fundação Casa de Rui Barbosa no projeto “Preservação da memória das Olimpíadas: processos e ações”. E-mail: samueljaenisch@hotmail.com.
 - ² Bolsista da Fundação Casa de Rui Barbosa no projeto “Preservação da memória das Olimpíadas: processos e ações”. Doutorando em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, mestre em Comunicação e bacharel em Turismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: lucasgamonal@hotmail.com.
 - ³ Bolsista da Fundação Casa de Rui Barbosa no projeto “Preservação da memória das Olimpíadas: processos e ações”. Arquiteto e urbanista (EAU-UFF), mestrando em Planejamento Urbano e Regional (Ippur-UFRJ). E-mail: bruno@brunoamadei.com.

moradores. Podemos citar as inúmeras famílias que foram removidas (muitas vezes de forma violenta) de suas moradias para dar lugar às obras de mobilidade realizadas na zona oeste da cidade⁴ ou devido às intervenções urbanísticas associadas à implementação do projeto Porto Maravilha.⁵ Além das várias favelas que foram ocupadas durante o evento de forma ostensiva pelas forças de segurança, desrespeitando direitos básicos dos moradores e desestabilizando o cotidiano desses espaços.⁶ Ou, ainda, o completo descaso com a questão ambiental, que teve todas as metas descumpridas e ainda contou com a construção de um polêmico campo de golfe em área de preservação.⁷ Essas e outras violações encontram-se bem relatadas em documentos elaborados por organizações da sociedade civil⁸ e inúmeros trabalhos acadêmicos que apontam para a necessidade de problematizar os impactos sociais e urbanos de um evento dessa natureza.

Não há dúvidas de que a cidade se transformou com a passagem dos Jogos Olímpicos. Mas qual foi o teor dessa transformação? O que podemos dizer do projeto de cidade que foi gestado ao longo desses últimos anos? E quem se beneficiou dele? Para esclarecer tais questões, este texto pretende discutir três pontos que exploram o modelo de planejamento e gestão urbana que esteve associado ao projeto olímpico implementado na cidade. O primeiro discute a produção da marca “Rio de Janeiro” enquanto estratégia para fortalecer a cidade como um destino turístico diferenciado capaz de projetar a imagem do país no exterior. O segundo aborda a concentração de equipamentos olímpicos na região da Barra da Tijuca e sua relação com a expansão do setor imobiliário na cidade. O terceiro trata dos modelos urbanísticos que serviram de referência para as intervenções realizadas na região portuária.

Todos eles refletem a consolidação de um projeto de desenvolvimento urbano que começou a ser gestado na década de 1990, durante o governo dos prefeitos César Maia e Luiz Paulo Conde. Naquele momento, o debate internacional sobre a questão urbana (principalmente no contexto europeu) buscava novos

-
- 4 FAULHABER, L.; NACIF, C. L. Rio Maravilha: desapropriações, remoções e reforço do padrão de organização espacial centro-periferia.
 - 5 BIENENSTEIN, R.; BIENENSTEIN, G.; SOUZA, D. M. Mesquita de. A cidade nos negócios e os negócios na cidade. Notas sobre as operações urbanas na região metropolitana do Rio de Janeiro.
 - 6 GAFFNEY, C. Segurança pública e os megaeventos no Brasil.
 - 7 LUZ, C. K.; LEITE, R. S. O Estado de exceção nos Jogos Olímpicos Rio-2016: a violação de direitos ambientais no caso do campo de golfe.
 - 8 Ver os dossiês organizados pela Anistia Internacional (ANISTIA INTERNACIONAL. *A violência não faz parte desse jogo! Risco de violações de direitos humanos nas Olimpíadas Rio 2016*) e pelo Comitê Popular da Copa do Mundo e das Olimpíadas (COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. *Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro: dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro*).

paradigmas para superar a rigidez do planejamento modernista e responder às reestruturações econômicas e produtivas decorrentes da crise do modelo fordista ocorrida no fim da década de 1970. Com isso, começou a ganhar espaço entre acadêmicos e gestores públicos de diversos países o planejamento estratégico, modelo adaptado do setor privado e defensor de uma gestão que investisse na valorização das potencialidades de cada cidade, de forma a favorecer a sua inserção em um cenário internacional supostamente cada vez mais competitivo. O foco deveria estar na formação de consensos em torno de objetivos comuns, capazes de criar espaços diferenciados e as melhores condições possíveis para atrair o interesse dos grandes investidores privados, das corporações multinacionais, do turismo internacional, e assim por diante. Qualquer debate político ou ideológico deveria ser superado em nome de uma gestão eficiente que operasse de forma pragmática e em sintonia com as lógicas do setor privado. De forma complementar, a dureza dos grandes planos deveria ser substituída por um planejamento urbano flexível o suficiente para se adaptar às demandas do mercado, as grandes intervenções urbanas usadas para criar espaços diferenciados e as cidades transformadas em “marcas” a serem vendidas e usadas para atrair o interesse do grande capital.⁹

Nesse contexto, os grandes eventos (esportivos ou não) passaram a assumir um papel importante para a criação das bases materiais e simbólicas necessárias para favorecer a competitividade e atração dos fluxos de capital desejados. Foi assim com a organização dos Jogos Olímpicos de Barcelona em 1992 e da Exposição Mundial de Lisboa de 1998, até hoje frequentemente citados como intervenções exemplares e paradigmáticas desse novo modelo de gestão urbana que se conformou na década de 1990.¹⁰ Em ambos os casos, os eventos foram utilizados para impulsionar a transformação de grandes áreas industriais e institucionais desativadas em novos vetores de expansão urbana nas respectivas cidades. Com isso, foram renovados espaços públicos e abertas novas frentes de investimentos para o capital privado, mas também se acentuaram os processos de gentrificação. Cabe destacar que o uso da cultura e da arquitetura também entrou como um elemento importante capaz de potencializar esses processos. Como exemplo

9 VAINER, C. Megaeventos, cidade de exceção e democracia direta do capital: reflexões a partir do Rio de Janeiro; VAINER, C. Pátria, empresa, mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano.

10 Importante destacar que a cidade de Barcelona foi uma das principais referências utilizadas como inspiração para as intervenções urbanas realizadas na cidade do Rio de Janeiro durante a década de 1990. Inclusive contando com a participação de empresas catalãs de consultoria (VAINER, C. Megaeventos, cidade de exceção e democracia direta do capital: reflexões a partir do Rio de Janeiro).

disso, temos a construção do Museu Guggenheim de Bilbao – com projeto do renomado arquiteto Frank Gehry –, em meio a uma área que passava por um grande processo de renovação.

A cidade do Rio de Janeiro apostou forte nesse modelo, e o prefeito César Maia, ainda em seu primeiro mandato, comandou a elaboração do primeiro plano estratégico para a cidade do Rio de Janeiro. Nele já constava o interesse em sediar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2004, em renovar a região central da cidade para transformá-la em um novo polo cultural, além da criação de novos espaços voltados para a atração de empreendimentos corporativos e empresariais. Contudo, dificuldades de diversas ordens fizeram com que, na época, poucas propostas efetivamente saíssem do papel, tendo se concretizado mais de uma década depois durante as gestões do prefeito Eduardo Paes. Favorecido por um bom momento econômico e uma aliança sólida com os governos estadual e federal, Paes conseguiu implementar projetos importantes, como o Porto Maravilha, que vem transformando uma parte considerável da região portuária e central da cidade. Mas o virtuosismo desse momento presente merece um olhar cuidadoso para que se possa avaliar com maior acuidade todas as facetas do processo.

IMAGINÁRIOS DO RIO DE JANEIRO COMO CIDADE-PRODUTO

O Rio de Janeiro pode ser apontado como uma marca brasileira, destino turístico consolidado nacional e internacionalmente. Possui um imaginário largamente associado às suas belezas naturais – notadamente as praias – e aos diversos monumentos urbanos, os quais dão sólida base à alcunha de “cidade maravilhosa”, amplamente usada para diversos fins, de maneira especial nos discursos de venda da cidade, que se torna, também, um produto.

Exemplos associados a esse contexto estão na eleição do Cristo Redentor como uma das sete maravilhas do mundo moderno,¹¹ em 2007, e na declaração da cidade como Patrimônio Cultural pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), na categoria “Paisagem Natural”, em 2012. Tais chancelas concedidas pelas diferentes instituições e organizações, principalmente internacionais, com ampla visibilidade mundial, fomentam a produção da vitrine que se quer expor aos diversos públicos. Nesses alvos do consumo urbano, podemos apontar os turistas, entendidos como aqueles que irão “comprar a cidade”, tudo aquilo que ela produz e sobre ela é produzido. Os *souvenirs* são uma boa ilustração, que também poderia ser feita a partir de vários outros produtos desse

11 Eleição realizada pela organização suíça New Open World Corporation (NOWC), por meio da internet.

modelo de cidade que se reinventa e ganha força. Mas esse é apenas um arquétipo do grande consumidor, talvez o mais apontado nas análises e nos discursos dos gestores, que veem nesse público uma alternativa quase milagrosa para problemas econômicos de suas cidades e países.

Nesse sentido, como aponta Jaguaribe,¹² especialmente em vista dos recentes grandes eventos no país e na capital fluminense, como a Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, em 2016, vemos ascender um *branding* a fim de bem edificar a cidade-produto. No entanto, cabe ponderar que tal marca arquitetada é, na maioria das vezes, apropriação de movimentos realizados anteriormente, sempre regulados pela força dos poderes vigentes, quer públicos ou privados. Também vale observar e ressaltar a multiplicidade de atores envolvidos nesse plano, que muitas vezes parece extremamente naturalizado, assim como os imaginários que os envolvem. Jaguaribe aponta e descreve os caminhos traçados para se alcançar êxito nessa grande publicidade planejada.

Tal como é empreendido nas atuais economias capitalistas, o *branding* urbano não depende meramente da reciclagem de antigos repertórios, mas também se manifesta na invenção e ação conjunta entre autoridades administrativas e políticas, empresários do setor privado, arquitetos, urbanistas e agências de publicidade. Enquanto formas de cultura popular e as expressões da imaginação artística podem despontar sem pautas previamente sedimentadas, o *branding* urbano é uma invenção deliberada que faz uso de uma variedade de repertórios e representações para maximizar lucros e recursos.¹³

Abrimos as análises desta seção falando em imaginários, pois podem ser apontados como um dos principais fundamentos para a criação de *brandings*, justamente porque produzem a segurança de satisfazer expectativas.¹⁴ Se já temos uma imagem consolidada acerca de uma cidade, é confortável deparar-se com ela nos produtos midiáticos veiculados e, sem dúvida, nas experiências vividas enquanto consumidores.

Contudo, a construção desse *branding* da “cidade maravilhosa” deixa ver uma lacuna: o que está projetado? Ou melhor, quem está projetando por meio das estratégias de *city marketing* amplamente enaltecidas pelos grandes dirigentes envolvidos? Sabe-se que o carioca e o brasileiro são comumente apontados como grandes diferenciais nas campanhas de promoção do país, da cidade e/ou de atração desses grandes eventos, mas quais vozes são escutadas e se deixam revelar?

Mascarenhas¹⁵ utiliza o termo “globalitarismo”, de Milton Santos, para falar sobre a produção da cidade olímpica, a crise que assola o modelo de gestão do

12 JAGUARIBE, B. Imaginando a “cidade maravilhosa”: modernidade, espetáculo e espaços urbanos.

13 Ibid., p. 230.

14 JAGUARIBE, B. Imaginando a “cidade maravilhosa”: modernidade, espetáculo e espaços urbanos.

15 MASCARENHAS, G. A produção da cidade olímpica e os sinais da crise do modelo globalitário.

megaevento e os impactos urbanos mais comuns, notadamente os mais nefastos para os residentes. No rumo de evoluções do urbanismo olímpico, o autor aponta que, a partir de 1984, com o avanço neoliberal, passa a ser enfatizado o *city marketing* e, com isso, tornam-se necessárias diversas intervenções, claramente associadas aos interesses empresariais em jogo.

No contexto atual, mantém-se o mesmo norte de pensamento, agora potencializado pelo aumento das cobranças do Comitê Olímpico Internacional (COI). Esse acirramento das exigências e a demanda por uma realização grandiosa vêm gerando movimentos contestatórios por onde passam os Jogos Olímpicos. Inclusive, mais recentemente, é notável a queda no número de candidaturas, e também começa a se ventilar a ideia de realizar o megaevento em mais de uma localidade, simultaneamente, a fim de tornar os prejuízos mais brandos ou eliminá-los.¹⁶

No caso do Brasil, veiculou-se amplamente a pergunta “Olimpíadas para quem?”, provocada pelos movimentos sociais, como o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro. Nesse cenário conflituoso, a frase difundida pelo governo militar na década de 1970, “Brasil, ame-o ou deixe-o”, é adaptada para “Rio, ame-o ou deixe-o”. A afirmação revela o impasse entre a própria população, fortalecido pelas autoridades – inclusive com o prefeito Eduardo Paes chamando de “urubus” os críticos aos Jogos. Há insatisfação de considerável parcela dos cariocas com as intervenções realizadas na cidade, principalmente porque não refletem em real aumento da qualidade de vida da população, conforme amplamente anunciado, mas esse grupo é apontado como pessimistas sem patriotismo.¹⁷

Com isso, vemos armada uma arena de conflitos com moradores *versus* poder público, *versus* iniciativa privada, *versus* turistas. Afinal, ainda podemos questionar, conforme também circula em tensão: a cidade é para quem? Parece ser pensada para poucos privilegiados, principalmente para aqueles que podem pagar por ela. Em outras palavras, fica em evidência uma cidade-produto, a qual se quer bem exposta na vitrine global e sobre a qual se lucre, mas onde o morador não mais se reconhece como protagonista.

Tudo isso está amparado em um complexo emaranhado de poder que envolve, principalmente, parcerias público-privadas. Adiante, seguiremos voltando nossos olhares para as intervenções realizadas na cidade, concentradas em deter-

16 Ibid.

17 O texto de Agostinho Vieira para o *Projeto Colabora* retrata o contexto de surgimento da campanha no Rio de Janeiro e aborda suas principais motivações e desdobramentos (VIEIRA, Agostinho. Rio, ame-o ou deixe-o: a difícil tarefa de torcer sem perder o senso crítico).

minadas áreas. Como pontuam Santos Junior e Novaes, “[...] um processo de reestruturação urbana que caminha em três direções: fortalecimento da centralidade da zona sul, revitalização da centralidade decadente da zona portuária e a criação de uma nova centralidade na Barra da Tijuca”.¹⁸ Trataremos, em particular, o contexto do mercado imobiliário na Barra, o “coração dos Jogos”, e a criação de grandes equipamentos culturais na região portuária.

A “GEOGRAFIA OLÍMPICA” E O SETOR IMOBILIÁRIO NO RIO DE JANEIRO

Os eventos relacionados aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 foram divididos em quatro polos – descritos pela nomenclatura oficial como “clusters olímpicos” – que concentravam as diferentes atividades esportivas e não esportivas. O maior e mais importantes deles foi o cluster da Barra da Tijuca, que abrigou o Parque Olímpico, a Vila Olímpica, o centro de mídia, o Parque dos Atletas, o campo de golfe, as instalações temporárias no Riocentro, além da maioria das modalidades disputadas. O Parque Aquático Maria Lenk e o ginásio que recebeu as provas de ginástica foram os únicos equipamentos esportivos dessa região “herdados” da realização dos Jogos Pan-Americanos de 2007. Além dele, havia também os clusters de Deodoro, Copacabana e Maracanã. O primeiro utilizou de forma temporária instalações do Exército brasileiro e o Parque Radical de Deodoro construído para a realização dos Jogos. O segundo abrigou provas que foram realizadas na baía da Guanabara, na lagoa Rodrigo de Freitas e nas areias de Copacabana. O terceiro fez uso dos estádios do Engenhão e Maracanã (ambos reformados), do ginásio do Maracanãzinho, além do Sambódromo, que já tinha recebido uma expansão alguns anos antes.

Fica evidente que a região da Barra da Tijuca foi a que mais recebeu equipamentos associados aos Jogos Olímpicos. Mas é importante ressaltar que ela também concentrou uma parte importante dos investimentos de mobilidade realizados pelo poder público. Os três principais corredores de BRT – Transoeste, Transolímpica, Transcarioca – cruzam a região e articulam a sua conexão com outras partes da zona oeste da cidade. Além deles, temos o Terminal Alvorada, que foi reformado e se tornou uma importante estação de transbordo. Temos ainda a linha 4 do metrô, que criou uma ligação rápida com a zona sul e as demais linhas do sistema metroviário. E, por fim, a duplicação do Elevado do Joá, que melhorou uma ligação já existente com os bairros de São Conrado e Leblon. Rodrigo Cosentino afirma que esses investimentos resolveram um entrave histórico que impedia

¹⁸ SANTOS JUNIOR, O. A.; NOVAES, P. R. O projeto olímpico da cidade do Rio de Janeiro: investimentos públicos e participação do setor privado, p. 42.

a expansão urbana da região em função da difícil integração da baixada de Jacarepaguá com o restante da cidade.¹⁹

Mas isso não ocorreu por acaso. O autor ressalta que essas demandas já estavam na pauta do poder público desde a década de 1990 quando a região da Barra da Tijuca consolidava sua posição como o principal vetor de expansão do setor imobiliário na cidade. A população dessa região – que envolve os bairros da Barra da Tijuca, Camorim, Grumari, Itanhangá, Joá, Recreio dos Bandeirantes, Vargem Grande e Vargem Pequena – passou de 174.353 em 2000 para 300.823 em 2010, e vários empreendimentos imobiliários de alto padrão foram construídos no local. A avenida Abelardo Bueno (onde está localizado o Parque Olímpico) e seu entorno nos dão uma boa dimensão desse processo. Nos últimos anos, foram erguidos o Shopping Metropolitano Barra, o primeiro hotel da rede Hilton no Rio de Janeiro, um complexo corporativo construído pela Brookfield Incorporações e outro pela construtora PDG, além de vários condomínios residenciais.²⁰Dados da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi) confirmam o protagonismo dessa região. Entre 2003 e 2013, cerca de 32% de todas as unidades residenciais e 48% do total de unidades comerciais lançadas na cidade do Rio de Janeiro estavam localizadas nos bairros da Barra da Tijuca e do Recreio dos Bandeirantes. Isso totalizou 301 empreendimentos residenciais e 56 empreendimentos comerciais.

Esses dados indicam que a maioria dos investimentos associados ao projeto olímpico foram realizados em uma área da cidade que já vinha apresentando bons níveis de produção imobiliária para setores de alta renda nos anos anteriores. Algo que leva a questionar qual a validade das escolhas locacionais realizadas pelo poder público. Em uma cidade com inúmeras áreas mais densamente povoadas e com sérios problemas de infraestrutura, por que direcionar os investimentos para uma frente de expansão que vem concentrando empreendimentos voltados para um público de alta renda? Importante lembrar que alguns processos de remoção que se destacaram pela violência com que foram realizados – como o caso da Vila Autódromo ou da Vila União de Curicica – também estavam localizados nessa mesma região. Cabe dizer que os Jogos Olímpicos contribuíram para reforçar desigualdades estruturais em uma cidade que se reinventou imageticamente com facilidade nos últimos anos. O caso do Porto Maravilha, que será tratado em seguida, é mais um bom exemplo disso.

19 COSENTINO, R. *Barra da Tijuca e o projeto olímpico: a cidade do capital*.

20 Ibid.

PORTO MARAVILHA: ARQUITETURA E CULTURA ENQUANTO ESTRATÉGIA

É sabido que, tal como vem sendo observado, receber grandes eventos internacionais implica criação de espaços urbanísticos diferenciados.²¹ Da área central à zona oeste, a exemplo das obras do Parque Olímpico e da Vila dos Atletas, as transformações são muitas e operam em enclaves territoriais a partir de regimes específicos. Diante das restrições e assumindo que o longo *case* olímpico mereceria análise atenta muito aquém das possibilidades deste artigo, nas próximas páginas optamos por analisar o rearranjo observado na zona portuária, no atual estágio de requalificação que se apoia na criação de grandes obras arquitetônicas à luz daquilo que vem sendo identificado por “culturalismo de mercado”.²² Na esteira dessas transformações, tomamos como caso exemplar a reforma da praça Mauá e a inauguração do Museu do Amanhã, concebido pelo *starchitect* Santiago Calatrava, cuja gestação se articula em curto espaço de tempo ao colapso de um outro “primo distante”, o Museu Guggenheim Rio, projetado para o mesmo terreno pelo francês Jean Nouvel. Mesmo “cambaleando” poucas palavras do português, ambos criadores e criações assumem como língua franca a matriz cultural da cidade, eco de uma nova ordem global que, no caso carioca, se renova com a promessa de mudança positiva vinculada aos megaeventos.

Contudo, não se trata aqui de recuperar a história de um dos maiores equipamentos recém-inaugurados na cidade e – aproveitando o superlativo – inserido no maior projeto de reestruturação urbana em andamento no país, o Porto Maravilha. Mas para compreender os arranjos que viabilizaram a construção desse museu e do seu entorno reurbanizado, deve-se ter em mente a existência de certas continuidades, sobretudo políticas. Continuidades que atravessaram sucessivas gestões municipais por mais de 20 anos e geraram eventos singulares – não todos “bem-sucedidos”, cabe ressaltar, mas fundamentais por terem lançado a âncora para que outras tendências internacionais de renovação urbana finalmente aportassem em terras cariocas. Em outras palavras, eventos que se tornam fatos – ou fatalidades.²³

Assim, a história remonta ao início da década de 1990, a um modelo específico de gerir a cidade aqui recepcionado durante a primeira gestão municipal do prefeito César Maia. Sob a égide do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (PECRJ), lançado em 1993, importou-se, à semelhança da experiência europeia, a

21 Sobre as tendências recentes observadas nas últimas cidades-sede e aquilo que pode ser descrito como “urbanismo olímpico”, conferir Mascarenhas (MASCARENHAS. G. Londres 2012 e Rio de Janeiro 2016: modelos e conflitos na produção da cidade olímpica).

22 ARANTES, O. Uma estratégia fatal: a cultura das novas gestões urbanas, p. 67.

23 RIBEIRO, A. C. T. *Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço*, p. 154.

imagem de uma Barcelona pós-olímpica renovada. Já naquele momento, a matriz cultural presente no território não passava despercebida aos olhos do governo local: a partir de então, buscou-se valorizar os “ativos” singulares e gerar outros novos, estivessem eles contidos na paisagem, na sua arquitetura ou nas práticas dos seus habitantes, que tornavam aquele ambiente único em face da concorrência imposta pelo mercado global de cidades.

Nesse contexto, diversos autores ressaltam o papel da cultura nos planos de transformação urbana. Ao analisar casos semelhantes, em “Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas”, Otília Arantes é enfática ao afirmar que “[...] hoje em dia a cultura não é o ‘outro’ ou mesmo a contrapartida, o instrumento neutro de práticas mercadológicas, mas é parte decisiva do mundo dos negócios e o é como grande negócio”.²⁴

Nesta direção, em 2001 o jornal *O Globo* anunciou planos concretos para a criação de um novo museu no Porto:

Acabou o impasse. Acabaram as dúvidas. Não há desmentidos no horizonte. As ressalvas agora são puramente técnicas. Segunda-feira passada finalmente aportou, na mesa do prefeito Cesar Maia, a minuta de contrato para o estudo de viabilidade que precede a implementação do projeto Guggenheim-Rio [...].²⁵

Também em 2001, o mesmo prefeito que em 1993 lançou o PECRJ dá início a um ambicioso plano de remodelação da zona portuária, fazendo da filial brasileira do futuro museu Guggenheim seu principal agente catalisador. O projeto previa a construção do museu em questão no Pier Mauá ao custo inicial de R\$ 400 milhões,²⁶ tendo recebido duras críticas e sendo finalmente abandonado em 2003, após a Justiça ter julgado ilegal o contrato de estudo de viabilidade assinado entre a Prefeitura e a Fundação Solomon Guggenheim.²⁷ Comentando a decisão, Affonso Romano de Sant’Anna escreveu:

Parece que o museu Guggenheim, no Rio, gorou. Mau agouro? Não, gorou por uma série de razões. Vai-se confirmando que tal projeto era um equívoco financeiro, um equívoco político e um equívoco artístico. Sintomaticamente artistas de todas as tendências, inclusive os que cabem no rótulo de “contemporâneos”, apontaram as impropriedades da pretensão. Não deu para empurrar garganta abaixo um projeto monetariamente escandaloso como se fosse possível afogar, submergir a opinião pública num museu-submarino.²⁸

24 ARANTES, O. Uma estratégia fatal: a cultura das novas gestões urbanas, p. 48.

25 BLOCH, Arnaldo. Guggenheim-Rio: agora só falta assinar.

26 Não foram contabilizados neste cálculo os custos referentes ao licenciamento e royalties a serem pagos à Fundação Guggenheim. Cf. BLOCH, A. Rio e Guggenheim chegam a um acordo final.

27 Em 11 de novembro de 2015, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro condenou o ex-prefeito César Maia e a Fundação Solomon Guggenheim a restituírem US\$ 2 milhões por lesão aos cofres públicos. Cf. AGÊNCIA BRASIL. Ex-prefeito do RJ e Fundação Guggenheim são condenados a pagar US\$ 2 milhões.

28 SANT’ANNA, Affonso Romano de. Bye bye Guggenheim.

De fato, a “batalha perdida” enfraqueceu os planos de revitalização do Porto do Rio. Por outro lado, embora a pretensão de construir um museu no Píer Mauá tivesse sido aparentemente logo abandonada, pode-se afirmar que seus efeitos não se limitaram ao curto prazo. Nesse sentido, Ana Clara Torres Ribeiro nos auxilia a entender a potência do evento singular enquanto oportunidade que desestabiliza e gera frutos duradouros:

[...] o evento que desestrutura deve ser lido em sua capacidade de transformar-se em causa de novas mudanças, tendo amplificados os seus impactos, por sua possibilidade de se tornar fato, ou seja, condição – e, até mesmo, causa – de novos eventos. Acreditamos que a ação hegemônica que se realiza no impulso global tenha esta capacidade de conquistar duração, a irreversibilidade dos desígnios de que é portadora e, também, o fechamento de caminhos de retorno à situação vivida antes da sua manifestação. Neste sentido, a face destrutiva-criadora do capitalismo possui conteúdos normativos e codificadores da ação valorizada, que alteram marcos legais e o imaginário social.²⁹

Assim, demoraria quase uma década para que o Guggenheim renascesse – agora com novo nome, novo arquiteto, novos gestores e nova proposta museográfica, conservando, porém, ao menos duas características importantes: sua localização privilegiada de frente para a baía de Guanabara e a matriz cultural como ingrediente essencial à nova forma urbana. Ao custo final de R\$ 308 milhões,³⁰ em dezembro de 2015, após cinco anos de obras, o Museu do Amanhã é inaugurado no Píer Mauá.³¹

Se a forma do edifício por si só já é alvo constante de críticas, o arquiteto à frente do projeto deve ter se acostumado com recepções acaloradas que por vezes terminaram em tribunais. Apelidado de “o arquiteto do passado que projetou o Museu do Amanhã” em reportagem publicada pelo *The New York Times*,³² Santiago Calatrava está imerso em polêmicas obras faraônicas, elefantes brancos estruturalmente instáveis, de manutenção difícil e custosa. Dentre eles, ressalta-se a Cidade das Artes e das Ciências, em Valência (Espanha), e a Ponte da Constituição, em Veneza (Itália), construções que desde a inauguração foram acompanhadas por imbróglis judiciais e forte reação popular negativa.³³

29 RIBEIRO, A. C. T. *Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço*, p. 154.

30 CARNEIRO, J. Conheça o Museu do Amanhã inaugurado no Rio de Janeiro.

31 O museu compõe um conjunto de equipamentos culturais projetados para a zona portuária, entre eles o Museu de Arte do Rio (MAR), em 2013, o AquaRio (2016), o Boulevard Olímpico e a nova praça Mauá (2016).

32 “But the port redevelopment is mostly a commercial real estate deal, another example, critics complain, of a government in thrall to developers, with a new Museum of Tomorrow (whatever that may be), shaped like a giant flailing isopod, designed by Santiago Calatrava, yesterday’s architect.” Grifos nossos (KIMELLMAN, Michael. *A divided Rio de Janeiro, overreaching for the world*).

33 Muitas das polêmicas que giram em torno de suas obras estão listadas no sítio virtual *Calatrava no nos calla*. Disponível em: <<http://www.calatranonoscalla.com>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

Indo além da própria celebridade que empresta sua marca a um projeto de transformação urbana, a crítica volta-se para o papel “estratégico” desempenhado pelo museu, bem como aos altos custos sociais e políticos ali infligidos. Por meio de uma já conhecida fórmula que se presta a uma nova roupagem “cultural” e “criativa”,³⁴ os equipamentos surgem à revelia do debate público, pacificando o histórico de resistência popular presente na área e ameaçando a permanência dos mesmos em virtude do crescente fenômeno de gentrificação.

Figura 1 – Performance feita pelo coletivo Seus Putos em 19 de dezembro de 2015, durante a inauguração do Museu do Amanhã.



Fonte: acervo do coletivo.

Dessa forma, se por um lado os gritos de uma população descontente (fato tornado visível especialmente durante as Jornadas de Junho de 2013) passam ao largo de megafones institucionais, seus cantos aparentemente tranquilizados têm sido tolerados no Porto Maravilha, seguindo o ritmo determinado pelos novos programas e equipamentos culturais. Deve-se ter em mente que tal valorização cultural observada se revela autoritária em sua concepção, sedando os conflitos e enunciando a imagem de uma cidade em paz, criando “teatros da memória”³⁵ que avançam sob os enclaves de resistência. Afinal, mais que um ícone arquitetônico

34 Cf. LOPES, R. S.; FRAGALLE, N. P. Rio Criativo: o projeto Porto Maravilha em questão.

35 SÁNCHEZ, F. A reinvenção das cidades para um mercado mundial, p. 505.

em uma paisagem não menos icônica, o Museu do Amanhã e demais espaços recém-inaugurados são efetivos, sobretudo, por lançarem nova “âncora identitária”³⁶ em uma área tida como degradada: seu uso é pensado para um público específico, valorizando determinadas posturas “civilizadas” e coibindo a emergência de tantas outras que sobrevivem à margem dos signos de progresso e modernidade.³⁷

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Do rio que tudo arrasta, diz-se que é violento. Mas ninguém chama violentas as margens que o comprimem.” B. Brecht

Tratar das dinâmicas da cidade é projetar reflexões contínuas, movimentos que muitas vezes sequer conseguimos acompanhar. Em constante transformação, o espaço urbano está sempre “em obras”, com uma finalização que parece inatingível ou mesmo indesejada. Contudo, como pudemos observar ao longo desta reflexão, determinados processos parecem potencializar alterações e mudar drasticamente os rumos daquilo que seria apontado como urgente pelas ruas.

Sob a suposta inspiração do poder transformador do esporte, o *slogan* dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, “um mundo novo”, leva-nos a outras reflexões. Tal como um *branding* que promove uma cidade “maravilhosa” em franco progresso, o “mundo novo” aqui em questão aponta, inevitavelmente, para a criação de novas centralidades e o fortalecimento de outras já existentes. Nesse sentido, acreditamos que os movimentos observados na zona portuária e na Barra da Tijuca são paradigmáticos de um modo específico de fazer-cidade. Mais além, a tonificação da zona sul, o revigoramento da área central, a invenção de um “coração dos Jogos” (e por que não da própria cidade?) na Barra da Tijuca demarcam claramente os interesses em disputa.

Amplamente mobilizados para respaldar as maiores decisões ocorridas na cidade ao longo dos últimos anos, os Jogos Olímpicos moldaram as margens de um Rio que se mostrou cada vez mais caudaloso à medida que nos aproximávamos de sua foz. Ao atravessarmos o *frenesi* que marcou o ano de 2016 e, todavia, distantes de qualquer “mundo novo” no horizonte próximo, a tensão pré-olímpica agora cede lugar a um mar aberto e não menos incerto, cujas consequências ainda estamos por navegar.

36 ARANTES, O. Uma estratégia fatal: a cultura das novas gestões urbanas, p. 16.

37 Cf. DESORDEM no novo cartão-postal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL. *Ex-prefeito do RJ e Fundação Guggenheim são condenados a pagar US\$ 2 milhões*. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-11/ex-prefeito-e-fundacao-guggenheim-condenados-restituir-municipio-do-rio>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

ANISTIA INTERNACIONAL. *A violência não faz parte desse jogo! Risco de violações de direitos humanos nas Olimpíadas Rio 2016*. 2016. Disponível em: <<https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2016/06/Briefing-PORT.pdf>>. Acesso em: 3 jan. 2017.

ARANTES, O. Uma estratégia fatal: a cultura das novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; MARICATO, E.; VAINER, C. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 11-74.

BIENENSTEIN, R.; BIENENSTEIN, G.; SOUZA, D. M. Mesquita de. A cidade nos negócios e os negócios na cidade. Notas sobre as operações urbanas na região metropolitana do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PLANEJAMENTO URBANO, 16., 2015, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Anpur, 2015. Disponível em: <http://xviananpur.com.br/anais/?wpfb_dl=185>. Acesso em: mar. 2017.

BLOCH, Arnaldo. Guggenheim-Rio: agora só falta assinar. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 22, 12 maio 2001.

_____. Rio e Guggenheim chegam a um acordo final. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 21, 8 fev. 2003.

CARNEIRO, Júlia Dias. Conheça o Museu do Amanhã inaugurado no Rio de Janeiro. *BBC Brasil*, 18 jan. 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/videos_e_fotos/2015/12/151210_museu_amanha_jc_lk>. Acesso em: 29 dez. 2016.

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. *Megaventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro: dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro*. 2015. Disponível em: <<https://comitepopulario.files.wordpress.com/2016/03/dossiecomiterio2015.pdf>>. Acesso em: 3 jan. 2017.

COSENTINO, R. *Barra da Tijuca e o projeto olímpico: a cidade do capital*. Rio de Janeiro, 2015. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

DESORDEM no novo cartão-postal. *O Globo*, 28 set. 2015. Primeira página.

FAULHABER, L.; NACIF, C. L. Rio Maravilha: desapropriações, remoções e reforço do padrão de organização espacial centro-periferia. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PLANEJAMENTO URBANO, 15., 2013, Recife. *Anais...* Recife: Anpur, 2013.

GAFFNEY, C. Segurança pública e os megaeventos no Brasil. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos; GAFFNEY, Christopher; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org.). *Brasil: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016*. 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2015.

JAGUARIBE, B. Imaginando a “cidade maravilhosa”: modernidade, espetáculo e espaços urbanos. *Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia*, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 327-347, maio-ago, 2011.

KIMMELMAN, Michael. A divided Rio de Janeiro, overreaching for the world. *The New York Times*, 25 nov. 2013. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2013/11/26/world/americas/a-divided-rio-de-janeiro-overreaching-for-the-world.html?_r=0>. Acesso em: 29 dez. 2016.

LOPES, R. S.; FRAGALLE, N. P. Rio Criativo: o projeto Porto Maravilha em questão. *e-metropolis*, ano 7, n. 26, p.15-24, set. 2016. Disponível em: <emetropolis.net/system/artigos/arquivo_pdfs/000/000/195/original/emetropolis_n26_art1.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2016.

LUZ, C. K.; LEITE, R. S. O Estado de exceção nos Jogos Olímpicos Rio-2016: a violação de direitos ambientais no caso do campo de golfe. *Revista Direitos Emergentes na Sociedade Global*, v. 4, n. 2, p. 88-112, ago. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/REDESG/article/view/20829>>. Acesso em: 3 jan. 2017.

MASCARENHAS, G. A produção da cidade olímpica e os sinais da crise do modelo globalitário. *Geosp: espaço e tempo*, v. 20, n. 1, p. 52-68, 2016.

_____. Londres 2012 e Rio de Janeiro 2016: modelos e conflitos na produção da cidade olímpica. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PLANEJAMENTO URBANO, 15., 2013, Recife. *Anais...* Recife: Anpur, 2013.

RIBEIRO, A. C. T. *Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. v. 5.

SÁNCHEZ, F. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. 2. ed. Chapecó: Argos, 2010.

SANT’ANNA, Affonso Romano de. *Bye bye Guggenheim*. *O Globo*, Rio de Janeiro, 12 jul. 2003. Prosa e Verso, p. 2.

SANTOS, J. C. F. Políticas espaciais de requalificação urbana na área central do Rio de Janeiro: nova estética da desintegração local e espetáculo da projeção global. *Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, v. 9, n. 194, 2005. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-43.htm>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

SANTOS JUNIOR, O. A.; NOVAES, P. R. O projeto olímpico da cidade do Rio de Janeiro: investimentos públicos e participação do setor privado. In: CASTRO, D. G. et al. (Org.). *Rio de Janeiro: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

VAINER, C. Megaeventos, cidade de exceção e democracia direta do capital: reflexões a partir do Rio de Janeiro. In: VAINER, C. et al. (Org.). *Megaeventos e a cidade: perspectivas críticas*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

_____. Pátria, empresa, mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O.; MARICATO, E.; VAINER, C. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75-104.

VIEIRA, Agostinho. Rio, ame-o ou deixe-o: a difícil tarefa de torcer sem perder o senso crítico. *Projeto Colabora*, 8 ago. 2016. Disponível em: <<http://projetocolabora.com.br/cidades/rio-ame-o-ou-deixe-o/>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

CHAPÉU MANGUEIRA E BABILÔNIA: PROGRAMA MORAR CARIOCA E O LEGADO DAS OLIMPÍADAS RIO 2016

CLARISSE BARROSO SILVEIRA*

DEBORA SANTOS GONÇALVES DE BENTO**

INTRODUÇÃO

A possibilidade de atração de investimentos que gerassem melhoria na cidade e, conseqüentemente, na qualidade de vida da população carioca, foi forte argumento legitimador para a escolha do Rio de Janeiro como sede dos jogos olímpicos de 2016. Projetos de infraestrutura urbana e esportiva, ações de educação, cultura, empregabilidade e meio ambiente estavam previstos no Plano de Legados dos Jogos Olímpicos Rio 2016.¹

No decorrer dos anos de preparação da cidade para as Olimpíadas, projetos sofreram mudanças e outros não chegaram a ser implementados, sobretudo na área de meio ambiente, exemplificados pelo não cumprimento do compromisso de despoluição da baía de Guanabara e das lagoas de Jacarepaguá. Outros projetos foram progressivamente esvaziados de seu conteúdo inicial, como o caso do programa de urbanização de assentamentos informais Morar Carioca, implementado pelo poder público municipal.

Lançado em 2010, o programa Morar Carioca – Plano Municipal de Integração de Assentamentos Precários Informais – previa a urbanização de todas as favelas da cidade até 2020, porém do anúncio oficial até o presente momento, rupturas, mudanças de rumos e prioridades têm sido a característica mais presente do programa. Procura-se, por meio do caso das favelas do Chapéu Mangueira e Babilônia, exemplificar esse processo.

* Socióloga (Uerj), especialista em Política e Planejamento Urbano (Ippur). E-mail: clarisseac.silveira@gmail.com.

** Socióloga (Ucam), especialista em Política e Planejamento Urbano (Ippur). E-mail: debora.bento@gmail.com.

1 Ver: PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Plano de Políticas Públicas do Legado Rio 2016; BRASIL. *Caderno dos legados sociais*.

RIO CIDADE OLÍMPICA E LEGADOS

Em junho de 2010, cerca de um ano depois do Rio de Janeiro ter sido escolhido como cidade-sede dos Jogos Olímpicos de 2016, a Prefeitura, por intermédio da Secretaria Municipal de Habitação (SMH), anuncia o mais ambicioso programa de urbanização de favelas desde o Favela-Bairro na década de 1990, alardeando o Morar Carioca como importante legado dos jogos olímpicos.

Ao analisar o contexto e o processo de implantação do Programa, Julieta Nunes aponta um momento “fortemente marcado pela urgência e submissão de gestão da cidade a fatores externos à ‘questão favela’”, sugerindo a submissão das ações do poder público municipal à realização dos megaeventos esportivos, incluindo a Copa Mundial de Futebol em 2014.²

Outro ponto importante levantado pela autora é a ausência de dados oficiais sobre as realizações do programa, o que ela chama de “transparência opaca”, pois embora a preocupação com a transparência dos processos esteja explícita no discurso da Prefeitura, as informações disponíveis em seus canais de informação têm mais caráter propagandístico do que informativo e, talvez, essa seja uma estratégia para escamotear os reais objetivos que orientam as políticas públicas atuais.³

Ainda em 2010 foi firmada parceria da SMH com o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) para a realização de concurso de escolha de escritórios de arquitetura para desenvolverem projetos de urbanização a serem implementados. Por ocasião do lançamento do concurso, em nota, a Prefeitura divulga que o programa Morar Carioca faria parte do Plano de Legado Urbano das Olimpíadas Rio 2016, tornando-se um compromisso internacional da cidade.⁴ Segundo informações do IAB, o programa atenderia 586 assentamentos classificados como não urbanizados ou parcialmente urbanizados, correspondendo a 67% dos domicílios em favelas, o que, se somado aos domicílios em favelas já urbanizadas, corresponderiam ao percentual de 95%. As ações previstas seriam divididas em três ciclos: 2010-2012, 2012-2016 e 2016-2020.⁵

Essas análises preliminares sobre o Morar Carioca confirmam o que diz Maricato,⁶ quando afirma que não é por falta de planos urbanísticos que o

2 NUNES, Julieta. Morar Carioca, a intenção e o gesto: limites do planejamento na gestão urbana contemporânea, p. 2.

3 NUNES, Julieta. Morar Carioca, a intenção e o gesto: limites do planejamento na gestão urbana contemporânea.

4 Ver: PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Prefeitura e IAB lançam concurso que vai selecionar projetos de urbanização das favelas do Rio.

5 IAB. O programa Morar Carioca.

6 MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras.

ordenamento e desenvolvimento urbano das cidades estão fragilizados, mas, principalmente, pela imposição de grupos locais, do capital imobiliário e das empreiteiras que definem os investimentos sem obedecer a nenhum plano.

É importante ressaltar que as intervenções urbanísticas numa cidade devem acontecer independentemente da realização de megaeventos. Se os gestores municipais seguissem as orientações do Plano Diretor de sua cidade, o planejamento e ordenamentos territoriais seriam mais eficazes, proporcionando maior qualidade de vida à população em geral.

Com a previsão de um custo total de R\$ 8 bilhões, o Morar Carioca foi considerado o maior projeto de urbanização já realizado no Brasil no que tange à integração das favelas, tanto do ponto de vista da sua abrangência territorial quanto do investimento financeiro. Segundo informações disponíveis sobre o Morar Carioca no site da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro,

[...] esse processo vai além de promover urbanização de ruas e áreas de lazer, agregando um leque de melhorias em saúde, educação e outros serviços públicos básicos, e levando cidadania e dignidade a uma parcela significativa da população que ainda mora de forma precária.⁷

Por meio dessa afirmação, a Prefeitura admite que ainda existe um número expressivo da população que reside e vive em condições precárias em sentido amplo, e não apenas quanto às edificações que servem de moradia, justificando, assim, a realização do programa em áreas de favela e na periferia da cidade do Rio de Janeiro. É nesse contexto, de sobreposição da agenda das políticas públicas às demandas da realização dos megaeventos na cidade, que as obras do Morar Carioca se iniciam nas favelas do Chapéu Mangueira e Babilônia.

De acordo com o Instituto Pereira Passos (IPP), as favelas do Chapéu Mangueira e Babilônia localizam-se na encosta do morro da Babilônia, pertencente a uma Área de Proteção Ambiental (APA) dos morros da Babilônia e São João, situados no Leme, bairro da zona sul carioca. Para entender um pouco melhor o funcionamento e a formação das favelas do Chapéu Mangueira e Babilônia, demonstram-se, a seguir, o histórico da ocupação e a efetiva participação da população na sua constituição.

HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO DAS FAVELAS DO CHAPÉU MANGUEIRA E BABILÔNIA

No início do século XX, o Rio de Janeiro passava por graves problemas sociais, decorrentes, em grande parte, de seu rápido e desordenado crescimento,

7 PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Conheça o programa Morar Carioca.*

alavancado pela imigração europeia e pela transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Quando Pereira Passos assumiu o governo, o Rio de Janeiro, com sua estrutura de cidade colonial, tinha quase um milhão de habitantes carentes de transporte, saneamento básico, programas de saúde e segurança, estabelecidos precariamente em cortiços no centro da cidade.

A reforma urbana executada por Pereira Passos (1902-1906), conhecida como “bota-abaixo”, visou o saneamento, o urbanismo e o embelezamento do Rio de Janeiro, a fim de atrair capital estrangeiro e dar-lhe ares de cidade moderna, gerando a expulsão das populações mais pobres das áreas centrais. Nesse contexto, em que a cidade se transformava em centro econômico, político e cultural do país, transitando da economia rural para a economia urbano-industrial e atraindo importantes fluxos migratórios, não restava outra opção aos mais pobres que não fosse construir suas moradias nos morros da cidade, dando origem a muitas favelas.⁸

É nessa conjuntura de expansão e desenvolvimento urbano da cidade que as primeiras famílias de trabalhadores do forte Duque de Caxias, no Leme, passaram a ocupar o morro vizinho. A maioria desses ocupantes era originária dos estados do Nordeste, Espírito Santo e Minas Gerais. Nos anos 1930, chegaram grandes famílias vindas das cidades de Além Paraíba e Leopoldina, principalmente as famílias Ferreira, Silva, Ponciano, Souza e Santos. Nesse momento, havia na localidade cerca de 30 barracos, construídos com pau a pique, madeira e telhado de zinco. As pessoas eram atraídas ao morro pela possibilidade de construir ali suas próprias moradias, vendo-se livres de pagar aluguel, em área de localização geográfica próxima dos locais de trabalho e do centro da cidade e, também, pela beleza natural do lugar. A maioria dos habitantes trabalhava nas imediações da zona sul, empregados como: cozinheiros, garçons, pedreiros, mestre de obras e porteiros. A vida na localidade na década de 1930 é relatada por antigos moradores como “uma época muito difícil”, pois não havia água encanada nem eletricidade, e o esgoto corria a céu aberto. Os moradores se abasteciam com a água de uma torneira localizada perto do Leme Tênis Clube, na rua Gustavo Sampaio. Nos anos de 1940, momento em que predominava uma percepção das favelas como locais insalubres e patológicos, o morro do Chapéu Mangueira recebeu um grande número de habitantes, agravando ainda mais os problemas decorrentes da falta de saneamento básico e urbanização.⁹ As favelas transformaram-se em um pro-

8 Pesquisa realizada pela Arquidiocese do Rio de Janeiro (*A moradia do pobre no Rio de Janeiro*).

9 BENTO, Débora S. G. de. *Narrativas de moradores do Chapéu Mangueira: memória e representações de uma favela na zona sul da cidade do Rio de Janeiro*.

blema que devia ser sanado, extirpado, para a higienização do espaço urbano carioca.

Nesse contexto histórico, a Igreja Católica começou a executar projetos sociais nas favelas do Rio de Janeiro, enviando, inclusive, muitos padres e freiras em missões de trabalho junto aos moradores. No Chapéu Mangueira não foi diferente. Os religiosos que ali chegaram nos anos 1950 pertenciam à ordem dos dominicanos,¹⁰ e tinham como principal função levar aos moradores os preceitos da religião católica, promovendo ao mesmo tempo o associativismo, a caridade, a conscientização e a organização coletiva. Destaca-se a valorização da “cultura do mutirão”, favorecendo a auto-organização dos moradores para que eles mesmos melhorassem suas condições de vida e moradia. Sendo assim, muitos moradores passaram a lutar pelos seus direitos e a trabalhar por meio de mutirões para realizar obras de infraestrutura na localidade sem depender do poder público.

Em 1960, foi construída a sede da Associação de Moradores do Chapéu Mangueira e no espaço de cima da sede, a creche Dona Marcela, nome dado em homenagem a dona Marcília, personagem importante na história do local. Na década de 1970, a demanda por serviços urbanos básicos, como água e energia elétrica, foi resolvida pelos próprios moradores, que se mobilizaram coletivamente.

Avaliando o histórico de mobilização coletiva na realização de mutirões para as obras de infraestrutura na localidade, podemos concluir que os missionários dominicanos tiveram importante papel influenciador. Esse era o método de Economia e Humanismo,¹¹ desenvolvido por Louis-Joseph Lebet, um frei francês da ordem dos dominicanos que coordenou durante os anos de 1950 importantes trabalhos no âmbito do planejamento urbano e regional no Brasil. Esse método culmina com a criação de um organismo de estudos e pesquisas aplicadas aos complexos sociais, chamada de Sagmacs,¹² que atuava desde sua fundação no levantamento de questões urbanísticas, buscando conhecer de forma empírica os problemas da cidade, relacionando-os aos complexos sociais. As pesquisas eram coordenadas por José Arthur Rios e o estudo foi publicado em abril de 1960.¹³

Especificamente no Chapéu Mangueira, podemos ver um caso de ação desse grupo influenciando na resolução das necessidades da população local por meio de

10 Ordem religiosa católica que tem como objetivo a conversão ao cristianismo, tendo marcado forte presença junto aos pobres nas favelas e bairros das periferias (década de 1960).

11 Economia e Humanismo é uma associação francesa original católica, fundada em 1941 por Louis-Joseph Lebet, que desenvolveu um conceito de economia humana. Trabalha com estudos de desenvolvimento, políticas sociais e práticas, o emprego, a cooperação internacional e a solidariedade.

12 ASPECTOS humanos da favela carioca.

13 Ibid.

mutirões entre as décadas de 1950 e 1970. A percepção de que cada favela possui suas idiossincrasias, em contraste com o discurso de miserabilidade e necessidade de higienização, foi um grande marco dessa pesquisa, e deu início a um processo de modificação referente ao estereótipo construído sobre o morador da favela.

Apenas na década de 1980, a companhia estadual de energia elétrica instalou os relógios medidores do consumo em cada residência. Por volta de 1985, após o censo realizado pela Cedae na localidade, os serviços de água e esgoto começaram a passar por uma melhoria. Outra mudança importante foi a intervenção urbanística implantada pela prefeitura municipal por meio do projeto Bairrinho (Favela Bairro), o qual previa, entre suas ações, abertura e pavimentação de ruas, construção de redes de água, esgoto e drenagem, iluminação pública, creches, praças, áreas de lazer, criação de serviços de limpeza urbana, além de reflorestamento e remoção de famílias que viviam em áreas de risco.

O projeto Favela Bairro teve suas obras paralisadas no ano de 2003 e retomadas somente em 2011 por meio do programa Morar Carioca, que retomou as obras a partir de outros parâmetros próprios do programa e até o presente momento sem finalização. Dadas as condições históricas, as favelas do Chapéu Mangueira e Babilônia constituíram espaços construídos por eles e para eles, recebendo a intervenção do Estado em poucos momentos.

Para suprir sua existência e garantir sua sobrevivência, os moradores adaptaram suas formas de vida a partir de estratégias criativas com as quais a população pobre, moradora de favela, enfrenta as condições precárias por meio de ações cotidianas, que podem ser vistas como um grande potencial de transformação especialmente se forem apoiados e desenvolvidos projetos coletivos com a participação direta em sua concepção e execução dos próprios moradores. Vale ressaltar que alguns projetos do concurso realizado para o Programa Morar Carioca, citado anteriormente, tinham entre seus fundamentos essa perspectiva.

MORAR CARIOCA: CASOS BABILÔNIA E CHAPÉU MANGUEIRA

Babilônia e Chapéu Mangueira sempre tiveram, de acordo com sua história, dificuldades na implantação de infraestrutura de saneamento básico, melhoras na moradia e exercício da cidadania, mesmo localizadas na zona sul do Rio de Janeiro, cartão-postal da cidade.

Em junho de 2011,¹⁴ a Prefeitura do Rio de Janeiro anunciou o projeto piloto do programa Morar Carioca Verde nessas comunidades, por estarem localizadas

14 PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Habitação lança Morar Carioca Verde na Babilônia e no Chapéu Mangueira.*

em área de proteção ambiental. O projeto propunha soluções sustentáveis em iniciativas de urbanização, acessibilidade e habitação, utilizando materiais alternativos, iluminação pública com placas de LED, implementação de coleta de lixo seletiva e ruas pavimentadas com asfalto borracha (misturado a pneus usados e triturados). Segundo informações da Prefeitura em 2013, quando foram entregues as primeiras unidades habitacionais construídas pelo programa, já havia sido feito um investimento de R\$ 52,4 milhões de um total previsto de R\$ 93,9 milhões.

As unidades habitacionais entregues – 16 apartamentos de 45 metros quadrados cada, divididos em dois blocos – também seguem a lógica da sustentabilidade e preservação da natureza, utilizando luz solar para aquecimento, reaproveitamento da água das chuvas, janelas com venezianas que permitem maior ventilação, iluminação com lâmpadas econômicas, sensores de presença nas áreas comuns, medidores individuais de água e gás, bacia sanitária com duplo acionamento, além de maior conforto térmico e acústico nas unidades.

Embora uma parte das intervenções previstas tenha sido realizada, o processo de desestruturação do Morar Carioca afetou tanto o início das obras em outras favelas como a sua continuidade no Chapéu Mangueira e no Babilônia. Soma-se ao “desmonte” do projeto o não cumprimento de expectativas iniciais, como a participação da população local nos projetos e mesmo a transparência sobre o andamento das obras. Essas são críticas que permearam todo o período da antiga gestão municipal, uma vez que a falta de participação e a ausência de informações caracterizaram as principais ações da Prefeitura, sobretudo no que se refere à política urbana e às políticas públicas para favelas.

Em reportagem publicada em setembro de 2014 pelo site RioOnWatch, arquitetos, urbanistas, planejadores urbanos, antropólogos e entidades ligadas aos movimentos sociais envolvidos com a questão de urbanização de favelas e com o Morar Carioca já falavam do “desmantelamento sem explicações”, indicando o progressivo abandono dos projetos e objetivos iniciais por parte do poder público municipal, fato que pode ser exemplificado pela saída do IAB da parceria com a Prefeitura, devido às dificuldades nas contratações dos escritórios vencedores do concurso e a demora nas licitações de início das obras.

Ainda na mesma reportagem, o então presidente do IAB, Pedro Luiz Moreira, declarou que embora não se saiba ao certo o que aconteceu com o programa, ocorreu uma “reapropriação” do nome Morar Carioca, que passou a ser usado para indicar qualquer intervenção em favela, mesmo não condizendo com a “metodologia, de participação – visão original de integrar as favelas” (RIOONWATCH, 2014).

Sobre o Morar Carioca nas favelas do Chapéu Mangueira e Babilônia, segundo informações publicadas em abril de 2016 no mesmo site, a Prefeitura realizou mapeamento das áreas de risco e APA, e as famílias retiradas dessas áreas passaram a receber o aluguel social, enquanto permanecem aguardando o reassentamento. Segundo entrevista com o presidente da Associação de Moradores da Babilônia publicada na mesma reportagem, as opções de reassentamento a essas famílias não são na própria localidade, mas no Complexo do Chapadão, zona norte da cidade, ou em Santa Cruz, bairro situado na zona oeste da cidade. O presidente da associação ainda reclama da falta de participação popular, de transparência na execução do programa e, principalmente, da baixa qualidade do material utilizado para realização da obra.

Se o objetivo do programa Morar Carioca era a construção de infraestrutura necessária para disponibilizar aos moradores que necessitavam ser reassentados na própria comunidade, esse tipo de orientação emitida pela Prefeitura diverge completamente do que estava planejado. Quais os motivos que levaram a isso?

Caberia um aprofundamento maior sobre as opiniões dos moradores e respostas dos gestores municipais sobre as reclamações apontadas pelo representante institucional da localidade, mas é importante salientar que há uma relativa “semelhança” entre os problemas apontados acima e o processo de atuação e gestão municipal do Rio de Janeiro nos reassentamentos executados pela Prefeitura. Essa prática pode ser exemplificada pelo caso da Vila Autódromo, localidade que simbolicamente resistiu a esse modelo de “remoção-reassentamento”.

Por fim, é importante deixar registrado que, na Babilônia e no Chapéu Mangueira, o programa Morar Carioca encontra-se atualmente paralisado, sem perspectivas mais claras ou propostas de retomada do programa ou de novo projeto de urbanização das áreas.

CONCLUSÃO

Ao promover uma retrospectiva do programa Morar Carioca e de sua implementação nas favelas do Chapéu Mangueira e Babilônia, este artigo buscou contribuir para o entendimento do contexto e apontar a necessidade de se aprofundar os interesses em jogo no momento de seu lançamento, e os fatores que levaram ao seu esvaziamento. O projeto foi amplamente divulgado como um dos principais legados dos Jogos Olímpicos, já que atenderia a uma grande parcela da população carioca que ainda vive sem condições urbanísticas adequadas e que tem sido

preterida nas ações dos poderes públicos. Poderia ter cumprido um papel de reverter a dívida histórica do Estado com o espaço das favelas. Progressivamente, entretanto, foi perdendo sua força e protagonismo. Sem justificativas explícitas, o programa Morar Carioca foi “submetido a um esquecimento” – mas não foi esquecido pelos movimentos sociais por moradia para a população pobre do Rio de Janeiro.

Acredita-se que uma inversão de prioridades na agenda da Prefeitura, combinada com a falta de interesse político, tenha contribuído para o fim do Morar Carioca nos moldes como foi originalmente concebido e efetivamente projetado.

Percebe-se que a narrativa construída pela Prefeitura que inclui o programa Morar Carioca como legado dos Jogos Olímpicos foi uma estratégia de “formas de *marketing* em favor da boa imagem dos Jogos, visando legitimar o imenso aporte de gastos públicos”.¹⁵

Com o total previsto de R\$ 8 bilhões de investimento, uma soma considerável de recursos, o programa foi paralisado sem previsão de conclusão e sem nenhuma justificativa satisfatória para a população. Sua proposta era levar cidadania e dignidade às populações que ainda moram de forma precária, antes da realização das Olimpíadas. O que vemos no Rio de Janeiro é que depois da realização dos megaeventos, e não somente das Olimpíadas, muitas propostas são desfeitas e a população submetida a desmandos e ações impostas pelo poder público. São casos que se repetem exaustivamente num modelo de cidade projetado para megaeventos.

A falta de participação popular fere o direito de cidadania, que deve ser preservado e garantido em um Estado democrático. A gravidade desse modo de operar dificulta ainda mais a organização da cidade. A insatisfação da população é de certa forma representada nas eleições de outubro de 2016, quando o candidato indicado pelo prefeito Eduardo Paes não se elegeu. A população começa a dar sinais de insatisfação com a forma hegemônica de gestão da cidade.

A cidade tem urgência de programas que visem acabar com o atraso de investimentos públicos e implantação de infraestrutura mínima nas favelas cariocas, em sentido contrário à forma de gestão da cidade voltada para os interesses do capital, que se paute pela dignidade e pelo direito de cidadania de suas populações. Dessa forma, é possível vislumbrar um modelo de cidade mais harmônico e menos desigual.

15 MASCARENHAS, G. A produção da cidade olímpica e os sinais da crise do modelo globalitário, p. 8.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDRT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

ARQUIDIOCESE DO RIO DE JANEIRO. *A moradia do pobre no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1979. (Cadernos de Pastoral, 1).

ASPECTOS humanos da favela carioca. *O Estado de S. Paulo*, 13/15 abr. 1960. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,aspectos-humanos-da-favela-carioca,8706,0.htm>>. Acesso em: mar. 2017.

BENTO, Debora S. G. de. *Narrativas de moradores do Chapéu Mangueira: memória e representações de uma favela na zona sul da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2010. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais) – Instituto de Humanidades, Universidade Cândido Mendes.

BRASIL. Comitê de Candidatura RIO 2016. *Dossiê de candidatura do Rio de Janeiro à sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016*. Jan. 2009. Disponível em: <<http://www.apo.gov.br/index.php/matriz/a-matriz-e-o-dossie-de-candidatura/>>. Acesso em: mar. 2017.

_____. Ministério dos Esportes. *Caderno dos legados sociais*. 2009. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/arquivos/rio2016/cadernoLegadosSocial.pdf>>. Acesso em: mar. 2017.

BRUM, Mario Sergio. Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos grandes eventos. *O Social em Questão*, ano 16, n. 29, p. 179-208, 2013.

IAB [Instituto dos Arquitetos do Brasil]. *O programa Morar Carioca*. Disponível em: <http://www.iabrj.org.br/morarcarioca/o_programa/>. Acesso em: mar. 2017.

LEITÃO, G. E. A.; DELECAVE, J. O programa Morar Carioca: novos rumos na urbanização das favelas cariocas? *O Social em Questão*, ano 16, n. 29, p. 265-284, 2013.

MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação Seade, v. 14, n. 4, p. 21-33, 2000.

MASCARENHAS, G. A produção da cidade olímpica e os sinais da crise do modelo globalitário. *Geosp: espaço e tempo*, v. 20, n. 1, p. 52-68, jan.-abr. 2016.

NUNES, Julieta. Morar Carioca, a intenção e o gesto: limites do planejamento na gestão urbana contemporânea. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS, 1., 2014, São Bernardo do Campo. *Anais...* São Bernardo do Campo: UFABC, 2014.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Habitação lança Morar Carioca Verde na Babilônia e no Chapéu Mangueira*. 2011. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=1829580>>. Acesso em: mar. 2017.

_____. Plano de políticas públicas do legado. In: RIO 2016: Jogos Olímpicos e legado. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4379008/4130519/RIO2016_estudos_PORT.pdf>. Acesso em: mar. 2017.

_____. *Prefeitura e IAB lançam concurso que vai selecionar projetos de urbanização das favelas do Rio*. 2010. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=1213906>>. Acesso em: mar. 2017.

_____. Secretaria Municipal de Habitação. *Conheça o programa Morar Carioca*. 2015. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/smhc/conheca-o-programa>>. Acesso em: mar. 2017.

RIOONWATCH. *Moradores da Babilônia enfrentam remoção distante por consequência do abandono do Morar Carioca*. 2016. Disponível em: <<http://rioonwatch.org.br/?p=19204>>. Acesso em: mar. 2017.

_____. *Morar Carioca: o desmantelamento do sonhado programa de urbanização para favelas*. 2014. Disponível em: <<http://rioonwatch.org.br/?p=12410>>. Acesso em: mar. 2017.

SAGMACS [Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais]. *Aspectos humanos da favela carioca. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 13/15 abr. 1960. Suplemento Especial*.

VAINER, C. A cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PLANEJAMENTO URBANO, 14., Rio de Janeiro, 2011. *Anais...* Rio de Janeiro: Anpur, 2011.

OLIMPÍADAS, ESPORTE E MERCADO: NOTAS SOBRE O PROCESSO OLÍMPICO E SUAS CONSEQUÊNCIAS, PARA ALÉM DAS COMPETIÇÕES

GUSTAVO CÉSAR ARÊAS DE SOUZA*

INTRODUÇÃO

Este artigo visa investigar de que maneira aspectos arquitetônicos dos equipamentos esportivos, construídos ou remodelados para as Olimpíadas Rio 2016, em especial as arenas, articulam-se simbólica, estética e ritualmente com discursos “modernizantes” ou “modernizadores” da cidade do Rio de Janeiro e do país. De que modo esses discursos são apropriados por diversos atores sociais e permeados pelos diversos segmentos da sociedade, sendo estes eventos – as Olimpíadas –, assim como os megaeventos¹ internacionais, instrumentos que permitem a flexibilização de regras e leis preexistentes, autorizando violações de direitos, em processos de remoção e remodelação das cidades-sede. Esse evento, que tinha um sentido de união dos povos, por meio da competição esportiva, ao sofrer as consequências da “espetacularização”,² perde assim características lúdicas da prática torcedora, uma vez que a cidade e o esporte transformam-se em simples mercadorias, enquanto o público e as pessoas, em consumidores.

* Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Bolsista do projeto “Preservação e memória das Olimpíadas: processos e ações”, da Fundação Casa Rui Barbosa (FCRB). E-mail: gustavo_areas@hotmail.com.

1 De acordo com Martin Curi (CURI, Martin. A disputa pelo legado em megaeventos esportivos no Brasil): “Os megaeventos esportivos são entendidos como um meio de desenvolvimento acelerado do país anfitrião. Essa visão do legado positivo automático está sendo questionada nas ciências sociais há um bom tempo”.

2 Na tese de sua *Sociedade do espetáculo*, Guy Debord pontua que, “sob todas as suas formas particulares – informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto de divertimentos –, o espetáculo constitui o modelo atual da vida dominante na sociedade” (DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*, p. 14). Gurgel afirma que “o esporte espetacularizado pelos megaeventos é ingrediente fundamental da indústria cultural do entretenimento nos meios de comunicação de massa contemporâneos” (GURGEL, Anderson. *A Copa do Mundo como megaevento esportivo: afinal do que estamos falando? Uma abordagem comunicacional sobre a maior festa do futebol*, p. 320).

MODERNIZAÇÃO PARA QUEM?

Pretendo provocar o debate e enumerar pistas que nos levem a entender de que maneira aspectos arquitetônicos dos equipamentos esportivos, construídos ou remodelados para as Olimpíadas Rio 2016, em especial as arenas, articulam-se simbólica, estética e ritualmente com discursos “modernizantes” ou “modernizadores” da cidade do Rio de Janeiro e do país.

Dessa forma, para que uma sociologia do esporte possa, de fato, constituir-se, é imprescindível que se pense o esporte e o espaço de suas práticas como um sistema no qual cada elemento recebe seu valor distintivo. Segundo Bourdieu,³ para compreender o esporte, é preciso conhecer a posição que ele ocupa no espaço por meio de indicadores como: a distribuição dos praticantes segundo sua posição no espaço social; a distribuição de diferentes federações; o número de adeptos; sua riqueza; as características sociais dos dirigentes, bem como, o tipo de relação com o corpo que ele favorece ou exige; isto é, se existe o contato direto ou se esse contato ocorre por intermédio de instrumentos. Por fim, “é preciso relacionar esse espaço de esportes como o espaço social que se manifesta nele. Isso a fim de evitar os erros ligados ao estabelecimento de uma relação direta entre um esporte e um grupo que a intuição comum sugere”.⁴

Respaldados por essa leitura, podemos dizer, portanto, que a distância social se traduz muito bem na lógica do esporte quanto ao contato corporal das modalidades e a distinção que lhes é concebida e conferida pelos agentes dotados dos esquemas de percepção e do monopólio do juízo estético. No entanto, o sociólogo francês⁵ ressalta que para evitar um julgamento imediato, no sentido de se relacionar mecanicamente a prática esportiva com a posição social do praticante, é preciso analisar as diferentes atividades esportivas com o espaço das posições sociais que ocupam os agentes envolvidos.

Por meio do conceito de “desencantamento do mundo”, de Max Weber, podemos encontrar nossa primeira pista sobre o que está ocorrendo com a cultura torcedora no Brasil, e também todos os processos que cercam o esporte de maneira geral. Esses processos têm novas estratégias mercadológicas no esporte profissional e olímpico disputado no Brasil. Possui como um dos símbolos maiores, os modernos estádios, que de tão modernos até de nomenclatura mudaram, as tais arenas, no futebol também conhecidas como “novas arenas”, para o arrepio de muitos e a pompa de tantos outros.

3 BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*.

4 *Ibid.*, p. 208.

5 BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*.

Weber, ao observar o surgimento de um espírito empreendedor no seio das religiões de origem protestante, entende que elas se “desmagificam” e desmitificam, adotando uma racionalidade extremada como meio de compreensão do sagrado e suas consequências terrenas. Com isso, a religião se desvencilha da magia e passa a sistematizar de forma intelectualizada sua “cosmovisão” relacional entre Deus e o mundo, forçando o surgimento de um novo “*éthos*” religioso, no caso específico, o protestantismo, pautado por um ascetismo ético originado da necessidade de dar significação ao cotidiano da vida social.⁶

Os sacramentos, sortilégios e promessas⁷ dão lugar à ética protestante como meio de significação da existência. Esse “desencantamento do mundo” que desvela tanto o mundo natural quanto a condição existencial humana inunda de objetividade a realidade cotidiana e torna o mundo vazio de sentido.

Ninguém sabe ainda quem no futuro vai viver sob essa crosta e, se ao cabo desse desenvolvimento monstro não de surgir profetas inteiramente novos, ou um vigoroso renascer de velhas ideias e antigos ideais, ou – se nem uma coisa nem outra – o que vai restar não será uma petrificação chinesa [ou melhor: mecanizada], arrematada com uma espécie convulsiva de autossuficiência. Então, para os “últimos homens” desse desenvolvimento cultural, bem poderiam tornar-se verdade as palavras: “Especialistas sem espírito, gozadores sem coração: esse Nada imagina ter chegado a um grau de humanidade nunca antes alcançado”.⁸

Nesse sentido, dirigentes esportivos, imprensa especializada, consórcios administradores dos novos e/ou remodelados estádios abraçam o papel de especialistas sem espírito, forçando um envolvimento mais frio e sua conversão em mais um simples consumidor sem alma, ou seja, tornando a todos gozadores sem coração.⁹ Existe no meu ponto de vista uma expansão dos processos que ocorrem na cidade. É óbvio que o esporte não está à parte da sociedade que o pratica e o consome, então podemos observar – conforme avança a gentrificação¹⁰

6 WEBER, M. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*.

7 *Ibid.*

8 *Ibid.*, p. 166.

9 *Ibid.*

10 No Brasil já podemos constatar, sobretudo nas grandes cidades, casos de mudanças de perfil socioeconômico, decorrentes de expulsão e substituição de população local, ligadas a intervenções urbanas de “renovação”, “revitalização”. Esses casos têm sido tratados pelos estudiosos como processos de gentrificação. Normalmente, a gentrificação busca identificar casos de recuperação do valor imobiliário de regiões centrais de grandes cidades que passaram nas últimas décadas por um período de degradação. O estudo desse processo vem crescendo nos últimos anos em diversos lugares do mundo, seja relacionado a centros históricos ou até mesmo a uma cidade. *Gentrification* ou gentrificação é um conceito utilizado para designar o processo no qual as classes de maior poder aquisitivo voltam a ocupar espaços desvalorizados. O termo *gentrification* foi utilizado pela primeira vez por Ruth Glass, no início dos anos 1960, para descrever o processo mediante o qual famílias de classe média haviam povoado antigos bairros desvalorizados do centro de Londres.

da cidade – a expulsão e/ou eliminação dos pobres, o encarecimento da vida, a cidade como mercadoria.

No microcosmo esportivo, todos esses processos ocorrem ou avançam: os ingressos estão cada vez mais caros, conseqüentemente expulsando os setores populares dos eventos esportivos; os horários e o transporte público cada vez menos acessíveis ao público das classes mais baixas; a arquitetura das remodelações ou construções dos novos espaços esportivos cada vez mais segmentadas, não reservando espaço para os setores populares da sociedade e/ou relegando os piores espaços para eles. Sendo assim, parte da atratividade de consumir um evento esportivo se perde, já que a característica imprescindível, que era a torcida, esfria-se, aburguesando-se em um movimento de se transformar em plateia. A cidade fica cada vez mais hostil, violenta e segregada para quem não pode pagar por ela. Toma-se de mais um setor o direito ao lazer, o direito à cidade.

Gilmar Mascarenhas também contribui para o entendimento do que desejamos alcançar com este artigo, quando diz que “Vislumbramos, nas novas arenas, uma faceta da ‘redução da cota da experiência urbana’ (pelo controle exacerbado da ação corporal e coletiva), um empobrecimento da experiência, como integrante do cotidiano espetacular e ‘desencarnado’, de que nos fala Jacques (2006, p.126)”, e prossegue:

[...] Embora o princípio mercadológico já estivesse presente no “velho estádio” – sendo este um espaço acessado pelos indivíduos unicamente pela via da aquisição de ingresso –, as novas arenas ampliam e radicalizam o sentido da cidade mercadoria, ao impor valores comerciais muito mais altos para os ingressos e para a alimentação em seu interior, eliminando assim agentes e serviços informais que tradicionalmente compunham a experiência dos torcedores. Acima de tudo, para garantir a plena realização da mercadoria, vem sendo imposto um crescente aparato normativo que visa eliminar ou subjugar práticas e usos populares, em favor de comportamentos mecânicos e dirigidos, voltados para o consumo passivo. Toda a nova arquitetura dos estádios aposta nesse princípio do controle dos corpos, condicionando a circulação dos frequentadores e reduzindo seu comportamento à passividade, distanciando-os do tradicional protagonismo festivo das massas ruidosas e, por vezes, imprevisíveis. Uma corpografia do torcedor que se pretende banir.¹¹

O primeiro comentário a ser feito, embora possa parecer uma obviedade, é que o contexto atual é de hegemonia do neoliberalismo, que é um processo social e econômico, no sentido de que sua existência tem uma dimensão global e abarca, de forma desigual e combinada, o conjunto dos aspectos da vida social. Dessa maneira, é fundamental para a compreensão do objeto em questão a noção de totalidade, qual seja, a observação e análise da realidade a partir de suas múltiplas determinações.

11 MASCARENHAS, Gilmar. Mundo pacificação e exclusão: o estádio de futebol na produção da cidade-espetáculo.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu diria que o sistema capitalista não seria capaz de sobreviver apenas por suas bases econômicas: a dominação simbólica do mesmo seria uma condição *sine qua non* para sua manutenção enquanto sistema econômico predominante desde a era moderna.¹² De acordo com ele, o regime exige o cultivo de uma mentalidade pró-capitalista. Uma vez que não existe capitalismo sem dinâmica de classes, o bom funcionamento do sistema passaria, também, pela clara distinção econômica, social e cultural de suas partes componentes.

O capital cultural é, então, uma variável sociológica da qual não se pode prescindir. Sendo assim, fazia-se necessária a diferenciação cultural dos estratos, por meio dos hábitos de consumo, cultura e até mesmo padrões de socialização. Seguindo a lógica de pensamento de Bourdieu, a ascensão de um estrato social exige critérios básicos de distinção cultural de seus membros em relação a outros, de modo que se cumpra a dominação simbólica e cultural a que também se propõe o capital.

De acordo com Rocco Junior,¹³ dentro da particularidade de cada campo, há formas de disputas, lutas e competições, sendo que vislumbramos em cada uma delas a especificidade das relações entre o “novo” – que tenta garantir o direito de participação – e o dominante – que defende o monopólio objetivando excluir a concorrência.

Vale frisarmos que é exatamente nessa linha de raciocínio que Bourdieu preconiza uma forma particular de entender o esporte moderno. E isso, entre outros fatores, porque denomina de campo o espaço social ocupado pelos fenômenos esportivos, no qual se atribuem posições compatíveis com o capital social, econômico ou cultural de cada agente. Além disso, esses agentes, a partir de disputas no seio das estruturas, buscam a hegemonia de determinadas práticas, além, é claro, do acúmulo de uma distinção social conforme o seu potencial de poder simbólico, isto é, do poder de transformar ou então conservar os princípios objetivos que estruturam e organizam o mundo social.

E as mudanças vêm acontecendo nos esportes, sejam elas arquitetônicas, sejam elas de público e audiência, sejam toda uma nova narrativa sendo reescrita sobre a velha ideia da “democracia esportiva”, criando um novo *habitus* para o campo esportivo. Faz-se assim a transição dos velhos torcedores – aqueles que, independentemente da classe social, tinham uma espécie de compromisso afetivo e sentimental com o clube ou as seleções esportivas – para um novo tipo de torce-

12 BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural.

13 ROCCO JUNIOR, Ary José (Org.). *Comunicação e esporte: Copa do Mundo 2014*.

dor. Agora é a vez do torcedor consumidor, da criação de nichos de mercado. Porém, nessa transformação, o discurso do espaço democrático ainda é evocado, apesar de esvaziado de seu apelo social.

Neste contexto de megaeventos, tanto faz Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas do Rio 2016, existe por detrás todo um discurso de “novo”, um discurso que não é novo. Esses processos não foram transparentes, assim como os megaeventos internacionais que passam a ser usados como instrumentos que permitem a flexibilização de regras e leis preexistentes, autorizando violações de direitos, em ações de remoção e remodelação das cidades-sede ou, no linguajar do *business*, “oportunidades de mercado”. Ou seja, esse movimento todo pode ser entendido como uma modernização, de certa forma imposta ao país.

Durante nossa pesquisa, no projeto “Preservação e memória das Olimpíadas: processos e ações”, da Fundação Casa Rui Barbosa, pudemos perceber, ao formarmos nosso banco de dados, o quanto o esporte se faz coadjuvante no processo olímpico. É como se praticamente houvesse Olimpíadas apesar do esporte. Precisamos delimitar que tipo de modernidade esta, em que discursos são sempre os mesmos: legados para a cidade, o transporte, a cultura, a vida cotidiana, o meio ambiente, a segurança.

Acreditamos que, na intimidade de todo esse movimento, os conceitos de modernidade mais adequados ao nosso estudo – e que entendem de forma mais pertinente essas transformações e as disputas que estão acontecendo e vão acontecer – são os de Raymundo Faoro, Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes, porque há sim uma particularidade brasileira contida nesse conceito. Porém, sempre dialogando com autores contemporâneos do pensamento social, como David Harvey, Anthony Giddens e Zygmunt Bauman, para o debate sobre modernidade e pós-modernidade, pois cada vez mais as questões são locais e mundiais.

Para começo de conversa, é comum encontrarmos interpretações que localizam o neoliberalismo como uma ideologia (seja no sentido de “falsa ideia” ou de horizonte intelectual), como um conjunto de práticas norteadoras da elaboração de política econômica por agências estatais ou como um projeto político de avanço do grande capital (em especial o financeiro) sobre áreas que se configuravam como um limite ao seu movimento expansivo ou, ainda, como expressão da predominância do capital financeiro sobre os setores produtivos e conseqüentemente um fenômeno de origens econômicas, porém que se materializa em todo o conjunto da sociedade.

Quando, por exemplo, algum dirigente da Fifa, ou mesmo do COI, propõe leis específicas para seus eventos. Entre diversas justificativas, está a evocação

da “liberdade de mercado”, algo meio paradoxal, já que exige do Estado a criação de leis que resultam no favorecimento do monopólio dos produtos de seus patrocinadores. Portanto, temos uma grande contradição, os conceitos são oportunamente manipulados e manipuláveis a favor de interesses, e os megaeventos são, antes de tudo, fatores externos de homogeneização cultural, intervenção supraestatal (seja ela econômica, seja legal). Este artigo demonstra o quanto o neoliberalismo é materialmente real e traz consequências para as pessoas. Porém, nenhuma das promessas de prosperidade e modernidade nos foi legada por ele. Pode-se usar o recorte que for, as provas empíricas são irrefutáveis. No fim, só há uma conclusão: ser liberal é uma questão de fé.

Art. 11. A União colaborará com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que sediarão os Eventos e com as demais autoridades competentes para assegurar à Fifa e às pessoas por ela indicadas a autorização para, com exclusividade, divulgar suas marcas, distribuir, vender, dar publicidade ou realizar propaganda de produtos e serviços, bem como outras atividades promocionais ou de comércio de rua, nos Locais Oficiais de Competição, nas suas imediações e principais vias de acesso. § 1º Os limites das áreas de exclusividade relacionadas aos Locais Oficiais de Competição serão tempestivamente estabelecidos pela autoridade competente, considerados os requerimentos da Fifa ou de terceiros por ela indicados, atendidos os requisitos desta Lei e observado o perímetro máximo de 2 km (dois quilômetros) ao redor dos referidos Locais Oficiais de Competição. § 2º A delimitação das áreas de exclusividade relacionadas aos Locais Oficiais de Competição não prejudicará as atividades dos estabelecimentos regularmente em funcionamento, desde que sem qualquer forma de associação aos Eventos e observado o disposto no art. 170 da Constituição Federal.¹⁴

Em que pese que o debate de Gramsci se dirige aos liberais do começo do século XX, pode muito facilmente ser aplicado aos neoliberais, pois no fundo consiste na mesma coisa: compreender que a não regulação e a liberalização é sempre uma ação consciente e seletiva. Por conseguinte, é, invariavelmente, um direcionamento da atividade econômica tal qual o intervencionismo keynesiano, mesmo que ambas encontrem expressões e consequências concretas bastante distintas.

Finalmente, para compreendermos as mudanças essenciais empreendidas pelo neoliberalismo, falta-nos abordar a fisionomia que ele ganhou no mundo intelectual e cultural: o pós-modernismo. É importante ressaltarmos que aquilo que denominamos de pós-modernismo é um movimento amplo e que congrega pensamentos diversos. A despeito disso, algumas interseções são passíveis de serem encontradas em todos eles: crítica ao paradigma da razão e o desprezo a qualquer perspectiva totalizante e sistêmica da realidade. Para os pós-modernos, as contradições centrais da modernidade calcadas na disputa entre o trabalho e o

14 BRASIL. Lei 12.663 de 5 de junho de 2012.

capital, que deram tanto fôlego ao marxismo e em movimentos inspirados nele, foram superadas.

O neoliberalismo não se desenvolveu de maneira linear, embora possamos dizer, sem medo de errar, que ele irradia dos países centrais em direção aos periféricos, pois as suas experimentações concretas não seguem um caminho assim tão retilíneo. Segundo David Harvey: “Os desenvolvimentos geográficos desiguais do neoliberalismo no cenário mundial têm sido evidentemente um processo muito complexo, que envolve determinações múltiplas e caos e confusão não negligenciáveis”.¹⁵

Acredito que a América Latina, e o Brasil como parte dela, sempre foram laboratórios de experiências modernizantes, porém frequentemente tivemos por característica uma modernização conservadora. Nas palavras do sociólogo José Souza Martins, “as hesitações do moderno e as contradições da modernidade no Brasil”, apresentando a modernidade e a modernização em nosso país como a “autenticidade do inautêntico”.¹⁶ A compreensão difusa e fluida desse conceito pelo senso comum facilita, de certo modo, a sua apropriação e a circulação de uma visão acrítica de que esse é um processo inevitável e, aparentemente, positivo.

A modernidade no Brasil e na América Latina se confronta com o tradicional, entre o novo e seu padrão lógico racional e secularizado, tudo aquilo que a tradição nos legou. Assim como o irrelevante, também o incapturável pelos mecanismos de dominação e de exploração tem sido o método que nos revela o quão postigo, estranho tem o moderno, mostrando-se estrangeiro em relação a nós.¹⁷

Nas análises de Florestan Fernandes, a modernização não é em si mesma um fator que produz mudanças na situação ou de superação efetiva das iniquidades socioeconômicas, culturais e políticas. Ou seja, podemos dizer que na concepção de Fernandes, a modernização é estritamente econômica, resultado da cristalização da dependência, dos meios coercitivos por parte das classes privilegiadas e das desigualdades existentes.

Ou seja, essa nova modernização anunciada aos quatro ventos, nosso “*turning point*” com os megaeventos, não é nada além de uma releitura de nossa velha modernização conservadora, na qual acomodamos as velhas estruturas de ordem patrimonialista, as oligarquias e seus privilégios. Tivemos algumas tantas em nossa história, agora a novidade é o fôlego que a globalização recebeu com a revolução nas comunicações. A moda, o “novo” é dominar um vocabulário técnico

15 HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*.

16 MARTINS, José de Sousa. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*.

17 Ibid.

nascido nos cursos de *business* e gestão, nos tempos de Florestan a moda era o velho francês. Mas a fórmula é a mesma: ajusta-se a estrutura nascida nos tempos de Colônia, com suas pequenas transformações, manipulam-se conceitos manipuláveis, criam-se consensos ou ideias de que eles existem. Assim, temos o quadro preparado para mais uma modernização conservadora.

CAPITAL EM TRANSFORMAÇÃO, A PAISAGEM EM TRANSFORMAÇÃO, AS SOCIABILIDADES EM DESCOMPASSO

Da segunda metade do século XX em diante, vimos acontecer alterações socioculturais e políticas que transformaram definitivamente a realidade mundial. Essas mudanças decorreram, sobretudo, de uma visão de mundo que não compactuava com o que tinha sido posto até então. O processo de globalização, que teve sua gênese nos processos anteriores de mercantilização e industrialização, ganha vulto e dimensões inimaginadas, que, por sua vez, repercutem de maneira diferenciada nos diversos setores da vida humana. Repercussões tais como o novo olhar a respeito da identidade, que alguns autores designam como uma fragmentação das identidades sociais, a ressignificação ou a crise de identidade do homem contemporâneo.

Devemos partir, inicialmente, da definição clássica de globalização oferecida por Anthony Giddens:

A globalização pode assim ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa.¹⁸

Nesse modelo neoliberal, os grandes projetos arquitetônicos e eventos internacionais representam uma oportunidade privilegiada para acirrar a competição e aquecer o mercado urbano. Mas como se tentou justificar essa verdadeira obsessão, desde o início dos anos 1990, da Prefeitura do Rio de Janeiro em sediar um megaevento esportivo na cidade? A resposta pode ser encontrada na retórica de consenso ligada a esse paradigma empresarial, na qual os megaeventos passaram a ser vistos como um meio para se atingir transformações positivas nas cidades que o sediam, sobretudo as Olimpíadas, um movimento de “barcelonização”¹⁹ das cidades.

18 GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*, p. 69.

19 Conceito elaborado por mim, que será explorado em tese de doutorado, após o sucesso das Olimpíadas de Barcelona, como os primeiros Jogos a “venderem” a cidade; as estratégias implementadas e os discursos usados no período se tornaram um “case” para qualquer cidade que viesse a se candidatar depois.

Essas transformações, traduzidas pelo conceito de “legado social”, poderiam repercutir em diferentes aspectos, tais como na recuperação de áreas degradadas, na melhoria da estrutura viária e do transporte público, na geração de empregos e na atração de capitais proporcionada pela exposição mundial da cidade-sede. “A oportunidade de apresentar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos na América do Sul é histórica e única”, já anunciava o dossiê da candidatura do Rio de Janeiro.²⁰

Embora a topologia do campo político-cultural seja muito mais ampla do que este artigo se propõe operacionalizar, o caso exemplar destacado é o processo de revitalização do complexo esportivo Jornalista Mario Filho, no bairro do Maracanã. Originalmente construído para a Copa do Mundo de 1950, o estádio do Maracanã simboliza um lugar na memória nacional²¹ e um monumento que sintetiza a entrada do Brasil em um mundo moderno. Entretanto, para fins de recebimento da Copa do Mundo de 2014, o projeto de revitalização do estádio requeria, segundo os padrões orientados de recebimento de grandes eventos da Fifa, mudanças internas inerentes aos projetos arquitetônicos e mudanças externas, para a facilidade de locomoção urbana.

Esse modelo de intervenção originário dos Estados Unidos (Nova York e Boston) vem sendo implantado com êxito em cidades europeias e latino-americanas. Destacam-se os projetos das proximidades das orlas, tais como o de Barcelona, e o reaproveitamento de estruturas portuárias ditas degradadas, posteriormente utilizado como inspiração para a criação do Puerto Madero em Buenos Aires.

As características em comum desses cenários preparados para o consumo cultural são as fachadas “revitalizadas” dos monumentos, a impressão de conjunto forjada pela demolição de prédios e criação de amplos espaços vazios, o jogo de cores e luzes, o mobiliário urbano padronizado, a promoção de megaeventos e a comercialização de produtos supostamente locais, criados especialmente para satisfazer o gosto dos turistas pelo pitoresco, pelo exótico e pelo *souvenir* de imagens consagradas no imaginário coletivo. Percebe-se claramente que, nesses projetos, o patrimônio edificado ficou reduzido a mero cenário da indústria cultural e de sua lógica do entretenimento, e que o espaço turístico ficou restrito a um simulacro da indústria do turismo.

[...] padrão de conduta na governança urbana que combina poderes estatais (local, metropolitano, regional, nacional ou supranacional), diversas formas organizacionais da sociedade civil (câmaras de comércio, sindicatos, igrejas, instituições educacionais e de pesquisa,

20 COB, v.I.

21 NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares.

grupos comunitários, ONGs, etc.) e interesses privados (empresariais e individuais), formando coalizões para fomentar ou administrar o desenvolvimento urbano.²²

Há em nós a convicção de que tanto os esportes como o lazer deixaram de ser vistos como direitos sociais e subjetivos e que o tratamento dado a eles em tempos de neoliberalismo ocasionou a perda de suas identidades e características espontâneas. Avaliações indicam o aparelhamento dessas atividades para duas funções: a da estruturação e/ou manutenção do poder e o aumento dos lucros.

Entretanto, é preciso considerar que esse consenso se estabelece nas contradições da sociedade, e o diálogo se institui a partir dos preceitos e interesses dos dirigentes, num processo de opressão e dominação, instrumentos eficazes para neutralizar qualquer possibilidade de polarização ideológica que possa ameaçar a ordem estabelecida. A dominação, pelas próprias concepções de Estado, está presente nas relações entre dirigentes e dirigidos, pois a figura estatal pressupõe que seus subordinados estejam condicionados a uma concepção hegemônica de sociedade, por meio de um aparato ideológico. O que diferiu ao longo da história foram os princípios infligidos em nome da manutenção da estabilidade da burocracia estatal e, em tempos de globalização, é previsível que os preceitos liberais sejam os atuais balizadores das políticas contemporâneas.

Tendo assim novamente como argumento a modernidade, o Estado foi adquirindo ao longo dos tempos a feição do capitalismo, ou seja, cada vez minimizando seus compromissos sociais públicos e assumindo parcerias comprometidas com o capital financeiro.

CONCLUSÕES INICIAIS

Na construção da identidade brasileira, o esporte, sobretudo o futebol, aparece como um importante marcador social, “desempenha um importante papel, como princípio aglutinador do ‘povo brasileiro’ na sua constituição como nação”.²³ Bromberger²⁴ confere destaque ao futebol que, por sua popularidade, se oferece como um acontecimento exemplar que condensa e teatraliza, à maneira de uma ficção lúdica e dramática, os valores de nossas sociedades. Isso significa entendê-lo, também, como lugar de aprendizado de sentimentos e práticas, já que ritualiza a solidariedade e o conflito, a união e a separação, a alegria e a tristeza. Entende-se com isso que não se nasce torcedor, torna-se um, condição que possibilita experimentar tais sentimentos.

22 HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*, p. 230.

23 GASTALDO, Édison Luis. A pátria na “imprensa de chuteiras”: futebol, mídia e identidades brasileiras, p. 92.

24 BROMBERGER, Christian. *Football, la bagatelle la plus sérieuse du monde*.

Na medida em que a tradição é suplantada pela modernização, a humanidade se utilizaria dos lugares de memória, considerados como espaços de refúgio da memória nos quais ela se cristaliza, como os arquivos, os museus, as bibliotecas, as galerias de arte, com a justificativa de que “há locais de memória porque não há mais meios de memória”.²⁵

A partir da transição da fase monopolista para a acumulação flexível, a transformação dos fatores macroeconômicos globais gerou significativas mudanças nos processos organizados do trabalho, nos estudos sobre a urbanização, nas práticas de planejamento e nas concepções gerenciais sobre o território. A progressiva desindustrialização urbana, o crescimento estrutural do desemprego, a austeridade fiscal e a capacidade declinante dos Estados-nação em controlar os fluxos financeiros de empresas multinacionais estabeleceram as condições concretas para a efetivação de um novo modelo de governança e planejamento das cidades.²⁶

Nesse microcosmo esportivo, todos esses processos ocorrem ou avançam: os ingressos estão cada vez mais caros, os horários e o transporte público cada vez menos acessíveis ao público das classes mais baixas, e a arquitetura das remodelações ou construções dos novos espaços esportivos está cada vez mais segmentada – ou seja, os setores populares ficam relegados aos piores espaços. Desse modo, o consumo de um evento esportivo perde parte de sua atratividade, já que característica imprescindível, a torcida, esfria-se, aburguesando-se em um movimento de se transformar em plateia. A cidade fica cada vez mais hostil, violenta e segregada para quem não pode pagar por ela. Perdem-se assim mais direitos: o direito ao lazer, o direito à cidade.

Considerando a função estatal de fortalecimento e acúmulo do capital, percebe-se a eficiência do seu pacto com a iniciativa privada na sua retração em áreas sociais fundamentais para a qualidade de vida de uma sociedade. Esse artifício tem o respaldo da própria população, que naturaliza o descompromisso do Estado, convence-se da escassez de recursos públicos, admite a parceria público-privada – um dos esteios do neoliberalismo – e legitima a busca pelos serviços no mercado numa atitude docilizada e conivente com seus opressores. É o processo ideológico interferindo na implantação das políticas públicas.

25 NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*, p. 3.

26 HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 2000.

_____. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). *Escritos de educação*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. O imperialismo da razão neoliberal. *Revista Possibilidades*, Goiânia, v. 1, n. 1, 2004.

BRASIL. Lei 12.663 de 5 de junho de 2012. Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações Fifa 2013, à Copa do Mundo Fifa 2014 e à Jornada Mundial da Juventude – 2013, que serão realizadas no Brasil; altera as Leis nºs 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003; e estabelece concessão de prêmio e de auxílio especial mensal aos jogadores das seleções campeãs do mundo em 1958, 1962 e 1970. *Diário Oficial da União*, Brasília, 6 jun. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12663.htm>. Acesso em: 22 dez. 2016.

BROMBERGER, Christian. *Football, la bagatelle la plus sérieuse du monde*. Paris: Bayard Éditions, 1998. p.7-57.

COB [COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO]. *Dossiê de candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016*. Rio de Janeiro: COB, 2009. v. 1, 2, 3.

CURI, Martin. A disputa pelo legado em megaeventos esportivos no Brasil. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 19, n.40, p.65-88, jul./dez.2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v19n40/a03v19n40.pdf>>. Acesso em: mar. 2017.

_____. *Espaços da emoção: arquitetura futebolística, torcida e segurança pública*. Niterói, 2012. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo; São Paulo: Edusp, 1975.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GASTALDO, Édison Luis. A pátria na “imprensa de chuteiras”: futebol, mídia e identidades brasileiras. In: GASTALDO, Édison Luis; GUEDES, Simoni Lahud (Org.).

Nações em campo: Copa do Mundo e identidade nacional. Niterói: Intertexto, 2006. p. 87-102.

GAZZANIGA, Michael S. ; HEATHERTON, Todd F. *Ciência psicológica: mente, cérebro e comportamento*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

GURGEL, Anderson. A Copa do Mundo como megaevento esportivo: afinal do que estamos falando? Uma abordagem comunicacional sobre a maior festa do futebol. In: ROCCO JUNIOR, Ary José (Org.). *Comunicação e esporte: Copa do Mundo 2014*. São Paulo: Intercom, 2014. (Coleção GPs, 13).

HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2006.

MARTINS, José de Sousa. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MASCARENHAS, Gilmar. Mundo pacificação e exclusão: o estádio de futebol na produção da cidade-espetáculo. In: ENANPUR: espaço, planejamento e insurgências, 16., Belo Horizonte, 2015. *Anais...* Belo Horizonte: Anpur, 2015. Disponível em: <http://xviananpur.com.br/anais/?wpfb_dl=475>. Acesso em: mar. 2017.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

ROCCO JUNIOR, Ary José (Org.). *Comunicação e esporte: Copa do Mundo 2014*. São Paulo: Intercom, 2014. (Coleção GPs, 13).

SOUZA, G.C.A. *Em nome da excitação: uma etnografia da relação política entre torcedores organizados e diretorias de clube de futebol*. Seropédica, 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

WEBER, M. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

A CONSTRUÇÃO DA CIDADE OLÍMPICA CARIOCA: O QUE FICARÁ NA MEMÓRIA?

LUCAS PACHECO CAMPOS*

INTRODUÇÃO

A postulação do Rio de Janeiro para sediar uma edição dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos não pode ser lida apenas a partir de setembro de 2007, momento no qual a cidade se candidatou oficialmente para os Jogos de 2016 – por meio de cartas de intenção enviadas ao Comitê Olímpico Internacional (COI). Entende-se que as intervenções e modificações implementadas na esteira de preparação para os megaeventos, processo designado aqui como a construção da cidade olímpica, faz parte de um projeto bem mais antigo e complexo. Teria iniciado pelo menos a partir da elaboração do primeiro Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (PECRJ), lançado oficialmente em 1995. Entre o lançamento do plano e o ano de 2007 foram três candidaturas para os Jogos Olímpicos de Verão (2004, 2012 e 2016), além das campanhas bem-sucedidas para o Pan-Americano de 2007 e para a Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Os projetos apresentados para cada um dos eventos possuem suas particularidades e desdobram-se em distintas propostas de intervenções e alterações na cidade. Entretanto, apesar das diferenças, seus fundamentos estão baseados em uma concepção comum: todos os projetos se sustentaram de alguma maneira sobre o argumento de impulsionar o Rio de Janeiro no que podemos chamar de mercado mundial de cidades. Em outras palavras, as modificações implementadas para que fosse possível sediar um megaevento atrairiam investimentos internos e externos.

Dessa maneira, o principal objetivo de receber um megaevento seria transformar definitivamente a capital carioca em uma cidade global. Particularmente atrativa para a reprodução ampliada de capital, o Rio de Janeiro se tornaria uma

* Mestre em Administração, com foco em Administração Pública, e graduado em Administração pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor assistente da graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social (GPDES) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: lucas-pcampos@hotmail.com.

localidade dotada de vantagens competitivas quando comparada à concorrência mundial (outras cidades e regiões). Os megaeventos seriam, por assim dizer, uma ferramenta interessante para se adquirir vantagens comparativas na atração de capitais para as cidades-sede.

Hoje, finalizado o período de megaeventos na cidade – Pan-Americano de 2007, Copa do Mundo de Futebol de 2014 e Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, para ficar apenas nos mais relevantes –, aprofundam-se as avaliações sobre a estratégia seguida desde 1995. As consequências desse processo são visíveis e a cidade definitivamente passou por transformações marcantes em diversas dimensões.

Tomando como objeto o projeto olímpico, especialmente para os Jogos de 2016, notam-se, por um lado, os legados urbanísticos e as instalações esportivas que ficaram para o Rio. Por outro lado, há uma série de questões que envolveram o processo de construção da cidade olímpica e que foram – e continuam sendo – duramente contestadas. Dentre elas, destacam-se a especulação imobiliária combinada com uma política de remoções forçadas; os critérios adotados em projetos e trajetos do transporte público; a construção de um campo de golfe em área de proteção ambiental; as promessas de despoluição de lagoas e da baía de Guanabara; o recrudescimento da violência policial; as altas cifras e a falta de transparência financeira que envolveram todos esses projetos; etc.¹

Considerando tal cenário, a inquietação que atravessa este ensaio se refere ao que ficará marcado na memória da sociedade brasileira e carioca. As Olimpíadas do Rio serão lembradas pelo “sucesso” transmitido por meio das redes de televisão ou ficarão marcadas como os “jogos da exclusão”, conforme denominado por movimentos sociais?

Comprometido em refletir sobre tal problemática, este trabalho se propõe a mapear de forma introdutória os discursos que têm alimentado as memórias coletivas acerca da construção da cidade olímpica. Partimos de autores como Maurice Halbwachs,² Michael Pollak³ e Johann Michel⁴ para compreender os aspectos políticos e necessariamente conflituosos da memória. Em suma, parte-se aqui de um pressuposto basilar: toda memória é seletiva e responde a estímulos políticos do presente – mesmo que parcialmente.

1 COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPIADAS DO RIO DE JANEIRO. *Olimpíada Rio 2016, os jogos da exclusão: megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro: novembro 2015.*

2 HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva.*

3 POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*; POLLAK, Michael. *Memória e identidade social.*

4 MICHEL, Johann. *Podemos falar de uma política de esquecimento?*

Nesse sentido, o objetivo do ensaio foi identificar as diferentes esferas narrativas que têm estimulado a composição memorialística sobre o projeto olímpico e suas consequências. Isto é, no contexto específico de preparação e realização dos Jogos Rio 2016, quais são os discursos que ocupam e disputam o espaço público hoje?

Ao menos preliminarmente, foi possível observar duas grandes esferas discursivas em disputa. De um lado, está a construção de um discurso gestado e administrado pelas entidades e autoridades políticas e pelos gestores do projeto olímpico. De outro lado, diametralmente oposto, há os discursos que se contra-põem a esse. Como entidades políticas, empresariais e gestoras, compreende-se o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), o Comitê Organizador dos Jogos (Comitê Rio 2016), a Autoridade Pública Olímpica (APO), o Estado e seus órgãos em níveis municipal, estadual e federal, as empresas patrocinadoras e aquelas diretamente interessadas no evento, entre outras. Como oposição, estão os discursos vinculados a grupos e histórias marginalizadas dentro da dinâmica de intervenções na realidade carioca visando à preparação da cidade olímpica. Esses são os quadros que alimentam as memórias subterrâneas, como define Pollak.⁵

Inserido nesse contexto, o mapeamento de tais discursos foi realizado a partir de textos jornalísticos e posicionamentos públicos de atores que se encontram em ambas as esferas identificadas. Para tanto, utilizou-se parte do material jornalístico reunido, catalogado e disponibilizado pelo projeto “Preservação da memória das Olimpíadas: processos e ações”, desenvolvido pela Fundação Casa de Rui Barbosa e pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getulio Vargas. O propósito está em expor as contradições que habitam o projeto olímpico desde sua lógica constitutiva, e que, ao que parece, seguirão vivas mesmo após a realização do evento.

Quanto ao método de exposição, inicialmente foi elaborado um histórico que traça os aspectos centrais que marcaram tanto o projeto quanto a construção da cidade olímpica desde 1995. Em seguida, foram expostas distintas problemáticas e percepções que atravessaram a preparação para os Jogos de 2016, explorando as duas esferas narrativas acima identificadas. Por fim, foram feitos breves apontamentos para o aprofundamento de uma reflexão crítica acerca do projeto olímpico e da disputa narrativa aqui delineada. Cabe, ainda, ressaltar a natureza introdutória do texto, visto que se pretende aprofundar as presentes reflexões em trabalhos futuros.

5 POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio.

O RIO DE JANEIRO E O (LONGO) PROJETO OLÍMPICO

Para compreender o processo de construção de uma cidade olímpica, que alterou definitivamente a organização urbana carioca e culminou na realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, há que voltar no tempo. Carlos Vainer, professor do Instituto de Políticas e Planejamento Urbano (Ippur) da UFRJ, afirmou que

A realização dos Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro constitui o desenlace de trajetória ao longo da qual uma nova concepção de cidade e de planejamento urbano se impôs entre nós. Ela expressa também a consolidação de uma nova coalizão de poder local, que embora submetida a dissidências, inaugurou-se e conformou-se sob a égide do prefeito Cesar Maia.⁶

Em outubro de 1993, a prefeitura do Rio criou o Conselho de Cidade, órgão que viria a constituir a instância maior do PECRJ. No mês seguinte, Cesar Maia, então prefeito, firmou com a Associação Comercial (ACRJ) e com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) um acordo para a construção de tal plano.

Foi instalado, em fevereiro de 1994, o consórcio mantenedor do PECRJ, composto por diversas empresas e associações empresariais da cidade. O consórcio garantiu ali a contratação de uma consultoria catalã e de outros profissionais que assumiriam a diretoria executiva do plano. No ano seguinte, foi instalado oficialmente o Conselho de Cidade, sob direção executiva do catalão Jordi Borja. Na cerimônia de instalação, que contou com a presença de figuras da alta política carioca, de representantes da ACRJ e da Firjan, de grandes empresários e da diretoria executiva do PECRJ, Borja ressaltou as potencialidades da cidade para sair da crise pela qual passava. Ressaltando que estávamos em uma “era de competição e globalização”, o diretor executivo do conselho sublinhou as vantagens da capital fluminense em tal contexto turbulento.

Como aponta Vainer,⁷ foi desse contexto que surgiu o primeiro projeto de candidatura da cidade do Rio de Janeiro à sede olímpica. O próprio plano estratégico, que recebeu o nome de “Rio sempre Rio” e foi lançado em 1996, já incluía explicitamente essa pretensão:

A tradição esportiva no Rio e seus recursos naturais e humanos permitem lançar sua candidatura para sediar os Jogos Olímpicos de 2004, com excelentes possibilidades. E, seguindo o exemplo de outras cidades, aproveitar os jogos para sua transformação.⁸

6 VAINER, Carlos. Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. p. 1.

7 Ibid.

8 PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO apud VAINER, Carlos. Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. p. 2.

O maior exemplo era, sem dúvida, Barcelona, que havia recém-sediado os Jogos de 1992. De maneira irônica, Vainer chegou a se referir ao PECRJ como “Rio finalmente Barcelona”.⁹

O fato é que esse processo de organização estratégica marcou o início de uma nova concepção de cidade, na qual a atração de megaeventos passou a ser tratada como ferramenta fundamental para se transformar o Rio de Janeiro. As candidaturas para sediar o Pan-Americano de 2007 e os Jogos Olímpicos de 2004, 2012 e 2016, e para adquirir papel central na Copa do Mundo de 2014, surgiram a partir desse momento histórico.

A proposta para sediar os Jogos Olímpicos de 2004 foi lançada em 1996, tendo como alicerce direto o próprio PECRJ. De acordo com reportagem publicada em 22 de março de 2016 no jornal *O Globo* (online),¹⁰ o projeto previa centralizar o megaevento na região da ilha do Fundão, localizada na zona norte da cidade. Seriam construídos um estádio com capacidade para 80 mil pessoas, uma Vila Olímpica com 2.100 apartamentos, um parque ecológico (com a intenção de ser a maior área de lazer da cidade), entre uma série de outras instalações. Segundo a reportagem, a intenção declarada pelas autoridades políticas da época era aproveitar a realização do evento para revitalizar uma área degradada da cidade.

Entretanto, em setembro de 1997, o projeto foi eliminado pelo COI na primeira fase de avaliação das candidaturas. Ainda de acordo com a reportagem, o principal apontamento do Comitê para a eliminação da cidade foi a questão ambiental. O esgoto *in natura* despejado na baía de Guanabara por meio do canal do Cunha aparentemente assustou as autoridades olímpicas.

Apesar do revés, a concepção política e de cidade inaugurada com o PECRJ seguiu em vigor nos governos seguintes. A meta de atrair megaeventos para o Rio continuou sendo perseguida. A candidatura seguinte foi para os Jogos Pan-Americanos de 2007, a qual foi oficialmente aceita em 2002. Iniciavam-se, então, os preparativos para o Pan Rio 2007.

Entretanto, cabe sublinhar que o projeto apresentado dessa vez possuía uma diferença, quando comparado com aquele proposto para as Olimpíadas de 2004: a localidade central escolhida para abrigar o evento foi a Barra da Tijuca, localizada na zona oeste, e não mais a Ilha do Fundão. Foi nesse momento que o projeto de cidade olímpica avançou a passos largos, já apontando para as alterações na cidade da forma que conhecemos hoje.

9 VAINER, Carlos. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano.

10 SALLES, Stéfano. 20 anos depois: candidatura Rio 2004 tinha Fundão como eixo esportivo.

Gilmar Mascarenhas, professor de geografia urbana da Uerj e estudioso dos megaeventos realizados na cidade, em entrevista ao *Estadão* (online) publicada em 13 de fevereiro de 2016,¹¹ analisou tal alteração fundamental do projeto Rio 2004 para o Pan Rio 2007. Para ele, a construção da Barra da Tijuca como uma nova centralidade do município pode ser classificada como “mercadófila”.

Uma série de modificações urbanas e construções de equipamentos esportivos foram introduzidas na cidade, como a Arena Olímpica do Rio, o parque aquático Maria Lenk e a Vila Pan-Americana, todos localizados na Barra da Tijuca. Algumas intervenções também foram feitas em outras regiões, como as modificações na Marina da Glória, as reformas no complexo do Maracanã e no Estádio de Remo da Lagoa, e as construções do estádio olímpico Nilton Santos (inicialmente chamado João Havelange) e do velódromo.

Entretanto, apesar das inúmeras obras, o projeto foi alvo de uma série de críticas. Segundo reportagem publicada no *Globoesporte.com* em maio de 2013,¹² grande parte dos equipamentos foi praticamente abandonada nos anos seguintes, como o velódromo e a Arena Carioca. Há também as críticas e denúncias que recaem sobre o montante e a destinação do gasto público utilizado nas obras. A previsão inicial, de R\$ 386 milhões, pode ter chegado, ao fim do Pan, na casa de R\$ 5 bilhões, dos quais dois terços seriam dinheiro público.¹³ Além dessas, outras críticas diziam respeito às promessas não cumpridas na época acerca da despoluição da baía de Guanabara e das lagoas da Barra da Tijuca, e sobre o sistema de saúde pública carioca, que enfrentava uma epidemia de dengue às vésperas do evento.

Segundo reportagem publicada em 16 de janeiro de 2008 no jornal *Carta Maior* (online), a oposição de Cesar Maia chegou a lutar pela instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara de Vereadores para apurar as denúncias relacionadas ao Pan.¹⁴ A CPI não chegou a ser instaurada, mas houve investigações que envolveram a Polícia Federal e o Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o destino das verbas públicas.

Além do Pan-Americano de 2007, outro projeto empreendido no início dos anos 2000 foi a candidatura do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2012. A experiência com o Pan Rio 2007 e a centralização do projeto na Barra da Tijuca eram tidos como os trunfos da nova candidatura. Segundo Carlos Arthur Nuzman, presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), em entrevista concedi-

11 DOLZAN, Marcio. “O Rio insistiu em um modelo fora de moda”, diz Gilmar Mascarenhas.

12 FILIPO, Leonardo. O legado do Pan: prós, contras e uma longa caminhada até o Rio 2016.

13 PEREIRA, Bento. Pan-2007 custa dez vezes mais do que orçamento inicial.

14 THUSWOHL, Maurício. Apesar das críticas ao Pan, Rio se lança às Olimpíadas de 2016.

da à Agência Brasil e publicada em 15 de janeiro de 2004,¹⁵ um dos pontos a favor do Rio era justamente que o Pan serviria como uma espécie de teste, permitindo o aprimoramento e o ajuste de possíveis erros. Sobre a mudança de centralidade, Nuzman chegou a afirmar que, “agora, vamos receber os visitantes na sala”.¹⁶

Entretanto, a candidatura carioca foi novamente rejeitada pelo COI, ficando em 7º lugar entre as nove cidades postulantes. Segundo reportagem publicada pela *Folha de S.Paulo* (online) em 23 de junho de 2007,¹⁷ o Comitê criticou duramente o projeto carioca, sobretudo seu planejamento financeiro, considerado demasiado “otimista”, e o planejamento de transporte. Segundo a mesma fonte, apesar da derrota, houve um grande gasto de dinheiro público na tentativa de impulsionar a candidatura. A prefeitura chegou a desembolsar cerca de R\$ 5,5 milhões no processo e já havia destinado mais de R\$ 53 milhões até o fim da campanha, caso seguisse na disputa.

Somente em 2006 se iniciou a mais recente das candidaturas olímpicas. A partir de uma avaliação realizada pela empresa de consultoria suíça Event Knowledge Services (EKS), o COB e a prefeitura lançaram a pré-candidatura do Rio para sediar as Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016. O trunfo seguia sendo a realização do Pan-Americano. Logo após assinar a carta de postulação, o então prefeito Cesar Maia, já em seu terceiro mandato, afirmou o seguinte:

A nossa prova vai ser os Jogos Pan-Americanos [...] Se realizarmos os Jogos Pan-Americanos com perfeição somos candidatos fortíssimos às Olimpíadas de 2016 [...] Quase todas as cidades que foram sede de Olimpíada foram candidatas duas, três, quatro vezes... e portanto acho que agora estamos maduros. Os Jogos Pan-Americanos vão provar que a cidade está pronta.¹⁸

Ainda de acordo com a mesma reportagem, Maia, Nuzman e a consultoria EKS dividiam a confiança de que, com a realização do Pan Rio 2007, 70% das instalações do projeto para os Jogos Olímpicos de 2016 já estariam prontos, o que reduziria drasticamente os gastos com os preparativos da tão perseguida cidade olímpica. Segundo Nuzman, a maior necessidade naquele momento era a construção de um complexo de tênis adequado para receber os Jogos. Maia, por sua vez, já falava na necessidade de uma nova reforma do Maracanã para 2016. Lembrando que, na ocasião de suas declarações, o estádio passava por uma grande (e cara) reforma que visava o Pan 2007.

15 Reportagem disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2004-01-15/rio-entrega-projeto-de-candidatura-dos-jogos-olimpicos-de-2012>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

16 SALLES, Stéfano. 20 anos depois: candidatura Rio 2004 tinha Fundão como eixo esportivo.

17 RANGEL, Sérgio. Eterna candidata: após 3 tentativas frustradas, Brasil usa Pan do Rio para tentar emplacar Olimpíada de 2016.

18 FONSECA, Pedro. COB lança pré-candidatura do Rio para sediar Olimpíada de 2016.

Como já foi ressaltado, o Pan-Americano não foi realizado com a tal “perfeição” aludida pelo ex-prefeito. Independentemente disso, em outubro de 2009, o COI finalmente escolheu o Rio de Janeiro como sede da edição dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

Em 2010 – ou seja, 14 anos após a primeira candidatura do Rio de Janeiro para sediar um megaevento –, a mesma empresa de consultoria que havia dirigido o primeiro PECRJ em 1995 (“os catalãs”) voltou à cidade para, uma vez mais, nos ensinar como fazer do Rio uma Barcelona. Realizaram na ocasião o evento chamado “Olimpíadas e a cidade – conexão Rio-Barcelona”. Como bem apontou Vainer, eram “as mesmas personagens, o mesmo projeto, a mesma retórica... o mesmo negócio”.¹⁹

A PREPARAÇÃO PARA A RIO 2016 E SEUS EFEITOS

Como já se pôde perceber, a construção da cidade olímpica se tratou de um projeto longo e complexo, que não pode ser compreendido apenas a partir de 2009. Entretanto, é possível identificar as intervenções e obras realizadas na cidade que estiveram direta e indiretamente relacionadas à realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

No rol das ações diretamente vinculadas aos Jogos, identificamos as seguintes: as obras pertinentes aos equipamentos esportivos do Parque Olímpico da Barra da Tijuca e aquelas relacionadas às instalações em Copacabana, em Deodoro e no complexo do Maracanã.

Quanto àquelas obras e intervenções que possuíam relação indireta, isto é, as que não existiriam fundamentalmente para a realização do megaevento – mas que foram alavancados por ele –, destacam-se as seguintes: os quatro corredores de BRT (Bus Rapid Transit); a linha 4 do metrô; o VLT (Veículo Leve sobre Trilhos); a despoluição da baía de Guanabara; o Porto Maravilha; os piscinões da praça da Bandeira para contenção das enchentes na região; as políticas públicas de segurança e ordem pública, como as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs, de responsabilidade do governo do estado) e o Choque de Ordem (de responsabilidade da prefeitura); entre outras.

Tais intervenções afetaram profundamente diversas esferas da vida social, modificando a dinâmica da capital carioca em muitos sentidos. Avaliar as consequências de todo o projeto olímpico e identificar todas as narrativas que disputam esse campo é um trabalho que já vem sendo feito por uma série de acadêmicos,

¹⁹ VAINER, Carlos. Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. p. 2.

especialistas e movimentos sociais. Entretanto, ainda há muito o que ser mapeado e refletido.

Devido a tal complexidade, e considerando que este ensaio se trata de um estudo introdutório, optou-se aqui por partir de narrativas sobre dois casos específicos para, em seguida, explorar outras dimensões relacionadas a tais discursos. Partiremos, assim, das declarações de autoridades públicas sobre as obras inerentes aos corredores de BRT e ao Porto Maravilha.

A justificativa por tais escolhas está na sua importância para o projeto olímpico. O próprio ex-prefeito Eduardo Paes afirmou, em 9 de julho de 2016, dia da inauguração da via expressa BRT Transolímpica, que estava inaugurando a “última grande obra concluída pela prefeitura para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016”.²⁰

A importância direcionada pelo ex-prefeito para a construção dos corredores expressos fica ainda mais nítida quando observamos a seguinte declaração:

Ele [o projeto que compõem os 4 BRTs] tem uma importância olímpica, mas, na verdade, a Olimpíada serviu como argumento para fazer uma transformação como essa, conectando a zona oeste ao resto da cidade. É uma mudança impactante para a vida das pessoas depois da Olimpíada, que é o mais importante, que é o legado para a cidade.²¹

Tratando especialmente dos corredores BRT Transoeste e Transcarioca, a entrevista concedida para a assessoria de imprensa da prefeitura por Alexandre Pinto da Silva,²² secretário municipal de Obras do Rio de Janeiro entre junho de 2009 e dezembro de 2016, é particularmente interessante.

O ex-secretário participou direta e ativamente de diversas intervenções que compunham o projeto de construção da cidade olímpica. Na referida entrevista, discorreu orgulhosamente sobre seu trabalho na Secretaria Municipal de Obras (SMO), destacando o seguinte:

[...] acredito que ser escolhido pelo prefeito para estar aqui, e poder contar com uma equipe tão competente de profissionais para realizar grandes obras na cidade em que nasci e vivo com a minha família, é motivo de muita satisfação. É motivador saber que o nosso trabalho ficará como legado, com as obras de saneamento, mobilidade, incluindo aí a Transoeste, a Transcarioca, entre outras. Para mim, fazer parte de tantas transformações da cidade é uma dádiva.²³

20 ABDALA, Vitor. Rio de Janeiro inaugura última via do BRT antes dos Jogos Olímpicos. Grifo do autor.

21 Ibid.

22 Entrevista publicada em 2 de setembro de 2013 no Portal do Servidor (online) da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/portaldoservidor/exibe-conteudo?id=4354852>>. Acesso em: 7 jan. 2017.

23 Ibid.

Ainda na mesma entrevista, destacou dois momentos marcantes em sua trajetória no comando da Secretaria, classificando-os como “maravilhosos” e “gratificantes”:

[...] um deles [dos momentos mais marcantes em sua trajetória na SMO] foi na perfuração da Transoeste, quando já de madrugada, o prefeito e a nossa equipe estávamos na expectativa de ver, literalmente, a luz no fim do túnel. Quando aconteceu, foi um momento maravilhoso. E o segundo foi na obra do mergulhão de Campinho, afinal, sou do subúrbio. Então poder ver uma obra como essa acontecer, e fazer parte dela, foi muito gratificante.²⁴

Além disso, em outra oportunidade, o ex-secretário ressaltou ainda os benefícios que as obras de mobilidade urbana trariam para a cidade. Em artigo publicado em março de 2014 na revista *Construir*, Alexandre afirmou que as obras trariam legados significativos para a cidade, além de viabilizarem a realização dos megaeventos (Copa e Olimpíadas). Especificamente sobre os BRTs, afirmou o seguinte: “Com essa nova infraestrutura viária, o índice de cobertura de transporte de alta capacidade passa dos atuais 18% para 63% até 2016. É a cidade se servindo dos grandes eventos”.²⁵

Por outro lado, as obras relacionadas aos corredores BRT, comandadas e valorizadas pelos ex-prefeito e ex-secretário, não foram tão comemoradas em diversos setores da sociedade civil. Tratando especificamente das obras citadas por Alexandre Pinto – os BRTs Transoeste e Transcarioca –, há uma série de questionamentos e denúncias. Tais questões são apontadas pela mídia, por especialistas, pelo judiciário, por movimentos sociais e, sobretudo, pelos moradores das regiões por onde passam tais corredores de ônibus.

Em reportagem publicada no dia 2 de fevereiro de 2011 no jornal *O Globo*,²⁶ foi relatado como se deu o início das remoções realizadas na comunidade Largo do Campinho, localizada na zona norte da cidade, para a construção do BRT Transcarioca. Como indica a matéria, a condução desse processo já era denunciada pelos moradores antes mesmo do início das obras.

Outro artigo publicado na imprensa, dessa vez divulgado pela organização RioOnWatch em 21 de novembro de 2012,²⁷ retrata uma série de irregularidades nas obras olímpicas, em especial as remoções relacionadas ao BRT Transcarioca. A reportagem denuncia que a chegada das equipes de demolição aconteceu de forma repentina, sem aviso prévio, e que contou com um acúmulo de intimidações

24 Ibid.

25 SILVA, Alexandre P. Sobre a Transcarioca. p. 19.

26 NICOLELLA, Paulo; MAGALHÃES, Luiz Ernesto. Obras do Transcarioca levam a remoção de famílias no Campinho.

27 CLARKE, Felicity. Transcarioca: irregularidades e remoções em obras olímpicas.

e ameaças aos moradores, incluindo o que foi chamado de “tentativas ilegítimas de recompensa”.

Conforme divulgado no mesmo artigo, a moradora da comunidade removida Largo do Campinho, Penha Márcia Cristina Santos Costa, de 49 anos, declarou o seguinte: “O que está acontecendo com a Transcarioca é que as autoridades municipais podem fazer o que quiserem, dizendo ser ‘para o bem maior da comunidade e da sociedade’, mas é uma mentira que eles não estejam colocando pessoas na rua. Eu fui posta na rua”.²⁸

O relatório elaborado pelo Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro e publicado em novembro de 2015 registrou que a remoções realizadas no Largo do Campinho foram justificadas pela construção do mergulhão rodoviário, justamente uma das obras classificadas como “gratificantes” pelo secretário municipal de obras.

O primeiro contato da Prefeitura com os moradores foi em janeiro de 2011. A comunidade foi extinta em junho de 2011, com a remoção de 65 famílias. Um processo marcado por muitas violações e pressão psicológica, com a ameaça de que caso não aceitassem um apartamento do MCMV em Cosmos, a 60km do local, ficariam sem nada. Moradores que não aceitaram o apartamento receberam indenizações irrisórias, e há relatos, com mais de uma testemunha, do recebimento de indenizações em sacos de dinheiro pagos em negociação direta com a empreiteira responsável pela obra. A remoção foi promovida pela Prefeitura para a construção de um mergulhão do corredor da BRT Transcarioca.²⁹

Com relação às obras de construção do BRT Transoeste, a situação não é muito diferente. Em reportagem publicada em 14 de abril de 2014 no jornal *O Dia* (online),³⁰ foi relatado que as obras de construção do BRT atingiram a comunidade Vila Harmonia e Vila Recreio II, removendo 194 famílias sem nenhuma justificativa plausível. A fala do senhor Jorge dos Santos, removido de sua casa, é esclarecedora:

[...] derrubaram a casa com tudo dentro: fogão, geladeira, cama [...] Não entendo por que tiraram a gente de lá, se o destino do terreno é ficar cheio de mato. Não sou contra o BRT, mas falaram pra gente que a pista passaria onde fica a comunidade. Nunca passou, e também não fizeram nada até agora.³¹

Cabe destacar ainda o resumo elaborado pelo Comitê Popular sobre o processo de remoções que atingiram a comunidade Vila Harmonia:

28 Ibid.

29 COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPIADAS DO RIO DE JANEIRO. *Olimpíada Rio 2016, os jogos da exclusão: megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro: novembro 2015*. p. 22.

30 NASCIMENTO, Christina. BRT remove 194 famílias do Recreio sem necessidade.

31 Ibid.

Na Vila Harmonia viviam cerca de 120 famílias, em uma ocupação bastante consolidada. A partir de 2011, as famílias foram avisadas da remoção e pressionadas a aceitar um apartamento no conjunto MCMV em Campo Grande, distante do local onde residiam e sem terem acesso ao contrato que iriam assinar, ou a receber uma indenização irrisória pelas benfeitorias [...]. Dois terreiros de candomblé não receberam nenhuma indenização. O processo de remoção foi justificado, segundo relato dos moradores, pela ampliação da avenida das Américas e para a construção de um anel viário vinculado à construção do corredor da Transoeste, que nunca foi apresentado. Na época, a Defensoria Pública chegou a questionar se havia realmente necessidade da remoção para a Transoeste. Mais de três anos depois da remoção, o terreno permanece vazio, utilizado como estacionamento para máquinas da Prefeitura.³²

Além das obras relacionadas aos corredores expressos, analisamos também outro dos principais projetos vinculados aos Jogos Olímpicos: o Porto Maravilha. A segunda edição da revista *Porto Maravilha*, publicada em julho de 2010, contou com uma série de reportagens que destacaram as benfeitorias desse projeto em diversas áreas, como infraestrutura urbana, educação e cultura.

Segundo Felipe Góes, ex-secretário de desenvolvimento da Prefeitura e presidente do Instituto Pereira Passos, a região portuária já estaria no caminho de se “tornar uma referência de espaço urbano com qualidade de vida, não só para seus moradores, mas também para a cidade como um todo”.³³ Algumas páginas adiante, afirmou: “Nós [o poder público municipal] queremos, mais do que tudo, melhorar a qualidade de vida dos que moram na região, sempre tendo em vista a preservação dos sítios históricos”.³⁴

Entretanto, para além dos destaques feitos pelas autoridades cariocas na revista supracitada, o projeto que está remodelando (pois segue em vigor após os Jogos) a zona portuária também é alvo de uma série de denúncias. E o tema das remoções é mais uma vez o centro do debate.

De acordo com o Comitê Popular, somente até novembro de 2015, mais de 600 famílias já tinham sido removidas de suas casas na região e mais de 1.200 ainda corriam o risco de serem retiradas de suas moradias. O morro da Providência e uma série de ocupações populares, como Casarão Azul, Flor do Asfalto, Quilombo das Guerreiras, Zumbi dos Palmares, Carlos Marighella e Mariana Criola, foram removidas (muitas vezes com uso de violência policial) ou seguem sob ameaça.

32 COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPIADAS DO RIO DE JANEIRO. *Olimpíada Rio 2016, os jogos da exclusão: megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro: novembro 2015*. p. 23-24.

33 GÓES, Felipe. A mudança na região portuária já começou! p. 2.

34 *Ibid.*, p. 5.

Segundo o relatório elaborado pelo Comitê, ao menos 6.606 famílias foram ameaçadas de remoção de suas casas para a realização de obras diretamente relacionadas aos megaeventos (Copa do Mundo e Olimpíadas) em toda a cidade. Desse número, pelo menos 4.120 famílias foram de fato removidas até novembro de 2015.

Nesse contexto, mais de 30 comunidades e ocupações populares foram afetadas por praticamente todas as obras ligadas aos legados olímpicos, tais como os BRTs, o Parque Municipal Madureira, o estacionamento do Maracanã, o Parque Olímpico da Barra da Tijuca, o alargamento do Sambódromo e o projeto Porto Maravilha. Ao todo, contando as remoções assumidamente relacionadas aos legados e aquelas realizadas sob outras justificativas (moradias em áreas de risco, melhorias diversas, etc.), o relatório estima a remoção de mais de 22.000 famílias no período de construção da cidade olímpica.

APONTAMENTOS PARA UMA REFLEXÃO CRÍTICA

Considerando o material de pesquisa levantado, é possível destacar duas esferas discursivas diametralmente distintas: o discurso oficial, aquele sustentado pelas autoridades públicas e empresariais diretamente envolvidas na construção da cidade olímpica; e o discurso subterrâneo, aquele que representa as classes marginalizadas, aquelas prejudicadas direta e indiretamente pelos megaeventos, em especial os Jogos Olímpicos. Tais esferas discursivas travam uma disputa narrativa – que está apenas no início – sobre o que foram os Jogos Olímpicos de 2016 e quais os seus impactos para a cidade e sua população.

Ao consultar o primeiro volume do dossiê de candidatura do Rio para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, pode-se ler repetitivas menções sobre as intenções de se alterar profundamente a dinâmica da cidade, sobretudo por meio do esporte – entendido talvez como uma cura milagrosa para os problemas econômicos e sociais cariocas e brasileiros. Para além disso, menciona-se o seguinte:

Para os cariocas, os Jogos transformarão a cidade. Surgirá uma nova infraestrutura urbana, novas iniciativas ambientais, físicas e sociais, além de vantagens e oportunidades para todos. Financiados e inteiramente garantidos pelos três níveis de governo (federal, estadual e municipal), os Jogos Olímpicos Rio 2016 contribuirão para estimular o crescimento contínuo da economia brasileira e trarão para o Brasil um novo nível de reconhecimento internacional. [...] A realização dos Jogos Rio 2016 também possibilitará a concretização das aspirações globais para o futuro da cidade, da região e do país, com uma visão de longo prazo. *Será a oportunidade de acelerar a transformação do Rio de Janeiro em uma verdadeira cidade internacional.*³⁵

35 RIO 2016. *Dossiê de candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016*, v. 1, p. 18. Grifo nosso.

Hoje, após a construção da cidade olímpica e do “sucesso” dos megaeven-
tos transmitido pelas redes de televisão, sobretudo dos Jogos Rio 2016, é possível
notar mudanças evidentes na dinâmica da cidade. Ao que tudo indica, o Rio
agora é, conforme desejavam os organizadores olímpicos, uma “cidade interna-
cional”. Resta saber: tal transformação beneficiou a quem? Sem dúvida, não
foram as famílias da senhora Penha ou do senhor Jorge. Não foram as mais de 6
mil famílias de trabalhadores pobres removidas de suas casas entre 2009 e 2015
diretamente por conta dos megaeventos. Contudo, a julgar pelas declarações
sustentadas pelas autoridades municipais aqui destacadas, é notório que alguém
está comemorando.

No mesmo sentindo, não é possível mapear, muito menos compreender, o
que ficará na memória sobre as Olimpíadas de 2016 sem observar que uma per-
gunta adicional se faz absolutamente necessária: na memória de quem?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALA, Vitor. Rio de Janeiro inaugura última via do BRT antes dos Jogos Olímpicos. *EBC Agência Brasil*, 9 jul. 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-07/rio-de-janeiro-inaugura-ultima-de-brt-antes-dos-jogos-olimpicos>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

CLARKE, Felicity. Transcarioca: irregularidades e remoções em obras olímpicas. *Rioonwatch*, 21 nov. 2012. Disponível em: <<http://rioonwatch.org.br/?p=4018>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. *Olimpíada Rio 2016, os jogos da exclusão: megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro: novembro 2015*. Disponível em: <https://br.boell.org/sites/default/files/dossiecomiterio2015_-_portugues.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2017.

DOLZAN, Marcio. “O Rio insistiu em um modelo fora de moda”, diz Gilmar Mascarenhas. *O Estado de S.Paulo*, 13 fev. 2016. Disponível em: <<http://esportes.estadao.com.br/noticias/jogos-olimpicos,o-rio-insistiu-em-um-modelo-fora-de-moda--diz-gilmar-mascarenhas,1000016145>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

FILIPO, Leonardo. O legado do Pan: prós, contras e uma longa caminhada até o Rio 2016. *Globoesporte.com*, 10 maio 2013. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/2013/05/o-legado-do-pan-pros-contras-e-uma-longa-caminhada-ate-o-rio-2016.html>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

FONSECA, Pedro. COB lança pré-candidatura do Rio para sediar Olimpíada de 2016. UOL, 1º set. 2006. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultnot/2006/09/01/ult27u57592.jhtm>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

GÓES, Felipe. A mudança na região portuária já começou! *Porto Maravilha*, n. 2, jul. 2010.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

MASCARENHAS, Gilmar. A produção da cidade olímpica e os sinais da crise do modelo globalitário. *Geosp: espaço e tempo*, v. 20, n. 1, p. 52-68, 2016. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/107148/112912>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

MICHEL, Johann. Podemos falar de uma política de esquecimento? *Revista Memória em Rede*, Universidade Federal de Pelotas, v.2, n. 3, p. 14-26, ago./nov, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/9545/6379>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

NASCIMENTO, Christina. BRT remove 194 famílias do Recreio sem necessidade. *O Dia*, 14 abr. 2014. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-04-14/brt-remove-194-familias-do-recreio-sem-necessidade.html>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

NICOLELLA, Paulo; MAGALHÃES, Luiz Ernesto. Obras do Transcarioca levam a remoção de famílias no Campinho. *O Globo*, 2 fev. 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/obras-do-transcarioca-levam-remocao-de-familias-no-campinho-2829018>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

PEREIRA, Bento. Pan-2007 custa dez vezes mais do que orçamento inicial. *Jornal Inverta*, edição 411, 25 abr. 2007. Disponível em: <<http://inverta.org/jornal/edicao-impressa/411/Economia/411PAN>>. Acesso em: 6 jan. 2017.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RANGEL, Sérgio. Eterna candidata: após 3 tentativas frustradas, Brasil usa Pan do Rio para tentar emplacar Olimpíada de 2016. *Folha de S.Paulo*, 23 jun. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj2306200707.htm>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

RIO 2016. *Dossiê de candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016: volume 1*. Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/rio2016/_arquivos/dossie_de_candidatura_v1.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2017.

SALLES, Stéfano. 20 anos depois: candidatura Rio 2004 tinha Fundão como eixo esportivo. *O Globo*, 22 mar. 2016. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/bairros/20-anos-depois-candidatura-rio-2004-tinha-fundao-como-eixo-esportivo-18914575>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

SILVA, Alexandre P. Sobre a Transcarioca. *Revista da Associação das Empresas de Engenharia do Rio de Janeiro*, edição 55, p. 19, mar. 2014.

THUSWOHL, Maurício. Apesar das críticas ao Pan, Rio se lança às Olimpíadas de 2016. *Carta Maior*, 16 jan. 2008. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Apesar-das-criticas-ao-Pan-Rio-se-lanca-as-Olimpiadas-de-2016/4/13990>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

VAINER, Carlos. Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PLANEJAMENTO URBANO (ANPUR), 14., 2011, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Anpur, 2011. v. 14.

_____. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. *Mundo Urbano*, Universidad Nacional de Quilmes, n. 14, nov./dez. 2001.

Os Jogos Olímpicos de 2016 ocorreram no Brasil, e muito do que foi previsto como legado, ainda no período da candidatura, não se concretizou. O que se vivenciou foi um cenário político de crise, resultando em impactos sociais, culturais e econômicos, em sua maioria negativos para a sociedade brasileira.

Para historiar um pouco desse processo da construção de um país como sede da Olimpíada e da Paralimpíada, e os seus desdobramentos, a Fundação Casa de Rui Barbosa desenvolveu o projeto “Preservação da memória das Olimpíadas: processos e ações”, que tem como objetivos desde a preservação e a produção de um conjunto documental sobre o processo de sediar o evento no país até a sua efetiva realização. Foram registradas e produzidas análises sobre o impacto dos Jogos. Como fruto desse projeto, este segundo volume traz reflexões dos pesquisadores, que integraram a equipe: Bruno Machado, Carla Siqueira, Clarisse Silveira, Debora Bento, Eula Cabral, Gustavo César Souza, Leonardo Firmino, Lia Calabre, Lilian Lustosa, Lucas Almeida, Lucas Campos, Madalena Schmid, Maurício Drumond, Samuel Thomas Jaenisch e Vivian Fonseca.